

A QUINZE DIAS DO IX CONGRESSO



● Lado a lado no dia-a-dia da organização do Partido, a luta que continua e centenas de reuniões para enriquecer as Teses do Congresso

Pág. 11



● No Barreiro, o Congresso também se prepara com tijolos, cimento e ferramentas

Pág. 12



● A Reforma Agrária no projecto de Teses

Pág. 10



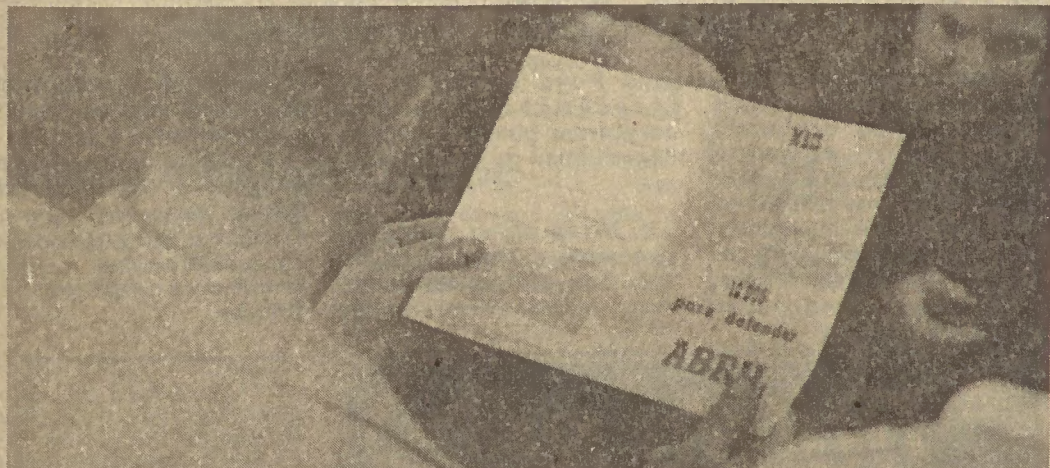
● Éramos 142 512 em Dezembro de 1977!

Pág. 9



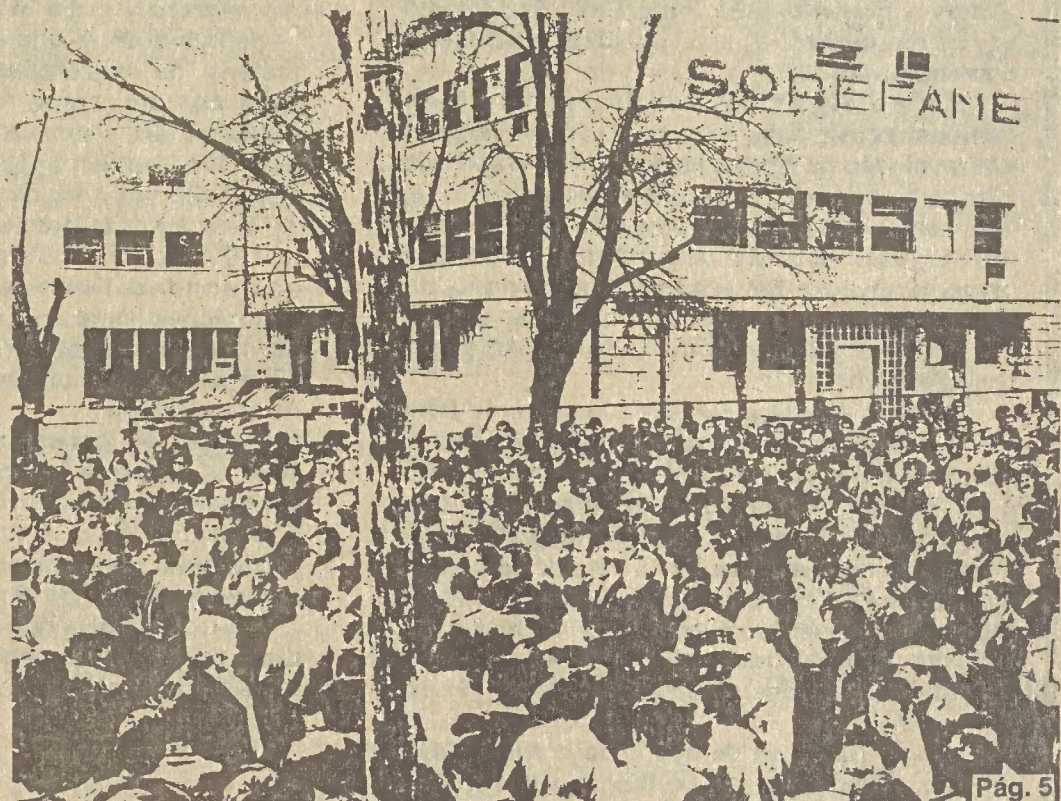
● A enriquecedora experiência do VIII Congresso

Pág. 9



● Exemplos do estilo de trabalho e capacidade criadora do PCP: Campanha dos 50 mil contos e Promoção Conquistas de Abril

Pág. 10



Pág. 5

TRABALHADORES LUTAM E VENCEM

**NÃO ESQUECEMOS
CATARINA!**

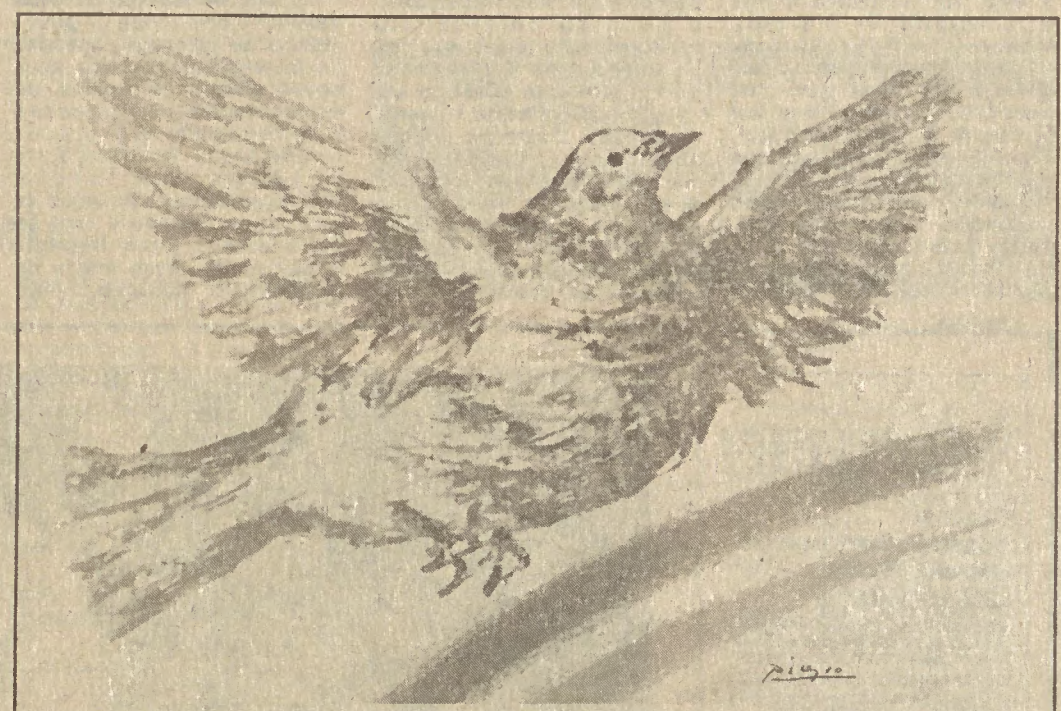
**Álvaro Cunhal
em Baleizão
no próximo sábado**



Completam-se depois de amanhã 25 anos sobre a data em que nos campos do Alentejo foi assassinada pelas balas da ditadura fascista a camarada Catarina Eufémia, camponesa, militante do PCP.

Os comunistas, os democratas, os trabalhadores e todos os verdadeiros antifascistas não esquecem Catarina, não esquecem o seu exemplo, não esquecem os crimes do fascismo.

Na passagem de mais este aniversário sobre a morte de Catarina Eufémia, a Comissão Distrital de Beja do PCP promove no próximo sábado, a partir das 15 e 45, uma romagem à sua campa, seguindo-se às 16 e 30, no Largo Catarina Eufémia, em Baleizão, um grande comício popular em que usará da palavra o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.



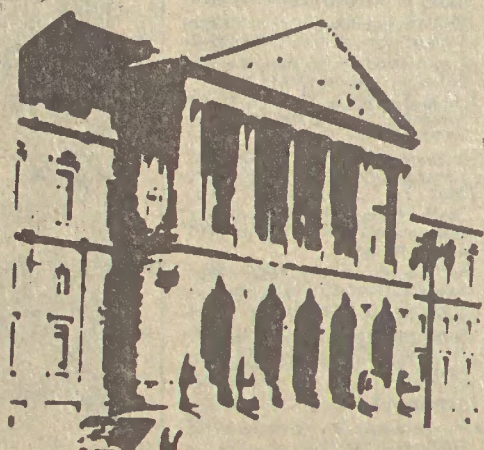
ACORDO SALT II

mais uma vitória das forças da paz

Pág. 8

**A direita
não quer
a saúde
como direito**

Pág. 4



Editorial

UMA VOZ INIMIGA CONTRA AS CONQUISTAS DE ABRIL

Para um observador minimamente informado da realidade político-social portuguesa que se tenha debruçado um pouco sobre a grandiosidade e o sentido profundo das manifestações do Dia Internacional dos Trabalhadores, em Portugal, uma conclusão salta à vista, qualquer que seja o seu ângulo de visão dos acontecimentos: a magnífica jornada do 1.º de Maio constituiu entre nós uma impressionante afirmação da vontade do Povo português de defender as liberdades e as outras grandes conquistas da Revolução, de ver pelas costas o governo Mota Pinto/PPD, de protesto vigoroso contra a sua política antipopular e antinacional.

Se se ligarem essas imponentes demonstrações populares às do 5.º Aniversário da Revolução de Abril e às do 3.º Aniversário da Constituição da República, concluir-se-á, facilmente, que o Povo português não só exige uma urgente mudança de governo e de política como permanece fiel aos ideais libertadores do 25 de Abril, às instituições democráticas que ele viabilizou, ao regime consignado na Constituição.

Quem na emissão televisiva de segunda-feira ouviu o primarismo anticomunista do Primeiro-Ministro e lhe viu no rosto o seu «tic» de ódio à democracia; quem no dia 11 leu a sua entrevista ao jornal fascizante «O País», teve de certo a estranha sensação de ouvir uma voz de outro mundo, de ler o depoimento de um inimigo do 25 de Abril, de escutar a profissão de fé de um Primeiro-Ministro que nada tem a ver com os sentimentos e aspirações comuns do Povo português.

O 25 de Abril deu ao nosso povo a liberdade política, a liberdade de exprimir a sua vontade por formas que a Constituição consagra, nomeadamente e no caso vertente a liberdade de manifestação.

O 1.º de Maio de 1979 foi exactamente uma afirmação cívica extraordinária das liberdades conquistadas em 25 de Abril.

Porém, para o prof. Mota Pinto, «manifestações de rua» como as do 1.º de Maio, «não são um meio ou um método legítimo de aferir a vontade popular.»

Na boca de um Primeiro-Ministro do país de Abril que tem usado à larga do arbítrio, por vezes da violência contra os trabalhadores indefesos, tais palavras não deixam de ser sintomáticas e preocupantes.

O Governo de direita Mota Pinto/PPD é o «perigo público número um» do Povo português na actualidade. O Primeiro-Ministro vem com o maior deslante exibir em público, como grandes qualidades do seu consulado, os

actos que mais fielmente definem o reacçãoarismo e a marginalidade do seu Governo face à Constituição da República.

Vangloria-se, como se fosse um grande e iluminado obreiro do bem-estar do povo e não como um político altamente contestado pelas camadas populares mais vastas, da sua pretensa «eficiência» governativa em «domínios considerados difíceis» em que afirma «ter feito muito mais e qualitativamente diferente» do que os governos «constitucionais» que o antecederam.

«Temos tido uma enorme actuação — confessa ele — quanto ao sector privado e, em matéria de desintervenções, realizámos uma série enorme, como no caso do turismo, por exemplo. No sector da indústria temos estado a resolver problemas igualmente pelo sistema da devolução aos antigos proprietários.»

Mais à frente precisa ainda melhor: «Fomos nós que aprovámos os diplomas que criam as sociedades financeiras de investimento, instituições parabancárias e as sociedades de 'leasing', pensamos proceder em alguns casos à concessão, à exploração privada, de empresas do sector público.»

Ainda: «Procedemos à entrega de reservas na zona de Reforma Agrária num ritmo semanal que é muito maior que no I, II ou III Governos» e fecha a sua fria enumeração de destruições do património revolucionário de Abril com esta lapidar profissão de fé reacçãoária:

«A última coisla que quem quer que seja pode dizer deste Governo é que ele é contra a iniciativa privada: nenhum, mas nenhum lhe tem sido mais favorável.»

De facto a obra inigualada de destruição das conquistas democráticas fundamentais do Povo português empreendida pelo Governo de direita Mota Pinto/PPD é um autêntico holocausto dos interesses dos trabalhadores e das outras camadas mais vastas da população no altar da iniciativa e dos interesses do grande capital privado português e estrangeiro. Foi a sua política antipovo e antipátria que determinou a formidável explosão cívica de protesto e de indignação populares nas ruas de Portugal democrático no dia 1.º de Maio.

O Governo Mota Pinto/PPD é um arquitecto do agravamento em flecha do custo de vida e do aumento do fardo da crise sobre os ombros dos trabalhadores. Só nos dois primeiros meses do ano relativamente a igual período do ano passado os preços ao consumidor acusaram um aumento geral de 24,1% com especial incidência na «Alimentação e Bebidas» com 26,8% e na «Habitação» com 20,8%.

Mota Pinto vangloria-se da intensificação do ritmo das entregas semanais de reservas aos grandes agrários na Zona de Intervenção da Reforma Agrária (1200 hectares com Barreto, 800 com Saías, 1800 com Ferreira do Amaral no III Governo e 2800 já no de Mota Pinto, 2900 com Goulão, homem da CAP, antigo roceiro em S. Tomé do serviço dos Melos da CUF, com quem, segundo foi falado na própria imprensa da direita, Mota Pinto se propõe levar até aos 25 000 hectares semanais a entrega de reservas aos agrários e apressar a liquidação total das UCP's). Sob esta feroz ofensiva foram roubados até ao fim de Abril mais de 125 000 hectares das melhores terras da Reforma Agrária, destruídas 33 UCP's, atraindo para o desemprego mais de 15 000 trabalhadores, agredidos mais de 600 pelas forças repressivas.

Mais de 200 processos movidos pelas UCP's contra ilegalidades e atropelos do MAP com recursos interpostos no Supremo Tribunal Administrativo aguardam parecer judicial.

Em todo o caso trabalhadores da UCP Resistência da Tramaga, de Ponte de Sor, foram recebidos a tiro pelo agrário ao tentarem mostrar-lhe a fotocópia do Acórdão judicial que declarava ilegal a entrega da reserva pelo MAP, que a GNR se recusou a executar apesar de passados 10 dias sobre a sua passagem em julgado.

Aos projectos de destruição da Reforma Agrária pelo Governo, o Primeiro-Ministro chama na entrevista a «O País» uma «fase de redimensionamento das unidades de tipo cooperativo», uma forma eufemística de proceder à recuperação latifundiária das terras que os trabalhadores das UCP's têm arrancado ao pousio e à incultura, adubado com o seu suor, feito produzir com o seu trabalho.

A «enorme actuação» nas desintervenções e nas desnacionalizações procura rasgar caminho também rapidamente neste sector de actividade à iniciativa privada.

No mês de Março com as desintervenções da SALVOR (entrega aos Ribeiro Ferreira, aos d'Orey e António Vasco de Melo, presidente da CIP); da AC-Arquitectura e Construções, que os Melos tentam agora desarticular; da Empresa de Pesca de Viana, e da J. Nunes da Rocha, o total das empresas desintervencionadas atingiu o número de 128 das quais 101 foram devolvidas aos antigos patrões e destas, 26 haviam sido intervencionadas por sabotagem económica patronal.

Durante o mês de Abril o ritmo intensificou-se. As empresas Fuco, STAL, Turijorge, Solamingo e Hotel EVA, pertencentes

à Rodoviária Nacional e nacionalizadas a 100%, foram desnacionalizadas sob a justificação em absoluto falsa de se tratar de nacionalizações indirectas.

Numa senda em que se confundem a ilegalidade, a violência e a incompetência, o Governo de direita Mota Pinto/PPD propõe-se esgotar até ao fim o cálice do seu ódio visceral ao 25 de Abril e às suas principais conquistas.

O início da discussão pela Assembleia da República do novo projecto de Orçamento Geral do Estado repõe novamente com agudeza todo o processo do Governo Mota Pinto/PPD.

O Governo protelou durante mais de dois meses a apresentação do novo projecto depois da derrota parlamentar do projecto primitivo apenas para ganhar tempo e eternizar-se no Poder.

Mais uma vez no momento das decisões que se avizinha o PPD atirando para os olhos dos portugueses menos precavidos a poeira da sua fingida oposição ao Governo e do seu falso desejo de eleições antecipadas, se prepara para lhe dar a mão como pai envergonhado de um aborto que lhe faz o jogo de classe no plano executivo, juntamente com o CDS.

Também a posição do PS permanece ambígua e continua por esclarecer. Os dirigentes do Partido Socialista fazem umas reprimendas ao Governo e a Mota Pinto, puxam-lhe as orelhas, constroem contra ele umas tiradas satíricas mas não está claro se sim ou não se propõem com o PCP derrotar o Governo usando para isso os mecanismos constitucionais.

A atitude do PCP é clara. Tendo anunciado a apresentação de uma moção de censura ao Governo e resolvido adia-la por ocasião das entrevistas dos partidos com o Presidente da República, o PCP mantém, o propósito de apresentar a moção referida quando considerar que é o momento mais oportuno. Não há qualquer recuo no propósito. Há sim a busca do máximo de eficiência na utilização dessa arma.

Torna-se cada vez mais claro que o PCP é o único partido que se opõe firme e consequentemente ao Governo de direita Mota Pinto/PPD que é o único que não faz jogos eleitorais à custa da eternização daquele Governo no Poder.

Nem o ódio de Mota Pinto nem o seu anticomunismo primário, mais uma vez exuberantemente afirmados, desviarão o PCP de uma linha serena e firme contra o Governo e a sua política e por uma saída democrática e patriótica para a crise, de uma posição inflexível de defesa dos interesses do povo trabalhador, da democracia e da Independência Nacional.

Saudação ao PC Francês

Queridos Camaradas, O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o XXIII Congresso do Partido Comunista Francês e, através dos delegados, todos os comunistas, a classe operária, o povo trabalhador da França, e faz sinceros votos para que os seus trabalhos decorram com êxito.

Os comunistas portugueses seguem com vivo interesse e espírito solidário a luta quotidiana do Partido Comunista Francês pela unidade da classe operária, pela defesa dos interesses dos trabalhadores, pela defesa das liberdades democráticas, contra a política de austeridade que visa, por um lado, aumentar os lucros das multinacionais e dos monopólios e, por outro lado, tentar fazer pagar ao povo trabalhador o preço da crise do capitalismo, que na França se

traduz num crescente aumento do desemprego, da inflação e na recessão em diferentes sectores da vida económica.

Esta persistente luta dos comunistas franceses enquadra-se na sua luta mais geral contra a política dos monopólios e do imperialismo, por transformações democráticas que abram à França o caminho do socialismo.

Os comunistas portugueses condenam resolutamente a política colonialista e neocolonialista dos círculos governantes franceses, particularmente evidente em relação ao Continente Africano, a qual se insere na política global do imperialismo com vista a manter a todo o custo as suas posições de domínio expoliador, e para se opor ao aprofundamento do processo revolucionário mundial que se tem acelerado nos últimos anos.

Ela aparece associada à frenética corrida aos armamentos decidida na reunião da OTAN em Maio de 1978 e cujo objectivo é impedir o desenvolvimento do clima de desanuviamento e assim agravar a tensão internacional.

Neste contexto internacional a invasão criminosa e vergonhosa da República Socialista do Vietnã pela China serve os desígnios do imperialismo.

Ao lado do heróico povo do Vietnã e com todos os povos vítimas de agressões armadas do imperialismo ou dos seus novos aliados locais, os comunistas portugueses consideram a maior importância o reforço da unidade das forças anti-imperialistas e amantes da paz para impedir novas agressões, para impedir o fabrico de novas armas de extermínio massivo, como

é o caso da bomba de neutrões, para pôr fim à corrida aos armamentos, iniciar o desarmamento, impedir a guerra e defender a paz.

Camaradas, O quinto aniversário da Revolução de Abril foi assinalado em Portugal por grandiosas manifestações de regozijo e de luta, respectivamente nos dias 25 de Abril e no 1.º de Maio que atestam quão viva se mantém a chama de Abril e quão determinados estão a classe operária, os trabalhadores e o Povo português a defenderem a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário contra a ofensiva das forças reacçãoárias internas e do imperialismo para liquidar aquelas conquistas e o regime democrático português.

A acção abertamente reacçãoária, ilegal e arbitrária do

actual Governo Mota Pinto choca-se frontalmente com as novas realidades saídas da Revolução, com os interesses, aspirações e anseios dos trabalhadores e das mais amplas camadas da população que reclamam um novo governo e uma nova política.

Por isso cresce o movimento popular de massas que se enraza no Povo português em múltiplas frentes e formas organizativas englobando ao lado da classe operária, o campesinato, as mulheres, a juventude, os reformados e outras camadas da população e do qual sobressai a prestigiada CGTP-Intersindical Nacional que, apesar das repetidas tentativas divisionistas, tem vindo a alargar a sua influência e o seu prestígio.

As forças reacçãoárias actuando cada vez mais à margem do quadro constitucional e contra a Constituição desencadearam uma ofensiva global que tem como objectivo liquidar o regime democrático. O actual Governo dito apertado, mas na realidade o Governo dos partidos da direita, é um instrumento dessa ofensiva.

A sua acção, a continuar, não só conduzirá ao agravamento de todos os graves problemas nacionais como colocará em graves riscos o próprio regime democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa. Nesta perigosa situação, a direcção do Partido Socialista tem pesadas responsabilidades na medida em que condena em palavras o Governo mas na prática nada faz de concreto no âmbito da Assembleia da República para o derrubar.

O PCP orienta a sua acção política por uma alternativa democrática que consiste, quer na formação de um governo com base no entendimento entre as forças democráticas, designadamente entre comunistas e socialistas, que têm uma confortável maioria na Assembleia da República, quer através da convocação de eleições gerais antecipadas que constituirão seguramente uma nova derrota dos partidos da direita.

Em defesa da independência nacional, o PCP desvenda e combate as imposições do FMI, o crescente enfeudamento de Portugal aos círculos mais agressivos e reacçãoários da OTAN, a integração de Portugal na CEE, que considera parte integrante da estratégia das forças reacçãoárias tendo como objectivo a restauração em Portugal do domínio dos monopólios e dos latifundiários.

Na defesa dos interesses da classe operária, dos trabalhadores do campo e da cidade, o PCP luta invariavelmente pela unidade de todas as forças e sectores democráticos, designadamente entre comunistas e socialistas.

A reacção desencadeada contra o PCP uma forte campanha anticomunista, mas isso não representa, entretanto, um sinal de força. Os partidos de direita estão em crise, perdem influência e, por isso, conspiram contra a Constituição e o regime democrático e progressista que ela consagra, colocando-se no terreno da ilegalidade constitucional e da subversão.

O PCP cuja acção se orienta pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário

mantém-se unido e sem defecções, aumenta os seus efectivos, amplia a sua influência e autoridade junto dos trabalhadores e das massas populares e na vida política nacional.

Não obstante os perigos e dificuldades é com confiança que os comunistas portugueses encaram o resultado da luta do Povo português pela defesa do regime democrático e as conquistas que o compõem e que lhes dão vida.

Os êxitos alcançados pelo socialismo real na URSS e nos outros países da comunidade socialista, pelo movimento operário dos países capitalistas, e pelo movimento de libertação nacional, mudaram definitivamente a correlação de forças na arena internacional, abriram novas perspectivas ao desenvolvimento do processo revolucionário, ao sucesso da luta dos povos pela democracia, o progresso social, a paz e o socialismo.

O PCP reafirma a sua inteira solidariedade aos povos da Namíbia, do Zimbábue, respectivamente dirigidos pela SWAPO e pela Frente Patriótica em luta contra o colonialismo e o apartheid, pela independência, bem como ao povo da África do Sul contra o fascismo e o apartheid e à luta dos povos da África, da Ásia e da América Latina contra o imperialismo, pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo.

Os comunistas portugueses, ao mesmo tempo que se regozijam pelo derrube do regime

reacçãoário e sangrento do Xá do Irão e da vitória da revolução democrática e anti-imperialista no Afeganistão, manifestam a sua solidariedade à luta destes povos contra as manobras da reacção interna e do imperialismo.

No que se refere ao Médio Oriente o PCP reafirma uma vez mais que uma paz justa, global e estável para o Médio Oriente só poderá ser encontrada com a restituição de todos os territórios árabes ocupados, com a criação de um Estado Palestiniano livre e soberano.

Para a actuação com êxito das forças revolucionárias, o PCP considera de extrema importância para reforçar a unidade das forças anti-imperialistas e democráticas o reforço da unidade do movimento comunista e operário internacional, parte integrante da frente anti-imperialista.

Os tradicionais laços de amizade e cooperação entre o PCP e o PCF correspondem a imperativos históricos de solidariedade internacionalista, apesar das diferentes condições em que cada Partido actua. O PCP continuará a actuar sem desvios no sentido de desenvolver esses laços de solidariedade e de cooperação entre os nossos dois partidos.

VIVA A AMIZADE ENTRE O PCP, O PCF E O POVO PORTUGUÊS E O POVO FRANCÊS!

VIVA O XXIII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS!

sublinhando a necessidade de as autoridades actuarem com prontidão e firmeza.

4. Ao mesmo tempo, exigem a vigilância das forças democráticas e das massas populares no sentido de isolar e desmascarar os seus autores.

Avante!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. - 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Lda, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sôco, 50 - 1200 Lisboa. Tel. 372228.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrúlia - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

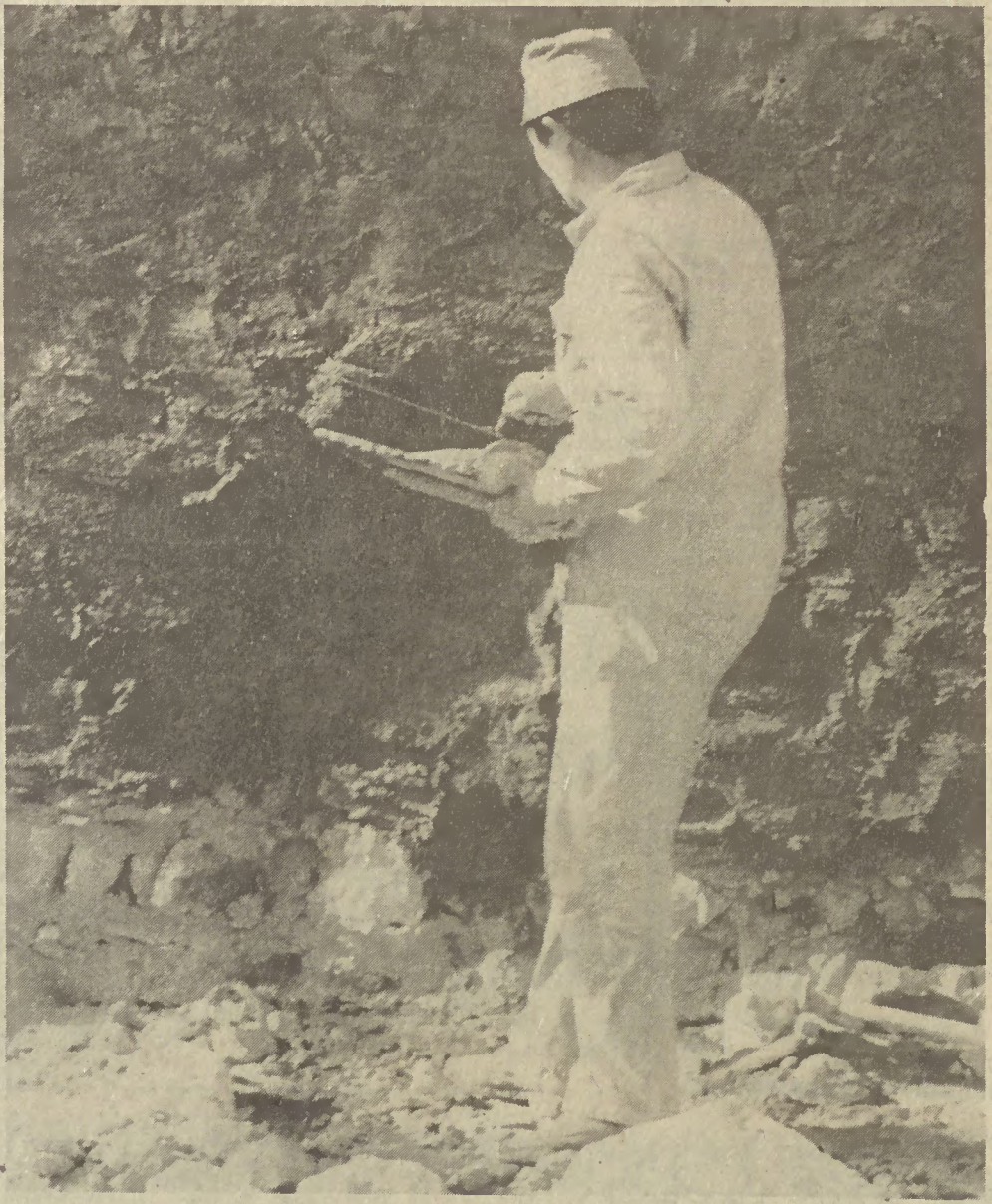
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICAÇÃO CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Abril: 88 650



Acções terroristas em Lisboa

Na sequência das quatro explosões verificadas em Lisboa na noite do passado sábado, em diversos locais da cidade, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

1. Os rebentamentos de petardos em Lisboa no passado sábado, seja qual for a fachada com que os

seus autores se apresentem, revelam que as forças reacçãoárias procuram introduzir, na complexa situação política que se vive actualmente, novos factores de instabilidade, insegurança e intranquilidade pública.

2. Tais acções terroristas, amplamente condenadas

pelo Povo português, só interessam aos que conspiram contra o regime democrático e constitucional.

3. Estes actos recordam vivamente a impunidade de que têm gozado as redes e agentes terroristas,

sublinhando a necessidade de as autoridades actuarem com prontidão e firmeza.

4. Ao mesmo tempo, exigem a vigilância das forças democráticas e das massas populares no sentido de isolar e desmascarar os seus autores.

SI AMANHECER O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

● Com Portugal pela Democracia - Intensifica-se a preparação do IX Congresso ● Plano siderúrgico nacional Seminário da EC ● A importância da organização do Partido na realização e na defesa da Reforma Agrária ● Uma melhor utilização da nossa propaganda ● Melhoremos a coordenação com as organizações da juventude comunista ● Fortalecer a luta pela Paz ● Eleições para a Câmara de Belmonte ● Em Valença a APU dobra o número dos seus votos ● As eleições em Vila Cova ●

MDM discute problemas da Comunicação Social

● Contra a manipulação e o escândalo

Realizou-se no passado dia 14 uma sessão pública no Teatro Aberto, em Lisboa, promovida pelo MDM — Movimento Democrático das Mulheres — subordinado ao tema "O Movimento Democrático das Mulheres face à Comunicação Social". A mesa que orientou a sessão foi presidida por Helena Bastos do MDM, e era constituída por Jorge Lemos, deputado do PCP, Teresa Afonso Dias, do DID do MDM, Elisabete França, redatora da revista "Mulheres", José Manuel Nunes, profissional da Rádio saneado há meses da RDP, Joaquim da Rocha, do Sindicato dos Gráficos, Mário Figueiredo do Sindicato das Telecomunicações, Hélder Fernando, da CT da RDP, Maria Antónia Fiadeiro, ex-directora da revista "Modas e Bordados", suspensa há dois anos, e ainda

Irene Sorieiro, do SINTEL. Não puderam comparecer um representante do CR, por este órgão de soberania se encontrar reunido à hora da sessão, e ainda o deputado socialista Igrejas Caetano.

Perante uma assistência numerosa que, no final das intervenções dos elementos da mesa havia de intervir no debate com vivo interesse, foram apontados alguns dos aspectos mais chocantes da política de Informação do Governo de Mota Pinto que, como sublinharia Jorge Lemos, tem sido pautada pela mais descarada manipulação, transformando a Comunicação Social numa autêntica máquina de Propaganda do Governo. Para alcançar tais objectivos o Governo não hesitou perante as mais

escandalosas arbitrariedades que, como referia José Manuel Nunes, passaram pelo saneamento de muitos e bons profissionais substituindo-os, nomeadamente na Rádio, por gente medíocre e submissa a servir uma nova "grelha" de programas idiota, manipuladora e alienante.

Elisabete França referia ainda a situação da Mulher na Comunicação Social (em 1200 jornalistas sindicalizados apenas há 10% de mulheres) e o modo como esta é tratada, na Informação, "objecto" sensacionalista ou de curiosidade, enquanto os problemas da mulher trabalhadora são marginalizados e substituídos por rubricas "para mulheres" género "consultório sentimental", modas, cozinha, decoração, etc.

A política de direita prejudica pequenos e médios comerciantes e industriais

Ao mesmo tempo que promove o apoio ao capital monopolista, aos agrários e aos senhores das grandes fortunas, ao mesmo tempo que abre os braços aos dirigentes da CIP, da CAP e da CCP, o Governo Mota Pinto, acentuando uma linha de acção já oriunda dos outros governos de direita, parece que se esqueceu da grave situação em que se encontram muitos dos pequenos e médios comerciantes e industriais do país, para os quais não se define, a nível oficial, uma política que tenha em conta a importância, os problemas específicos e as necessidades daquele sector económico, que representa, aliás, a esmagadora maioria das empresas portuguesas.

Concorrência fraudulenta do contrabando, assaltos e roubos, o desconto de letras junto à Banca, as taxas de juro, a burocracia dos organismos governamentais, o problema da escrita selada, os avaros do IAPMEI (Instituto de

Apoio à Pequena e Média Empresa e Indústria), constituem algumas das questões que estão na base da difícil situação em que se encontram presentemente muitos PMCI's.

Apesar do Governo e dos seus organismos mais ligados a este sector não se mostrarem interessados na solução de tais questões, os pequenos e médios comerciantes e industriais não ficarão parados aguardando medidas que a direita, neste caso o Governo Mota Pinto, não quer tomar. A solução dos problemas dos PMCI's exige também uma política democrática e coerente. Exige uma política responsável que tenha em conta as realidades nacionais, que tenha em conta o papel da pequena e da média indústria e do pequeno e do médio comércio no contexto da sociedade.

Para já, os PMCI's têm na frente uma tarefa fundamental: reforçar a sua unidade e organização;

alertar a opinião pública; exigir junto dos órgãos do Poder a solução imediata dos seus problemas.

Tal como salienta um documento aprovado no último fim-de-semana no II Encontro Distrital do Movimento do PMCI do distrito de Lisboa, o PMPCI procurará unir todos aqueles colegas ainda descrentes, desconfiados, desmobilizados ou indiferentes. Em vez de os desprezarmos, de não os procurarmos por serem difíceis, vamos até eles, levando o retrato da nossa realidade económica e social, as palavras da nossa razão e a verdade das nossas intenções.

O exemplo do PMPCI de Lisboa não está isolado. Em várias regiões do país, de Norte a Sul, idêntica tomada de posição está a ser tomada por significativos núcleos de pequenos e médios comerciantes e industriais.

550 participantes no II Plenário do MPMCI de Lisboa

O II Encontro Distrital promovido no passado domingo no Estoril (Palácio dos Congressos) pelo MPMCI de Lisboa dividiu os seus trabalhos em duas secções (Comércio e Indústria), tendo reunido ao todo a participação de 550 pessoas.

Durante o período da manhã registaram-se intervenções de fundo nas duas secções. À tarde foram discutidos na especialidade os documentos-base do Encontro, cuja fase preparatória, saliente-se, foi marcada pela realização de um amplo debate a nível das frequentes e concelhos do distrito de Lisboa.

Na secção que tratou das questões do Comércio foram feitas intervenções em que se analisaram as dificuldades dos comerciantes, tendo-se salientado o problema das actualizações das

rendas nas avaliações fiscais. Foi também denunciado o apoio dado pelo Governo às cadaias de supermercados.

Créditos, juros, letras, roubos, contrabando, margens de comercialização, estatuto do comerciante, contribuição e impostos, fundo de reposição, acambramentos e a acção dos mixórdios — foram também questões abordadas na secção.

Por seu turno, no sector da indústria o debate desenrolou-se em torno dos seguintes pontos: baixa prevista na procura total do mercado interno, problemas levantados pela não aplicação da Lei das Finanças Locais, adesão à CEE (consequências), problemas de abastecimento de matérias-primas e equipamentos, apoio tecnológico, crédito bancário e política de financiamento, a política de subordinação ao FMI (consequências para as PME's), o apoio preferencial do Governo às empresas e ao capital estrangeiro.

Desporto, direito do povo

Desporto, Direito do Povo, é o título do livro agora lançado pelas Edições Avante!, contendo textos de intervenções e os documentos apresentados e aprovados no Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre a Cultura Física e Desporto, realizado na Voz do Operário, em Lisboa, nos passados dias 3 e 4 de Março.

Conforme se sublinha em Nota Prêvia, «a publicação deste livro reveste-se de maior importância. É a primeira vez que surge a público uma abordagem global e sistematizada da Cultura Física e Desporto no nosso país, contendo não só uma retrospectiva histórica mas também uma análise da situação actual e, mais ainda, uma série de estudos e propostas

tendo em vista a procura de soluções para as dificuldades com que se debate este sector».

«Os textos aqui coligidos — afirma-se ainda — passarão a ser de consulta indispensável para quem, de forma séria, objectiva e fundamentada, pretenda de algum modo intervir na discussão e na resolução dos problemas da Cultura Física e Desporto em Portugal».

Com efeito, e conforme na altura salientámos, a realização do referido Encontro constituiu um marco da importância fundamental na luta pela democratização e pela dignificação das actividades de cultura física e desportivas, ao mesmo tempo que veio mais uma vez concretizar o profundo empenhamento do PCP em contribuir

para a resolução dos problemas nacionais, em unidade com todos os democratas e patriotas e na fidelidade de Abril.

O interesse cada vez maior despertado entre as grandes massas pelas práticas desportivas — como bem ficou demonstrado nas recentes comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio — reflecte a correcta compreensão do fenómeno desportivo por parte de um número crescente das autarquias, colectividades e outras estruturas populares, surgindo também claramente como o fruto de trabalho em profundidade realizado a nível oficial entre o 25 de Abril e o VI Governo Provisório, período em que no aparelho de Estado se praticou — com a participação determinante de co-

munistas e outros democratas — uma política progressista neste sector, verdadeiramente ao serviço dos trabalhadores. Trabalho esse de que alguns, agora, pretendem desajeitadamente extrair dividendos para benefício próprio...

Para todos os estudiosos e interessados pelos problemas da Cultura Física e Desporto, e principalmente para todos os activistas e «carolas» que, membros do Partido ou não, se encontrem empenhados na dinamização e promoção de uma prática desportiva identificada com o novo Portugal democrático, o livro agora editado constitui um excelente instrumento de trabalho, uma ferramenta de grande utilidade.



Beja: Campanha de Fundos para a nova sede distrital

Está em marcha em todo o distrito de Beja e é já uma tarefa em que estão empenhados muitas centenas de camaradas e amigos. É a «Campanha dos 2500 contos», iniciativa lançada em 18 de Março passado numa reunião ampliada em que estiveram presentes delegados de todas as comissões concelhias do distrito de Beja do PCP.

Um novo Centro de Trabalho em Beja é, desde Abril de 1974, uma necessidade política que se

fez logo sentir, visto que as actuais instalações, acanhadas, nunca comportaram o desenvolvimento da nossa organização — salienta a «comissão organizadora para a compra da nova sede distrital de Beja do PCP», num comunicado dirigido ao povo trabalhador do distrito, onde ainda se sublinha:

Vamos, pois, através dos mais diversos meios (cartas a camaradas e amigos, listas, rifas, festas, bailes, convívios

etc.), com todos os antifascistas e democratas, com as massas populares, e na defesa dos seus interesses, nas UCP's e Cooperativas, nas oficinas, nos escritórios, em todos os locais de trabalho, conseguir um novo Centro de Trabalho para o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores. Vamos, pois, juntar 2500 contos no prazo de um ano!

O trabalho já começou em todos os concelhos.

Em Junho vamos a Braga!

Debates, conferências, colóquios, espectáculos, actividades desportivas e recreativas, constituem alguns dos pontos altos do programa da Festa da Alegria, a realizar, de 15 a 17 do próximo mês de Junho, no Parque Municipal de Exposições de Braga.

Como salientou a camarada Branca Carvalho, da Comissão Promotora, numa conferência de «Imprensa» promovida recentemente no CT de Braga, a segunda edição da Festa da Alegria (que no ano passado levou àquele Parque mais de 30 mil pessoas) será «uma autêntica festa popular, que

fará de novo este ano, e durante três dias, transformar a capital do Minho na capital da Alegria».

Uma estafeta entre Guimarães e Braga (22 Km.) e a possibilidade da realização de um jogo de futebol entre uma equipa soviética de primeiro plano e um clube português, constituem, no âmbito desportivo, iniciativas destacadas da Festa. Em relação aos espectáculos está já assegurada a participação, entre outros, de Carlos do Carmo, Samuel, Paco Bandeira, J. J. Letria, Nuno Gomes dos Santos e Fernando Farinha.

Camaradas de F. do Zêzere

No próximo dia 25 decorrerá no Centro de Trabalho de S. Bernardo (à Estrela) uma importante reunião para a qual estão desde já convidados todos os camaradas naturais do concelho de Ferreira do Zêzere residentes em Lisboa.

Todos à Festa Popular de Alverca!

Nos próximos dias 25, 26 e 27 Alverca estará em festa. No Jardim do Bairro. Uma festa que tem a linguagem de Abril o sabor da liberdade e a alegria dum povo que constrói o futuro com as suas mãos.

A Festa Popular de Alverca começará no dia 25, pelas 21 horas, com um baile animado pelo conjunto «Opção». No dia 26, às 16 e 30, o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, fará uma intervenção política, a que se seguirá uma sessão de Canto Livre onde participarão, nomeadamente, José Jorge Letria e Ary dos Santos. Ainda no dia 26 e pelas 21 horas, haverá um espectáculo onde actuarão a Brigada Victor Jara, Carlos Moniz e Maria do Amparo, o Rancho dos Avieiros de Vila Franca de Xira, Jorge Matias, Inocência Casquinha, António Júlio, Matos Jorge e «Os Unidos do Baixo Alentejo».

No dia 27 haverá uma Manhã Desportiva pelas 9 horas, a que se seguirá, pelas 16 e 30, uma Tarde Infantil com José Barata Moura, um espectáculo de palhaços, teatro e canções pela Secção Cultural da Casa do povo de Vialonga e Pioneiros de Alverca. Finalmente, às 21 horas, o grupo cénico «A Forja» representará a revista «Pluralismo e não só».

«Festa Brava» em Valada

No próximo dia 24 (de hoje a oito dias) haverá festa brava em Valada do Ribatejo. Trata-se, como o camarada leitor já deve ter percebido, de uma picaresca (também conhecida por vacada). A iniciativa realiza-se, tal como revelaram ao «Avante!», os camaradas do Centro de Trabalho de Valada, «em benefício do CT do Partido».

Para além da picaresca (que terá

«quatro bravíssimas vacas»), haverá serviço de bar com bons petiscos e bom vinho da região.

A «Quinta-Feira da Espingarda» em Valada do Ribatejo será, pois, um grande dia de convívio e amizade! «A Comissão promotora não se responsabiliza por qualquer acidente ocorrido durante a picaresca e o «Avante!», pela sua parte, recomenda cautela...

Os «Gwendal» em Portugal!

Ainda se lembram da surpresa de que o «Avante!» da semana passada falava em relação à Campanha de Fundos promovida pela UEC?

O prometido é devido e aqui vai a notícia: em datas e locais a divulgar oportunamente (adiantamos desde já que é só a partir de 16 de Junho) irão

realizar-se três festivais de encerramento da Campanha dos 100500 com a participação dos... Gwendal.

Como muitos saberão, trata-se dum destacado agrupamento francês que interpreta uma música enraizada na tradição popular bretã, combinada aqui e acolá com desenvolvimentos melódicos de tendência jazzística.

Militantes da Pontinha em Assembleia

Mais de 50 camaradas participaram na Assembleia de Militantes do PCP na Pontinha, realizada no passado domingo, naquela localidade.

Sob coordenação de quadros dirigentes da Pontinha e da Comissão Local da Serra da Luz, foram discutidas as seguintes questões: balanço do trabalho desenvolvido para o IX Congresso; eleição dos delegados e convidados ao Congresso; e conclusões da actividade desenvolvida.

Assinala-se que na organização

local se realizaram 6 reuniões de 10 organismos do Partido para discussão das Teses e foram apresentadas 28 propostas de alteração.

A organização do PCP na Pontinha, que compreende cerca de 120 militantes, teve, no entanto, direito a eleger dois delegados (em vez de um só, em proporção com o número de militantes) e 28 convidados, em virtude do esforço e resultados obtidos no desenvolvimento das actividades partidárias na zona.

Actividades do Partido

● 3.ª Zona — Cerca de 80 camaradas participaram no último sábado no Encontro de Quadros do Partido da 3.ª Zona do Comité Local de Lisboa, realizado na colectividade «Centro de Regresso Popular n.º 50», em Campolide. Esteve presente o camarada Jaime Félix, do CC. Os problemas de organização e as orientações para o trabalho prático no futuro constituíram os principais temas da reunião.

● BESCL — A célula dos trabalhadores comunistas do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL) leva a efeito no próximo sábado, no Salão das Fúrnas, a sua 1.ª Assembleia de Organização, para a qual se aprovou o Relatório de Actividades de 1979 e eleição do novo Secretariado.

A Assembleia decorrerá entre as 9 e 30 e as 19 horas, com intervalo de duas horas para almoço. Na última sessão intervirá um camarada do CC do Partido.

● Benavente — A Comissão Concelhia de Benavente do PCP realiza no próximo domingo, a partir das 8 e 30, no «Pôr do Sol», a 3.ª Assembleia da Organização dos militantes comunistas daquele concelho.

● Samora Correia e Chamusca — Entusiasmo e participação activa foram notas salientes nas sessões de esclarecimento promovidas pelo Partido em S. Correia, onde no passado sábado esteve o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP; e na Chamusca, onde no domingo participou o cama-

rada Vítor Louro, deputado Comunistas.

● Sesimbra — A organização concelhia do PCP em Sesimbra organizou a montagem de um «stand» na festa popular do concelho, a tradicional «Festa do Senhor das Chagas». Entre outras iniciativas, a representação do Partido promoveu um sorteio — o «Cabaz da Festa» — em que os felizes contemplados foram os possuidores das rifas com os números 262 e 502. Nos quatro dias de festejos, o «stand» foi visitado por mais de três mil pessoas, que viram a exposição, filmes e «slides», e compraram rifas.

● Marianos — «A Comissão Concelhia de Almeirim do PCP saudá a população de Marianos e todos aqueles que de uma ou outra forma participaram com o seu esforço directo ou indirecto no almoço e festa-convívio do nosso Partido, realizado no passado dia 22 de Abril, cujo resultado financeiro líquido foi de 12 009\$10 (...). Temos a certeza que a próxima festa-convívio em Marianos será maior e melhor» — lê-se num comunicado divulgado há dias pela Comissão Concelhia de Almeirim do Partido.

● Sines — A actual situação política e a posição do PCP foi um dos principais temas dos convívios pelo camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC, no decorrer da segunda parte do plenário de organização promovido pelos camaradas do concelho de Sines. Antes da intervenção do dirigente comunista, que decorreu em sessão aberta à população, foram analisadas questões que se colocam no trabalho político.

Agenda

Dia 18, Sexta-feira

Pias, às 21 horas, espectáculo com Fernando Farinha e Luísa Basto. ● Breljos de Azeitão, às 21 e 30, no Centro de Trabalho, projecção do filme «Os Domadores do Fogo».

Dia 19, Sábado

Baleizão, às 15 horas, romagem seguida de comício em homenagem a Catarina Eufémia, com a presença do camarada Álvaro Cunhal. ● Souel, às 16 horas, Festa em que se integra um comício com o camarada Diniz Miranda, da Comissão Política do CC. ● Cano, às 21 horas sessão de esclarecimento na Casa do Povo, com o camarada Diniz Miranda. ● Évora, às 21 horas, no Teatro Garcia de Resende, festa-convívio com Fernando Farinha e Luísa Basto. ● S. Miguel do Rio Torto (Abrantes), às 21 horas, na Casa do Povo, comício com o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

Dia 20, Domingo

Aviz, reunião de quadros do distrito de Portalegre. ● Benavente, às 8 e 30, 3.ª Assembleia de Organização Concelhia, com o camarada Carlos Pinhão, do Comité Central. ● Montemor-o-Novo, às 16 horas, no Teatro Curvo Semedo, espectáculo com Luísa Basto e Fernando Farinha.

Camaradas falecidos

JOAQUIM MIMOSO — Vítima de doença súbita, faleceu há dias o camarada Joaquim Mimoso, de 66 anos de idade, agricultor do Bombarral.

PAULO TAFULO — Com 69 anos de idade, faleceu no dia 21 do passado mês de Abril o camarada Paulo Freire Tafulo, morador da freguesia da Terrugem (Sintra).

ACÁCIO FERREIRA — No passado dia 2 faleceu no Instituto de Oncologia, em Lisboa, o camarada Acácio Duarte Ferreira, de apenas 22 anos de idade, militante do nosso Partido desde 1975 e elemento activo da

célula das oficinas e garagens da organização do Partido em Leiria. O funeral realizou-se de Lisboa para Marrazes, terra onde o nosso camarada residia com seus pais. A população local, numa acção de solidariedade, ajudou a família do militante comunista no pagamento das despesas com o funeral. O camarada Acácio participou na defesa do Centro de Trabalho de Leiria aquando da investida fascista ocorrida em 1975.

PEDRO OLIVEIRA — Também recentemente ocorreu o falecimento do camarada Pedro Soares de Oliveira, membro da célula da «Vincender», Seixal.

CC da UEC reúne domingo

A Comissão Central da UEC reúne no próximo domingo, no Centro Vitória, em Lisboa. «Esta reunião», diz uma nota divulgada a propósito pela SIP da CC dos Estudantes Comunistas, «insere-se nos trabalhos preparatórios do Congresso do PCP e nela serão analisados, entre outros temas relativos à actividade geral da UEC, os documentos preparatórios do Congresso, particularmente os que se referem ao movimento da juventude e às organizações da juventude comunista».

Semana

9
Quarta-feira

O Presidente da República recebe delegações dos quatro maiores partidos com representação na Assembleia da República. Representantes do PS, PPD, CDS e PCP deslocam-se a Belém. No final, um comunicado da Presidência da República afirma que "da troca de impressões efectuada resultou uma maior clarificação da posição dos partidos quanto à actual situação política". ■ O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público denuncia a intromissão do Governo Mota Pinto nos tribunais, precisando que se tenta restaurar o "retrogrado Estatuto Judiciário", impor uma composição "oficial" ao Conselho Superior da Magistratura e destruir o Ministério Público, porque os magistrados se recusam a ser "agentes submissos do Governo". ■ O pacote "Níassia" é vendido para a sucatas por 22 250 contos. ■ A professora Isabel Magalhães Colaco demite-se de membro da Comissão Constitucional. A notícia é confirmada pelo presidente daquela Comissão, tenente-coronel Melo Antunes. ■ Os trabalhadores da CP paralisam duas horas, da parte da manhã, a nível nacional, como forma de luta pela negociação do Acordo Colectivo de Trabalho do sector. ■ Os trabalhadores têxteis do subsector de lanifícios iniciam uma greve de 48 horas consecutivas em luta contra a pretensão do Governo Mota Pinto de impor aumentos salariais de apenas 14 por cento e de alargar para 45 horas o horário semanal de trabalho.

10
Quinta-feira

Manifestação da Função Pública

Os trabalhadores da Sorefame paralisam, espontaneamente, ao saberem da intenção da administração de despedir 3 trabalhadores e de suspender durante vários dias outros 12. ■ Delegações do PS e do PPD reúnem-se em S. Bento. No final, António Reis, do PS, afirma que as duas delegações chegaram a alguns pontos de convergência, nomeadamente quanto à "necessidade de viabilizar o orçamento". ■ O Supremo Tribunal Administrativo manda suspender o despacho que determina a entrega de uma reserva em terras da UCP "Resistência", de Tramagá, em Ponto de Sor, por considerar que advinha prejuízos de difícil reparação para a cooperativa. ■ Os trabalhadores da hotelaria começam uma greve de dois dias como forma de pressionar o Ministério do Trabalho a publicar a portaria que estende ao Norte e às empresas do Sul não filiadas nas associações patronais o CCT já acordado. ■ Milhares de trabalhadores da Função Pública concentram-se frente a S. Bento exigindo o início das negociações para uma nova tabela salarial e que o Governo protela.

11
Sexta-feira

Segundo a Associação Industrial Portuense, "a Noruega acaba de embargar a importação de têxteis portugueses que estão a ser enviados para aquele país satisfazendo encomendas ainda inseridas no acordo em vigor há mais de três anos". ■ Em Serra, mais de 10 mil pessoas manifestam-se contra a política agrícola do MAP. ■ A Polícia Judiciária comunica o desmantelamento de uma rede de traficantes de droga. ■ O director do Banco de Portugal, José Manuel Serrão, afirma ser possível baixar as taxas de juro. ■ Em Bruxelas, Mário Soares declara que o PS se dispõe a substituir o Governo Mota Pinto logo após a aprovação do Orçamento Geral do Estado. ■ O Conselho Nacional do Plano, em reunião plenária, aprova uma resolução condenando "a reincidência do comportamento do Governo" pela não entrega dos documentos que, de acordo com a lei, devem acompanhar a segunda proposta das "Grandes Opções do Plano". ■ Em comunicado divulgado, o major Vasco Lourenço que presidiu à Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril, refere que este ano "as iniciativas populares se multiplicaram de forma significativa (...) e demonstraram claramente, mais uma vez, que o Povo português tem o 25 de Abril no seu coração, como data querida que lhe abriu novas perspectivas de vida e está disposto a lutar pela defesa das transformações que se verificaram na sociedade portuguesa".

12
Sábado

Regressa o terrorismo?

No Instituto de Higiene e Medicina Tropical realizou-se a Primeira Jornada Médico-Sindical da Região Sul. ■ Petardos de gelamonte, de fabrico rudimentar, explodem em Lisboa. ■ Um grande incêndio deflagra na serra de Sintra, presumindo as autoridades que tenha origem criminosa. ■ Promovido pela CGTP/IN realiza-se em Lisboa, na Faculdade de Letras, um Seminário Sindical sobre Higiene e Segurança no Trabalho, no qual participaram cerca de 700 delegados.

13
Domingo

Na reunião do Conselho Nacional do PPD é expresso que os sociais-democratas só contribuirão para o derrube do Governo Mota Pinto caso tal medida contribua para a dissolução da Assembleia da República. No final, Sá Carneiro, nas declarações prestadas à Imprensa, manifesta a sua opinião de que o Presidente da República "é o principal responsável por este Governo". ■ A reunião da Comissão Nacional da Juventude Socialista concluiu pela "necessidade de uma rápida substituição do Governo Mota Pinto". ■ No Palácio dos Congressos do Estoril realiza-se o II Encontro do Distrito de Lisboa dos Pequenos e Médios Comerciantes e no qual participam cerca de 550 delegados.

14
Segunda-feira

Arrogância

O primeiro-ministro Mota Pinto fala ao país. O seu discurso é aproveitado com grande destaque, no dia seguinte, pelo matutino ultra-reaccionário "O Dia", que, à largura da primeira página, publica uma das frases de Mota Pinto: "Não nos causa surpresa que os comunistas não possam suportar mais a nossa acção". ■ Na UCP "Resistência" de Tramagá, trabalhadores agrícolas são alvo de tiros de caçadeira disparados por agrários quando exigiam o cumprimento do acordo da daquela UCP. ■ É publicado no "Diário da República" o Decreto-Lei 130/79 que descongela as contas bancárias das principais figuras do fascismo. ■ Os trabalhadores da Sorefame paralisam durante todo o dia exigindo a reintegração de três companheiros arbitrariamente despedidos e de 11 suspensos.

15
Terça-feira

Mário Soares, secretário-geral do PS, de visita aos EUA é recebido pelo vice-presidente daquele país, Walter Mondale. ■ O discurso do primeiro-ministro Mota Pinto é comentado pelos partidos políticos. Para o PS, o "primeiro-ministro leu o seu epitáfio". Basílio Horta, em nome do CDS considerou "exagerado" o optimismo evidenciado pelo primeiro-ministro. Menéres Pimentel, do PPD, declara que "após este discurso, o prof. Mota Pinto tem a obrigação de apresentar uma moção de confiança à Assembleia, a fim de testar a sua capacidade política". A SIP do PCP salienta que "a alocução de Mota Pinto veio apenas reafirmar o seu propósito de prosseguir uma política de desastre e ruína nacional, que o Povo português tem condenado de forma inequívoca".



Os Comunistas na Assembleia da República

SNS e nacionalizações: defender a Constituição!

Cumprir o preceito constitucional que garante a todos o direito à protecção da saúde com a criação de um Serviço Nacional de Saúde, geral e gratuito (artigo 84.º); cumprir o preceito constitucional que determina que todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974 são conquistas irrevogáveis das classes trabalhadoras (artigo 83.º) — tais foram os dois grandes

temas que dominaram os últimos trabalhos da Assembleia da República.

Não só marcaram como definiram muito bem quem procura defender a Constituição e as conquistas nela consagradas e quem entende que a Constituição não passa de um «amontoado» de artigos sem os quais se pode muito bem passar.

Dois projectos do PS estão na origem dos debates: um

relativo à alienação dos bens das empresas nacionalizadas e o outro que cria a Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde.

Após um debate vivo, a maioria da Assembleia aprovou o projecto do PS que tem por objectivo a proibição da desnacionalização, bem como estabelece as condições em que certas pequenas e médias empresas podem ser reprivatizadas. Votaram

o projecto socialista os deputados do PS, PCP e independentes sociais-democratas, enquanto que o PSD e o CDS votaram contra.

Quanto à Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde, foi visível a forma doentia como os deputados do CDS e do PSD — ambos fazendo chegar à mesa antiprojectos do SNS — se opõem à criação do Serviço Nacional de Saúde,

não escondendo o seu desejo de manter e agravar a actual situação em que, conforme acentuou nos debates a deputada do PCP Zita Seabra, quem quer saúde compra-a, e a bom preço...

Saliente-se, entretanto, o protesto que, na tribuna da AR, o deputado socialista Pedro Coelho produziu acerca do recente afastamento de todas as actividades que o doutor Mário Ruivo vinha

exercendo nos domínios do direito do mar e nos assuntos oceânicos internacionais, afastamento que o deputado do PS classificou como «declarada discriminação por motivos políticos».

Registe-se, finalmente, que a Assembleia deverá iniciar hoje a discussão do projecto de lei 158/1, da autoria do PCP, sobre medidas de emergência para defesa da Reforma Agrária.

Relatório da Comissão de Trabalho

No decorrer da sessão da passada quinta-feira, o deputado do PCP Severiano Falcão leu ao plenário um relatório da Comissão de Trabalho, de que é vice-presidente, destinado a repor a verdade dos factos relacionados com uma entrevista que aquela comissão parlamentar tinha marcado com proprietários de empresas em autogestão a que não se chegou a efectivar.

Nos termos do relatório são explicadas as razões por que tal entrevista não se efectivou: destinada apenas aos

proprietários de uma série de empresas em autogestão recentemente visitadas por uma delegação da Comissão de Trabalho, a ela compareceram membros dirigentes de um tal MNEU (um chamado «movimento nacional dos empresários usurpados»). Logicamente que a sua presença foi recusada no local da entrevista pelos membros da Comissão de Trabalho, facto que levou ao abandono da sala por parte dos citados proprietários. Acontece que, em conferência de Imprensa, o tal MNEU distorceu os fundamentos da posição assumida pela Comissão de Trabalho, pelo que esta achou por bem repor a verdade dos factos.

Novo-velho OGE

Na tarde da passada terça-feira, o Governo Mota Pinto fez entregar na Assembleia da República uma nova versão do seu OGE derrotado. No essencial, Mota Pinto e o seu governo mantêm no actual OGE as mesmas características do que foi «chumbado» há cerca de dois meses pela maioria da Assembleia da República.

Comissão de Inquérito ao escândalo da batata

A Assembleia da República aprovou por unanimidade o projecto de resolução apresentado pelo PCP, que

propunha a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o processo de importação da batata de semente para a campanha de 1978/1979.

Em próxima conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, cada partido indicará os seus representantes nesta Comissão de Inquérito, os quais serão empossados pelo Presidente da Assembleia da República.

Autorizações legislativas

A AR concedeu ao Governo, por maioria, autorização legislativa para reformular vários aspectos do regime da função pública. A autorização foi concedida por

maioria, com a abstenção dos deputados do PCP. O pedido visava sobretudo as seguintes matérias: correcção de anomalias, estatuto de aposentação, estatuto da pensão de sobrevivência, regime disciplinar, regime jurídico das funções de direcção e chefia e regime de reversão dos vencimentos.

Novas iniciativas legislativas

O Grupo Parlamentar do PCP entregou já na Mesa da Assembleia duas novas iniciativas legislativas, ambas referentes a questões relacionadas com a política que tem vindo a ser praticada pelo MAP contra

a Reforma Agrária, contra a economia nacional.

A primeira dessas iniciativas é o Projecto de Lei 260/1 sobre a revogação da Portaria 162/79, a qual permite ao MAP afetar arbitrariamente áreas da zona da Reforma Agrária por meios e formas não previstas na lei. Os termos da portaria permite a entrega pelo MAP de mais terra aos grandes latifundiários.

A segunda é um processo de ratificação do Decreto-Lei 119/79 que determina que as operações de extracção, transporte e comercialização da cortiça dos montados de sobro dos prédios nacionalizados, expropriados ou expropriáveis fiquem submetidos a controlo estatal.

Serviço Nacional de Saúde: um inestimável serviço ao Povo e ao País

(...) A grande maioria do Povo português vive diariamente uma sensação de insegurança, vive o medo de adoecer, vive o medo de doença. Os trabalhadores, os camponeses, os empregados, a imensa maioria do nosso povo não confia nos serviços públicos. Quando a doença é frequentemente mal atendida, depara com bichas de espera que não se compadecem com a expectativa de quem está doente

e quantas vezes com a própria doença, teme não ter vaga, teme enganos ou trocas, receia não encontrar os profissionais de saúde de que necessita, tem medo dos quilómetros que tem que percorrer até chegar a um médico ou a um hospital. (...) Os profissionais de saúde, esses também, vivem diariamente o problema de trabalharem em condições quantas vezes qualificáveis de degradadas.

(...) Há no entanto o outro lado. E o outro lado é o comércio desenvolvido da medicina. Ali os serviços estão «humanizados», mas isso compra-se e só pode servir-se quem tiver meios para comprar saúde. Consultas a notas de mil e tantas vezes várias... Análises e radiografias, medicamentos com menus à escolha, quartos, «suites», cheios de sofás e esculturas... Neste breve rance

sobre a situação presente colhe-se na verdade o confronto central que nenhuma retórica pode esconter. Os que querem manter esta situação, ou os que pretendem alterá-la radicalmente e efectivar o direito à saúde para todo e qualquer cidadão português. A situação actual resume-se em duas palavras: a saúde é mais que completa, gastos desnecessários, duplicação de serviços, prejuízos graves para o País e para o utente.

(...) A terminar, queria expressar em nome do Grupo Parlamentar do PCP a opinião de que esta Assembleia prestará um inestimável serviço ao Povo e ao País aprovando a lei de bases do Serviço Nacional de Saúde. (...) Mas também não será um governo de direita ou com a direita que será capaz de querer aplicar esta lei. Ela será sim metida na gaveta como outras já foram também. Constate-se a acção

deste Governo, eu não diria privilégios, mas sim de apatridados, mas sim de incompetentes reaccionários que são quase todos, que tem procurado tomar medidas para dificultar a concretização do Serviço Nacional de Saúde, e inviabilizá-lo mesmo, e imaginá-lo por absurdo que a saúde em Portugal seja a publicação desta lei, então nos restam dúvidas que seria um travão à sua execução. (...) Mas é também

Parar a ofensiva contra as nacionalizações

A nossa lei sobre o projecto de Lei 251/1 levanta a pensar que subjacente a ele se encontram dois objectivos que se nos afiguram correctos. Trata-se, por um lado, de estabelecer garantias legais para o adequado respeito e cumprimento do disposto no artigo 83.º, nº 1, da Constituição, que declara conquistas irrevogáveis das classes trabalhadoras todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974. Deste preceito constitucional decorre imediatamente uma clara proibição de desnacionalização, isto é, não podem ser revogados os actos legais e constitucionais de nacionalização, não podem ser alienadas as empresas ou explorações nacionalizadas. São proibidas todas as formas de reprivatização integral ou parcial das empresas nacionalizadas.

Em segundo lugar, o projecto apresenta-se como visando regular o disposto no artigo 83.º, nº 2 da Constituição que determina que «as pequenas e médias empresas indirectamente nacionalizadas, fora dos sectores básicos da economia poderão, a título excepcional, ser integradas no sector privado, desde que os trabalhadores não optem pelo regime de autogestão ou cooperativa». A Constituição proíbe a qualquer desnacionalização de empresas directamente nacionalizadas, de grandes empresas — ainda que indirectamente nacionalizadas — e de quaisquer empresas desde que pertençam a sectores básicos da economia.

(...) É evidente para nós que o escândalo da venda de «O Século» é um exemplo do má-fé da parte do Governo. Quem pretenda que não se está neste caso a procurar desnacionalizar uma empresa (aliás directamente nacionalizada) joga com palavras e demonstra simultaneamente um profundo desprezo pela Constituição. Importa que a Assembleia impeça, através da legislação e dos seus poderes constitucionais, quanto antes, a consumação de tamanha fraude.

(...) Atente-se no recente despacho conjunto dos ministros das Finanças e do Plano, Comércio e Turismo e Transportes. Por incrível que pareça, o despacho a que aludimos parte de uma mentalidade quadrada para determinar a constituição de um grupo de trabalho que visa simplesmente transferir património de uma empresa pública para o sector privado (...). Quando foram nacionalizadas as grandes empresas de transportes rodoviários, constituiu-se que certamente os capitalistas, por razões de fuga ao fisco, de manipulação de crédito, de desvio de lucros e de outros múltiplos fins cada vez mais inconfessáveis, haviam constituído empresas-fantasma de gestão ou outras puramente detentoras do activo das verdadeiras empresas transportadoras.

O Governo do patronato mais reaccionário

(...) Foi assim que foram nacionalizadas directamente as empresas TUCO (Turismo e Comércio S.A.R.L.) e S.T.A.T. (Sociedade Torrejane de Automóveis Lda). O Decreto-Lei 280-C/75 não só as mencionava como expressamente nacionalizadas, como explica no preâmbulo a verdadeira razão da existência de tais empresas. Mas, o despacho acima citado diz num dos seus considerandos que a nacionalização do grupo Claras teria de determinar a nacionalização indirecta das empresas TUCO e STAL. O texto do artigo 1.º do Decreto-Lei 280-C/75 diz: «São nacionalizadas as seguintes empresas: o poder-se-á, entre outras, as empresas «TUCO e STAL».

(...) Quem cumpre a lei? Aliás não o próprio Governo o primeiro a dar o exemplo da perseguição, por motivos sindicais? Não foi exactamente esse o motivo que aplicou a precipitada atitude do Governo Mota Pinto nas sanções aplicadas aos trabalhadores dos TLPs. (...) Ainda reconstituímos a multinacional ITT na Standard Eléctrica resolveu restringir o número de delegados sindicais e membros da CT. Na Lusitânia após o despedimento de 3 delegados sindicais, e porque os trabalhadores encetaram formas de luta em solidariedade aos seus companheiros despedidos, a administração contratou dezenas de indivíduos que, com salários de 70 escudos por mês, impedem a entrada de dirigentes sindicais durante a greve legalmente decretada pressionando os que não se arrebentam a paralisar.

Os direitos dos trabalhadores agrícolas

São bem conhecidas as duras condições de vida dos trabalhadores agrícolas antes do 25 de Abril, que, no fundamental, se caracterizavam pelo seguinte: salários de fome, horário de trabalho de sol a sol, desumanas condições de trabalho e de vida, ausência de previdência rural e de assistência médica e social. É o exemplo generalizado durante largas épocas do ano para homens e mulheres, dezenas de milhares de trabalhadores agrícolas emigrados para o estrangeiro.

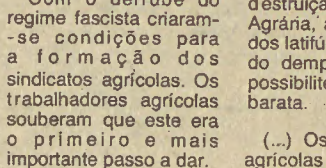
(...) O Governo Mota Pinto, como os governos constitucionais anteriores, não tem intenção de melhorar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores agrícolas, antes pelo contrário elas têm piorado, assim como a dos trabalhadores em geral (...).

Com a verdade podemos hoje dizer que o MAP nada mais faz que atender as exigências dos agrários, dos intermediários, dos especuladores, dos sabetadores da nossa agricultura, exigências que são entre outras a destruição da Reforma Agrária, a reconstituição dos latifúndios, a criação do desemprego rural que possibilita mão de obra barata.

(...) Os trabalhadores agrícolas — e são muitos — que ainda se encontram nestas condições — têm direito a férias pagas, têm direito a ser inscritos nas Caixas de Previdência, têm direito a horas extraordinárias, têm

direito aos feriados, têm de ser considerados seres humanos, e não mera força de trabalho para explorar.

É isto que hoje vimos reclamar em nome dos muitos milhares de trabalhadores agrícolas por entendermos que não pode haver no Portugal de Abril portugueses de primeira e portugueses de segunda. O que os trabalhadores agrícolas reclamam e têm direito é justo, é digno, é necessário. Faça-se justiça! (Manuel Mota, em 10/5/79).



(...) Os trabalhadores agrícolas — e são muitos

Governo não respeita o Outono da Vida

O aumento brutal do custo de vida verificado nos últimos 3 anos, com especial incidência nos aumentos dos produtos essenciais, tem atingido, de maneira particular, centenas de milhares de pensionistas e idosos que vivem em precárias condições financeiras, que dia-a-dia se vão agravando.

Esta situação tem vindo a ser amplamente denunciada, nomeadamente na 1.ª Conferência Nacional de Reformados, realizada em Maio de 1978, e no 1.º Plenário Nacional do MURPI.

Direitos e lutas das mulheres-trabalhadoras

Cerca de seis meses passaram sobre a data da Conferência Sindical Nacional sobre os problemas da mulher-trabalhadora, organizada em 4 e 5 de Novembro pela CGTP e em cuja preparação participaram mais de quatro mil trabalhadoras, em quinhentas reuniões, ocorre naturalmente perguntar se as conclusões desta Conferência, os debates nela travados e as resoluções ali aprovadas têm sido tidas na devida conta pelo Governo e pela administração pública e que tipo de resposta têm recebido do patronato.

(...) O que se passou com a política do Governo Mota Pinto em ramos de produção onde a mão-de-obra feminina é dominante, como sejam indústria têxtil do vestuário, das conservas, dos químicos, do material eléctrico e outras é bem a confirmação de que o grande patronato e o seu governo se mantêm surdos ao que os sindicatos em especial a 1.ª Conferência Sindical Nacional sobre os problemas da mulher-trabalhadora defendem no que respeita ao direito ao trabalho, estabilidade no emprego e despedimentos das mulheres

trabalhadoras. Que o digam as trabalhadoras da Jacinto e da Flação Crestuma, as trabalhadoras da Valfar de Vila do Conde e da Civa de Valongo, da Ernesto Cruz da Covilhã, da Camisaria Moderna, da Flação de Tomar, da Cotes, da Ourapel, da Civa de Leça, da Novilibras, da António Alves, da Sofia, da Indústria das Hortas, da Manuel Henriques de Moscovide, da Fernando Roda, da Alifrodite, da Levitex, da Francus-2000, da Vanda e Coelho, dos Estofos Sultate e de tantas e tantas outras empresas têxteis onde os despedimentos, a repressão as

ameaças, o lock-out, os salários em atraso são o «pão nosso de cada dia» das trabalhadoras que nelas estão em maioria.

(...) Outro aspecto que desejaria focar nesta minha intervenção é da situação de oportunidades para a mulher-trabalhadora na preparação, formação e promoção profissional (...).

em português

CIÊNCIAS SOCIAIS

Uma revista nova que informará da actividade de mais de 30 Institutos de investigação científica da Academia das Ciências da URSS, nos domínios da FILOSOFIA, HISTÓRIA, ECONOMIA, POLÍTICA, SOCIOLOGIA, DIREITO, FILOGIA, PSICOLOGIA, ETNOGRAFIA E ARQUEOLOGIA.

A VENDA 50500

edições Avante!

Ofensiva reaccionária em larga escala contra a organização e a unidade dos trabalhadores nas empresas

Patrões de outro tempo com saudades do fascismo, gestores que, de bem ou de mal com a sua consciência, recorrem à repressão para impor soluções antitrabalhadores, forças reaccionárias e pró-fascistas com vários rótulos, partidos da direita e o seu Governo desqualificado e moribundo estão directamente, ou por portas travessas, na primeira linha de uma ofensiva sem exemplo contra a participação criadora dos trabalhadores nas empresas e na vida nacional.

Estão em jogo liberdades, direitos e garantias constitucionais. Em centenas de lutas por todo o País é muito o que se defende. É o direito ao trabalho e à prática permanente das liberdades sindicais, o direito de intervir para defender os postos de trabalho melhorando a situação económica e financeira das actividades produtivas, o direito

de combater os atentados contra os órgãos representativos dos trabalhadores em empresas e serviços.

O alvo escolhido da ofensiva reaccionária é bem claro para todos. A direita (e tudo o que lhes faz o jogo) tenta destruir a organização e a unidade dos trabalhadores dentro e fora dos locais de trabalho. Para atingirem os seus objectivos antidemocráticos e anticonstitucionais, essas forças recorrem ao despedimento selectivo, empregam «gorilas» que praticam verdadeiros actos de banditismo, usam o «lock-out», a coacção, ameaçam, subornam, agredem.

Os exemplos são muitos. Escolheremos alguns, daqui a pouco. Por enquanto, queremos salientar um facto que deveria ser (mas não é) evidente para essas forças reaccionárias. Esse facto é a capacidade de resposta dos trabalhadores organizados. A repressão faz vítimas.

Dolorosamente para o movimento operário e popular, para todas as forças da democracia e do progresso na via do socialismo, algumas dessas vítimas sucumbem. Mas a verdadeira força continua com os trabalhadores. A luta é vasta e tem grande adesão. Sempre que é impossível evitá-lo, através da negociação, os trabalhadores enfrentam as atitudes repressivas, exigem a readmissão dos companheiros despedidos, obtêm êxitos e evitam novos actos de repressão.

A luta e a solidariedade crescem. No último fim-de-semana, na Mague, foi feita mais uma vez a prova disso. Num plenário aí realizado por iniciativa do Movimento Sindical e membros das CTs do distrito de Lisboa, depois de analisados os casos de repressão em grande número de empresas, foi justificado o desenvolvimento de «acções

concretas» contra as atitudes repressivas arbitrárias e ilegais, que têm um exemplo bem definido na Sorefame e na luta dos seus trabalhadores.

Entre muitas, outras empresas aí foram citadas: Cometna, Lusallite, Cabos Ávila, TLP, Standard Eléctrica, RDP, AGPL, Pastelaria Suíça, Lanaigo, J. Pimenta, Lisnave, Rodoviária Nacional, Precitx, Icesa, Habitat, CP. Os métodos de repressão variam. Mas todos eles ameaçam ou actuam com o despedimento sobretudo sobre delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores. Todos eles procuram atingir as organizações representativas dos trabalhadores, desautorizar o Movimento Sindical, e incapacitar a sua força para agir em comum na defesa de direitos, liberdades e garantias comuns.

Na Sorefame em defesa dos ORTs

• Contra despedimentos e suspensões

Três trabalhadores despedidos e 11 suspensos sem salários, por períodos que vão de quatro a nove dias, é o resultado mais próximo e mais grave da situação repressiva que a administração da Sorefame instalou na empresa e que ameaça todos os trabalhadores através da tentativa de destruição dos seus organismos representativos (ORTs).

Numa situação financeira difícil, com atrasos no pagamento de salários e na chegada de matérias-primas, os administradores dessa grande empresa com capital maioritário do Estado, «quer no que toca às relações com os trabalhadores, quer no que respecta à direcção e gestão da empresa, põem seriamente em perigo o futuro da Sorefame e dos 4300 trabalhadores que nela laboram», refere uma proposta aprovada em plenário na última segunda-feira, durante uma

paralisação espontânea de protesto e luta contra aquela «acção repressiva» da administração, a «mais violenta desde sempre levada à prática na Sorefame».

Aprovada por maioria, com 9 votos contra e 7 abstenções, essa proposta marca paralisações de duas horas em cada um dos três turnos de hoje e de amanhã, no seguimento da luta que os trabalhadores desenvolveram com participação intensa e numerosas provas de solidariedade, desde 11 de Abril findo, ao mesmo tempo que procuravam «e procuram, através do diálogo, soluções para os conflitos existentes, no interesse da empresa e da economia nacional».

Como salienta o comunicado que acabámos de citar, subscrito por três Unões de Sindicatos (Lisboa, Setúbal e Amadora), pela Federação dos Sindicatos

Metalúrgicos, pelas Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal, por seis Sindicatos e pelo Conselho de Trabalhadores da Amadora, a administração da Sorefame «apenas deseja reprimir os trabalhadores e os seus organismos representativos uma vez que os processos são ilegais e não contém matéria válida para quaisquer castigos». Visam é «retirar regalias aos trabalhadores», alegando «injúrias» inexistentes, divulgação pública de elementos sobre a realidade da empresa e alegando «desobediência».

Os trabalhadores e os Sindicatos negam e recusam a validade dessas acusações que, significativamente, são atribuídas a trabalhadores com responsabilidades nas ORTs (Comissão de Controlo, Comissão Intersindical e Comissão Negociadora do Caderno Reivindicativo).

Trata-se de penalidades abusivas e despedimentos selectivos destinados a desarticular e, se possível, destruir a eficácia de organismos de defesa e de unidade dos trabalhadores.

Trata-se de preparar o caminho para medidas ainda mais graves, debilitando a organização e a unidade dos trabalhadores, de cujo empenho a empresa necessita para sair de dificuldades e progredir.

O Movimento Sindical afirma que as atitudes da administração da Sorefame são de desprezo total pelos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, pelos reais interesses da empresa e da economia nacional. Citamos: «Enquanto os trabalhadores e a elevada consciência e determinação se empenham na recuperação da Sorefame, como o demonstraram, por exemplo, ao

terem efectuado em menos 12 mil horas que o previsto, o trabalho executado num período de 3 meses, a administração, de forma irresponsável e aventureira, lança-se num processo de instabilidade social que, juntamente com a situação na Sorefame, não serve a empresa nem os que nela ganham o seu pão, mas ante os seus declarados inimigos».

Sem nunca recusarem a negociação, mas matendo a firmeza que lhes vem do facto de terem pelo seu lado a razão e a legalidade, os trabalhadores da Sorefame vão continuar a luta pela reintegração de todos os membros dos ORTs, pela anulação de todas as penalidades abusivas, contra os despedimentos, contra a repressão, pelo direito ao trabalho e todos os direitos, liberdades e garantias que a Constituição reconhece.



Votação maciça na Sorefame aprova paralisações para hoje e amanhã da luta contra penalidades e despedimentos ilegais

No Porto os trabalhadores expulsam os «gorilas» da Jacinto

Sabotadores premiados pelos governos de direita com a devolução de empresas intervencionadas e recuperadas muitas vezes da ruína pelos trabalhadores encabeçam a vaga repressiva nas empresas. Foi é assim na Real Vinícola, onde trabalhadores são espancados e perseguidos pelos caceteiros do patrão. É assim na Abel Alves de Figueiredo, onde lacaios se passeiam pela empresa, exibindo mocas e cadeados, procurando manter

um clima de intimidação. Mas não é assim na Jacinto.

Contra essas situações inadmissíveis, os trabalhadores reforçam a unidade, movimentam-se, protestam e adoptam formas de luta. Os cerca de mil trabalhadores da Jacinto, recentemente devolvida, conseguiram expulsar da empresa os «gorilas» encomendados à Fidelis pelo patrão. Depois de dois dias de paralisação e de plenário permanente, perante a unidade,

determinação e combatividade dos trabalhadores, o patrão, em negociações efectuadas no Governo Civil do Porto, comprometeu-se a não fazer despedimentos e a não tentar colocar em postos-chave «elementos estranhos» à empresa.

Esses «elementos estranhos» custariam mais de 3000 contos por ano, quando os débitos da Jacinto aos trabalhadores somam dezasseis mil contos só de retroactivos.

Ao saudar o êxito obtido, o secretariado da Célula do PCP na Jacinto lembra aos seus companheiros de trabalho «os caminhos da unidade e da luta contra o regresso à empresa da polícia privada do patrão» e apela à «defesa e garantia de todos os postos de trabalho», à defesa das «propostas dos trabalhadores quanto ao futuro da empresa, continuando a denúncia e o combate contra a entrega da Jacinto» aos patrões que a sabotaram.

Trabalhar é um perigo em Portugal

• Segundo dados de 1976, os deficientes acidentados do trabalho atingiram em Portugal um número superior a 500 000, ao mesmo tempo que os doentes profissionais somavam mais de 100 000. Os acidentados de trabalho e as doenças profissionais que ocorrem anualmente são superiores a 800 000, mil das quais são mortais e cerca de 100 000 provocam incapacidade para o resto da vida — revelou o Seminário Sindical sobre Higiene e Segurança no Trabalho realizado no último sábado, em Lisboa, por iniciativa da CGTP-Intersindical Nacional

Portugal ocupa um dos primeiros lugares da Europa quanto ao total de acidentes de trabalho e doenças profissionais. É mais um triste *record* que o fascismo legou aos trabalhadores e que o 25 de Abril ainda não conseguiu diminuir. Comparado com a França, que está longe de ser neste campo o melhor exemplo, temos mais 14 trabalhadores acidentados em cada cem. A França tem 9. Portugal tem 23.

Fruto de centenas de reuniões com dirigentes e delegados sindicais, membros das CTs e das Comissões de Higiene e Segurança no Trabalho, quadros técnicos e trabalhadores em geral, os resultados apurados no Seminário promovido pela CGTP-IN (743 participantes, 3 secções de trabalho, 105 intervenções das 152 pedidas), que constam de um Manifesto aprovado por unanimidade e aclamação no final

associações sindicais, filiadas ou não na CGTP-IN, assim como aos delegados sindicais, Comissões de Higiene e Segurança no Trabalho (HST) e Comissões de Trabalhadores, apresenta ao Estado uma série de reivindicações urgentes, exigindo designadamente que «o Estado defina uma política nacional de Higiene, Segurança e Prevenção dos riscos profissionais».

Em 11 pontos com um total de 23

a estatística («perspectivar o adequado estudo estatístico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais com o objectivo da Prevenção»), a «elaboração e definição do estatuto do médico do trabalho» e a «criação e manutenção de centros especializados de recuperação e reabilitação médica e profissional».

No ponto referente a seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, o «caderno» reivindica a institucionalização desse seguro, a «alteração do processo de cálculo das pensões, de forma a ter em conta o salário real dos trabalhadores», e a «actualização das pensões de Acidentes de Trabalho e Doenças

122 305 beneficiários (2453 contribuintes) o número total de pensões era de 4698 assim distribuídas: 4439 por silicose, 129 por silico-tuberculose, 122 por surdez, 4 por saturnismo, 3 por dermatoses e 1 por silicose e dermatose.

O mínimo que se pode dizer é que se trata de uma gota de água num oceano de mais de 100 000 trabalhadores atacados de doenças profissionais.

Há quem lucre com os acidentes

Segundo números do Instituto Nacional de Seguros referentes

As 7 acções fundamentais

1. Criação em toda a estrutura do Movimento Sindical Unitário (Unões, Federações, Sindicatos) de Grupos de Trabalho para a Higiene, Segurança e Prevenção;

2. Criação de Comissões de Higiene e Segurança no Trabalho nas empresas e dinamização das comissões existentes;

3. Esclarecimento, sensibilização e organização dos trabalhadores e quadros técnicos para as questões da Higiene, Segurança e Prevenção no quadro da luta por melhores condições de trabalho e de vida;

4. Formação de quadros e dos trabalhadores em geral através, nomeadamente, de cursos apropriados;

5. Providenciar para que nos instrumentos de regulamentação colectiva sejam incluídas normas sobre Higiene, Segurança e Prevenção dos riscos do trabalho, nomeadamente a institucionalização das Comissões de Higiene e Segurança no Trabalho em todos os locais de trabalho;

6. Participação em instâncias e (ou) organismos

vezes à acção caritativa». Quem ganha é a indústria seguradora. São «os militares e militares de contos de lucros à conta do seguro de Acidentes de Trabalho» — salienta o Manifesto — e que servem para pagar prejuízos de ramos de seguros de pequenos estratos da população (vida, automóvel, etc.) à custa da esmagadora maioria do povo trabalhador e à custa da sua saúde e da sua vida. Só um exemplo: a Companhia de Seguros Império declarou lucros do seguro de Acidentes de Trabalho, no ano transacto, de valor superior a 80 mil contos, embora a realidade suba esses lucros para a casa dos 120 mil».

oficiais ou não, que se dediquem a esta problemática contribuindo aí com a sua posição coerente e responsável para a resolução dos problemas nacionais e dos trabalhadores nesta frente de trabalho. Aliás, a exemplo do que já vem acontecendo com a participação da CGTP-IN na Comissão Intersindical Permanente criada pela Portaria 477/76 de 3 de Agosto e na qual tem dado importante contributo; na Comissão Técnica de Normalização e, mais recentemente, na Comissão Permanente de Revisão da Lista das Doenças Profissionais a qual, com vista àquela revisão tomou por base o único projecto: o projecto da CGTP-IN;

7. Responsabilizar, por todos os meios ao seu alcance, as entidades competentes, particulares ou do Estado para que cada uma assumam as suas responsabilidades constitucionais, denunciando, se necessário, a situação existente aos órgãos superiores do Estado ou mesmo às entidades internacionais às quais Portugal se encontra vinculado.

Comércio em luta reúne-se no sábado em Encontro Nacional

Como já aqui anunciámos com relevo, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio leva a efeito, no próximo fim de semana (dias 19 e 20) um grande Encontro Nacional que decorrerá no Pavilhão do Clube Atlético de Campo de Ourique, em Lisboa, com a participação de cerca de 450 delegados de todo o continente e ilhas. A iniciativa, que tem sido preparada com numerosa participação e nos moldes democráticos que caracterizam as actividades do Movimento Sindical Unitário, interessa a cerca de 180 mil trabalhadores (150 mil sindicalizados) de um sector da economia nacional que contribui com 12,5 por cento para o Produto Interno Bruto e ocupa 10 por cento da população activa.

Em declarações à Imprensa,

um membro da Comissão Organizadora do Encontro adiantaria que as pequenas empresas comerciais estão na mira dos grandes monopólios europeus. Ora as empresas desse tipo, com menos de 20 trabalhadores, ocupam 80 por cento do total da mão-de-obra. A concretizar-se essa política, que é a deste Governo de desastre nacional, será fácil de antever (e o caso Pão de Açúcar prenuncia-o) o desemprego que aí virá e quem serão as suas vítimas.

Realizado em unidade e aberto a todos os trabalhadores, sem discriminações de qualquer tipo, este 1.º Encontro, que continua a ser activamente preparado por todo o País, aprovará conclusões urgentes para a defesa mais eficaz e intransigente dos direitos e interesses de uma grande

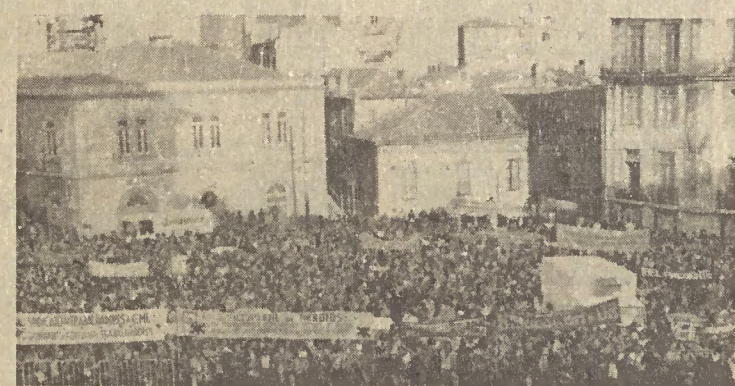
camada de trabalhadores unidos nos mesmos objectivos e com um mesmo inimigo pela frente.

Encontro das COOP e EAGs

Com os objectivos que anunciámos na semana passada, decorrerá no próximo sábado, 19, na Voz do Operário, em Lisboa, o 1.º Encontro Nacional das Cooperativas Operárias de Produção Industrial e Serviços e das Empresas em Autogestão (COOPIS e EAGs). A Comissão Organizadora desta iniciativa preparada e realizada em unidade espera uma boa participação dos trabalhadores interessados a vários níveis na defesa e no prosseguimento dessa conquista de Abril, que são as cooperativas e as empresas em autogestão.

Pela revisão salarial na Função Pública

A semelhança de muitas dezenas de casos por todo o País, abrangendo sectores tão importantes como os têxteis, os assalariados rurais, pescadores, ferroviários, hotelaria em luta pela contratação colectiva, os trabalhadores da Função Pública movimentam-se pela revisão dos salários e por outras questões relacionadas com a regulamentação do trabalho. Em concentrações realizadas na última quinta-feira, em Lisboa, Porto e Coimbra, os trabalhadores da Função Pública exigiram uma resolução «urgente e negociada» para uma



proposta reivindicativa que o Governo tem em seu poder desde Dezembro do ano findo. Na foto, um aspecto da concentração em frente ao Palácio de S. Bento, em Lisboa.

Lutas e Tarefas

• Lucro na Tomé Fêteira — Gerida pelos trabalhadores, a fábrica de limas Tomé Fêteira, de Vieira de Leiria, económica e tecnicamente falida em 1976, quando foi abandonada pelos patrões, apresentou no ano findo um lucro superior a 11 mil contos. Segundo as contas apresentadas em conferência de imprensa pela Comissão de Trabalhadores, as vendas nos mercados interno e externo, durante o ano findo subiram a mais de 130 mil contos. «Em franco estado de recuperação, após o caos em que foi lançada pela má gestão dos Fêteiras».

a fábrica, que emprega mais de 600 trabalhadores, deve ser transformada «numa empresa de economia mista com capitais do Estado e dos Fêteiras», reclamam os trabalhadores.

• Pela PRT rural — Representados em Lisboa por alguns dos seus dirigentes, os Sindicatos Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Lisboa, Setúbal e Santarém difundiram um comunicado exigindo a saída da Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) para o sector. Depois de

tentarem sem êxito avistar-se com o presidente da Comissão Técnica Coordenadora Nacional das PRT dos Rurais, aqueles dirigentes lembram que «parte dos trabalhadores agrícolas tem a sua regulamentação de trabalho fixada por portaria de 1975 e os outros, os do Norte e Centro, nunca tal tiveram». A PRT, pela qual os trabalhadores e os seus Sindicatos vêm lutando há anos, devia ter sido publicada no ano findo, segundo promessas do Governo de então, reafirmadas pelo actual, sem que até agora tal se verificasse.



dos trabalhos, incluem 7 «acções fundamentais» a desenvolver por toda a estrutura do Movimento Sindical Unitário. Este «assume e aplicará as responsabilidades que lhe competem» perante um estado de coisas «caótico e anárquico» que levou a CGTP-IN a iniciar em 1976, «com a criação do Grupo de Trabalho de Higiene e Segurança no seu Departamento de Assuntos Sociais, uma intensa actividade de sensibilização, participação, dinamização e organização em toda a estrutura do Movimento Sindical Unitário e, particularmente, junto dos trabalhadores nas empresas».

Reivindicações ao Estado

O Seminário Sindical de Higiene e Segurança no Trabalho, aberto

Profissionais, atendendo, entre outros factores, ao aumento do custo de vida».

Pensões só para 4 doenças profissionais

A instituição de seguros ligada à Segurança Social atribui pensões apenas por 4 doenças profissionais: silicose, surdez, saturnismo e dermatose. No entanto, a própria lista das doenças em vigor, cuja revisão é exigida pelos trabalhadores, inclui 44 doenças profissionais. Para ilustrar minimamente a situação nesse campo basta citar, segundo o Manifesto, dados referentes a 31 de Dezembro de 1976 (não há outros mais recentes). Só quanto à Caixa Nacional de Seguros de Doenças

apenas a acidentados de trabalho, as companhias seguradoras pagaram pensões em 1974 no valor de 325 829 contos; em 1975, 415 188 contos; em 1976, 460 736 contos; e em 1977, 516 139 contos. Vejamos agora os lucros nesse ramo: 1974, 40 000 contos; 1975, 52 000 contos; 1976, 81 000 contos; 1977, 88 000 contos; 1978, 123 000 contos. Referência especial merece o facto de, em 1978 — o caso mais significativo, acrescenta o Manifesto — as despesas com a acção de previdência (pensões, despesas de funeral, etc.) serem somente de 63 000 contos, ou seja menos de 20% das receitas globais da instituição.

Quem perde neste caso são os trabalhadores, com «pensões de miséria que os obrigam a viver nas mais baixas condições do ser

Domingo, mais eleições de freguesia

Reacção tenta intimidar candidatos da APU

Devido às demissões dos eleitos do PPD, CDS e PS realizam-se no próximo domingo, dia 20, mais quatro eleições suplementares para Assembleias de Freguesia.

Exceptuando o caso de Minhotães (concelho de Barcelos, distrito de Braga) em que as eleições se ficam a dever aos eleitos do CDS e PS, a nova ida às urnas em Caçarelhos (concelho do Vimioso, distrito de Bragança), Calheiros (concelho de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo) e Feteira (concelho da Horta, Açores) é da inteira responsabilidade do PPD, que tem demonstrado a saciedade a sua incapacidade, incompetência e desinteresse na gestão dos órgãos autárquicos, mesmo onde detém a maioria.

Não obstante as dificuldades que continua a ter de enfrentar, a Aliança Povo Unido apresenta listas em todas as freguesias, com excepção de Minhotães, concorrendo pela primeira vez.

Este facto, que por si só constitui uma grande vitória, é tanto mais significativo

quanto é certo que as forças reaccionárias estão a desenvolver no Norte do país uma intensa campanha de intimidação, coacção e mesmo repressão sobre os candidatos do Povo Unido, num esforço desesperado para tentar evitar que a voz dos democratas chegue aos até agora seus feudos, esclarecendo a população ainda dominada pelo caciquismo e submetida ao maior obscurantismo.

O despedimento de elementos que fizeram parte das listas APU em Vila Cova e Cavez (freguesia onde estavam marcadas eleições suplementares, entretanto adiadas) mostra bem, por um lado, os métodos «democráticos» e «pluralistas» da direita e, por outro lado, o seu desespero pelo avanço lento (nalguns casos) mas seguro das forças democráticas que integram a APU.

Também em Calheiros as pressões se têm feito sentir, verificando-se mesmo a lamentável exploração dos sentimentos religiosos dos candidatos do Povo Unido, como se o mais importante não fosse de facto eleger para os órgãos de Poder Local as pessoas mais honestas, mais capazes e dispostas a trabalhar pela melhoria das condições de vida da população.

De registar que nesta freguesia se apresentam às eleições, para além da APU, uma lista do PPD e outra de cidadãos eleitores resultante de uma aliança PS/CDS. A persistência do PS em se aliar à direita, com as graves consequências de perda de influência do primeiro que as sucessivas eleições têm demonstrado, não beneficia, antes prejudica as populações.

E mais lamentável ainda é que com tal política o PS esteja queimando elementos que, noutras condições, poderiam prestar um bom serviço à democracia.

Em Caçarelhos e na Feteira,

as outras duas freguesias onde a APU concorre, o panorama não é muito diferente. As listas, compostas no fundamental por jovens, enfrentaram desde o início inúmeras dificuldades, inclusive na distribuição da sua propaganda eleitoral.

Quem se interessa em esclarecer as populações?

As campanhas eleitorais, em princípio destinadas para as várias forças políticas apresentarem ao eleitorado os programas que se propõem defender, se forem eleitas, não parecem ter interessado muito às listas que se apresentam às eleições de domingo.

Com excepção do da APU, não se conhecem quaisquer outros programas, pelo que tudo leva a crer que para as restantes forças a campanha eleitoral que amanhã termina se limitou ao mais primário anticomunismo e às mais diversas manobras de bastidores para evitar o esclarecimento que a APU se propõe realizar.

Enquanto na Feteira o Povo Unido apresenta uma lista amplamente unitária, com uma larga maioria de candidatos não comunistas, que corajosamente desmascarou a política repressiva e de desprezo pelas populações seguida pelo PPD — tão dividido entre si que estas eleições foram provocadas por desinteligências dos antigos elementos da Junta de Freguesia com o presidente da Câmara e com o secretário regional da indústria, ambos também do PPD — em Caçarelhos a APU divulgou um programa de acção modesto mas realista.

Salientando a importância do voto, e sobretudo do voto consciente, os candidatos da APU à Assembleia de Freguesia de Caçarelhos colocam como objectivo principal da sua acção, se forem eleitos, a construção de uma Casa do Povo, velha aspiração popular, que só não existe ainda porque os até aqui responsáveis pela autarquia nada fizeram para isso.

Os candidatos do Povo Unido naquela freguesia

lembram a propósito que não será com o PPD que tal aspiração se tomará realidade, pois, certamente, ainda ninguém se esqueceu do sucedido recentemente em Cércio, onde os eleitos do PPD não só não construíram a Casa do Povo como destruíram a erguida pela população!

Também em Calheiros foi distribuído um manifesto e um programa de acção, que reflecte o conhecimento e o desejo de resolver os problemas locais.

Mais ninguém se preocupou com tais coisas. Para a reacção, a política é a intimidação, a repressão, o culto do obscurantismo.

Mas o caminho para as forças democráticas já está aberto.

Quaisquer que sejam os resultados do próximo domingo, a APU já alcançou uma importante vitória concorrendo. A semente está lançada e ficará a germinar. Para além das eleições, os frutos do trabalho de esclarecimento sério e honesto, apenas iniciado, acabaram por amadurecer.

MURPI exige ser considerado parceiro social

Exigir do Governo o reconhecimento do MURPI (Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos) como parceiro social e protestar contra a decisão do gabinete de Mota Pinto de desviar dinheiro da Previdência para o Orçamento Geral do Estado, são dois dos principais objectivos que levam os reformados, pensionistas e idosos de Lisboa e Setúbal a reunirem-se no próximo dia 19, sábado, no Coliseu dos Recreios em Lisboa.

Em recente conferência de imprensa os representantes daquele Movimento deram a conhecer a sua disposição de intensificar as diligências para a satisfação do seu Caderno Reivindicativo aprovado em Dezembro último, nomeadamente no que se refere ao aumento das pensões, direito a assistência medicamentosa gratuita, descontos nos transportes sem discriminações e direito à habitação social.

Para além destes aspectos, o MURPI inscreve também no

seu programa de acção imediata a luta para obrigar o Governo a assumir as suas responsabilidades e de o Estado subsidiar a Previdência na medida do necessário, para garantia da segurança económica das pessoas idosas.

Em documento divulgado a propósito o MURPI deixa bem claro que não aceita o desvio de dinheiro da Previdência para o OGE não por egoísmo, mas porque o injusto sacrifício elitista que lhes é imposto se destina apenas a poupar os grupos sociais com capacidades económicas fora do razoável, salientando ao mesmo tempo a inconstitucionalidade de tal medida, que denuncia como visando aumentar intencionalmente a miséria em que a maioria se encontra.

No mesmo comunicado o MURPI faz notar que, enquanto o Governo está extremamente interessado na concessão de indemnização a capitalistas, os reformados, pensionistas

e idosos estão mais do que nunca interessados em viver com a esperança do 25 de Abril.

Deixam por isso à consideração de todos os eleitos do povo a responsabilidade histórica que assumirão se na Assembleia da República não modificarem o OGE de modo a corresponder ao consignado na Constituição da República.

A Comissão Coordenadora do MURPI informou ainda que o encontro-convívio de sábado, no Coliseu dos Recreios, se integra numa série de plenários, concentrações e debates para análise e divulgação dos problemas dos reformados e pensionistas que, por todo o país, exigem a satisfação das suas reivindicações e reclamam a substituição do Governo Mota Pinto.

Segundo os representantes daquele Movimento tal substituição é indispensável porque o actual executivo não só agrava as condições sociais e de trabalho e a capacidade económica e financeira do



Cada vez mais fortes na sua unidade, na sua organização os reformados, pensionistas e idosos exigem que o seu movimento — MURPI — seja incluído entre os parceiros sociais

país, como também põe em perigo a liberdade, a democracia e as conquistas do 25 de Abril.

Outras iniciativas do MURPI

Da intensa actividade do MURPI importa destacar a realização, muito brevemente, dos jogos florais de reformados, pensionistas

e idosos, bem como a dinamização de iniciativas culturais, recreativas e desportivas nos centros de reformados. Ainda este ano o MURPI realizará um novo Encontro Nacional, comemorará o Dia Nacional do Reformado (em 6 de Outubro) e vai assinalar pela segunda vez o "Natal do Reformado".

Em Abril de 1980 aquele

movimento projecta realizar a Segunda Conferência Nacional dos Reformados.

A par destas iniciativas o MURPI vai promover, embora ainda sem datas marcadas, concentrações de reformados por todo o país, como protesto contra a falta de apoio que têm tido e pelo cumprimento das suas justas reivindicações.

Festa da APU na Ajuda foi festa popular

Cerca de quatro mil pessoas participaram no passado sábado, no Largo do Rio Seco, na Ajuda, numa animada festa popular organizada pela Aliança Povo Unido de Lisboa.

A jornada de convívio, que ultrapassou todas as expectativas, atraiu milhares de jovens e crianças, que no início da tarde se empenharam em brilhar nas provas de atletismo, nas simultâneas de xadrez e deram largas à imaginação nas pinturas feitas.

Música, divertimentos e os inevitáveis comes-e-bebes ocuparam o resto da tarde até ao início do comércio, a que nem o intenso calor conseguiu retirar o entusiasmo e a enorme participação.

Carlos Alberto, membro da Assembleia de Freguesia da Ajuda, foi o primeiro orador. Falou dos principais problemas sentidos pela população, a nível local, que, de uma forma generalizada, sofre as

consequências do envelhecimento do parque imobiliário, da falta de habitação, da falta de infra-estruturas básicas. Silva Graça, vereador da APU na Câmara Municipal de Lisboa, falou por seu turno das dificuldades encontradas no desempenho das suas actividades, chamando a atenção para a injustificada desproporção entre os lugares ocupados pelos vereadores do PS e os da APU, não obstante esta ter sido, nas eleições de Dezembro de 1976, a segunda força política em Lisboa.

A política reaccionária do Governo Mota Pinto e as múltiplas ilegalidades que vêm sendo cometidas na zona da Reforma Agrária foram depois denunciadas pelo camarada José Casanova, membro da DORL e do CC do PCP, que salientou a importância da unidade de todas as forças progressistas na defesa

e consolidação da democracia.

A festa continuou depois do início e foi até de madrugada. Após a actuação dos grupos «Cantares de Maio» e «Enigma» foi a vez do fado, ponto alto da noite.

As actuações dos fadistas Abílio Duarte, César Pinto, Natércia Aguiar, Quim Valente e Zé Castanheira, seguiram-se ao baile, grande e animado, ao som do conjunto «Magazine».

Problemas não houve. Para o que contribuiu certamente a colaboração activa e atenta dos Bombeiros Voluntários da Ajuda, das Colectividades locais, da Comissão Unitária de Mulheres de Alcântara e ainda das organizações da juventude do PCP (UJC e UEC), bem como de todos quantos participaram naquela grande festa popular.

No regresso a casa todos levavam uma certeza. Amanhã o futuro será diferente. Será melhor.



Entusiasmo e participação na Festa da Ajuda

Cooperativas de consumo promovem Congresso

Realiza-se nos próximos dias 26 e 27 de Maio o II Congresso Nacional das Cooperativas de Consumo, subordinado ao lema «União é Força».

Segundo informação da Federação Nacional das Cooperativas de Consumo (Fenacoop), o Congresso decorrerá na Fundação Gulbenkian, tendo como objectivo fundamental a discussão de dois pontos — a unidade e organização das cooperativas e a informação e defesa dos consumidores.

No Congresso, em que podem participar todas as cooperativas que se inscreverem, quer estejam ou não filiadas na Federação, serão debatidos «os princípios cooperativos e a Constituição da República; legislação para o sector cooperativo e apoio do Governo; a organização do sector cooperativo de consumo; educação cooperativa, emprego e relações de trabalho; as cooperativas, o movimento sindical e o movimento popular; e as cooperativas: que projecto de desenvolvimento económico e social?»

Todos estes temas estão já a ser amplamente discutidos por todo o país, em reuniões distritais ou concelhias de cooperativas de consumo. O amplo trabalho preparatório que vem sendo realizado leva os organizadores a esperar que este II Congresso das Cooperativas de Consumo venha a ser uma grande jornada de análise e discussão dos problemas cruciais que afligem, cada hora com maior intensidade, os consumidores, com acentuado relevo para as classes mais desfavorecidas.

PPD perde terreno nos Açores

Nas recentes eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de S. Mateus (Urzelina), concelho de Velas, na Ilha de S. Jorge, o PPD — único concorrente — não conseguiu recolher mais de 13% dos votos do eleitorado.

No acto eleitoral participaram apenas 86 dos 524 eleitores inscritos, ou seja, 16%. Dos 86 votos expressos, 14 estavam em branco e quatro foram considerados nulos, pelo que a lista do PPD foi eleita por 68 votos.

Comparando estes resultados com os obtidos em 1976, o partido de Mota Amaral (o «chefe» das Ilhas) não pode deixar de sentir a hostilidade do que foi o seu próprio eleitorado.

Em Dezembro de 1976 o CDS havia ganho as eleições com 224 votos (quatro mandatos), enquanto o PPD obtinha 143 votos (três mandatos).

Ao concorrer agora sozinho, o PPD não só não consegue captar a votação do CDS como ainda perde 52% dos votos que conseguiu em 1976, ou seja, 75 votos.

Preferindo a abstenção (84%) do que votar PPD, a população de S. Mateus mostrou bem o seu repúdio pela política desenvolvida pelo até agora partido maioritário dos Açores, de completo desprezo pela melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

Encontro da APU com população do bairro de Santa Maria

A Aliança Povo Unido promoveu recentemente, no bairro de Santa Maria (Urmeira), na freguesia de Odivelas, um debate com a população para análise dos gravíssimos problemas locais da zona e esclarecimento da questão da criação da futura freguesia da Pontinha.

No encontro participaram um vereador da APU na Câmara Municipal de Loures e elementos do Povo Unido na Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Odivelas. Mais de cem pessoas estiveram presentes e discutiram vivamente os problemas locais.

O bairro de Santa Maria constitui um dos mais degradados da área da Pontinha, praticamente sem saneamento básico, sem electrificação, sem esgotos, com vastas zonas de barracas e com grande parte sem água canalizada.

Albergando cerca de cinco mil habitantes (1684 eleitores), aquele bairro esteve no passado sob tutela da União das Freguesias do Distrito de Lisboa, organismo que na divisão administrativa fascista dependia do Governo Civil, o qual nada fez para melhorar as condições de vida da população.

Na óptica da APU, compartilhada pela população, só com a gestão democrática da futura freguesia da Pontinha, de que o bairro deverá ficar dependente, será possível resolver as inúmeras carências ali existentes.

Centro de convívio para idosos

Por iniciativa da Comissão de Moradores do Bairro Sete no Barreiro, foi inaugurado naquela vila, em dependências do Convento da Paiva, mais um centro de convívio para pessoas idosas.

Com a entrada em funcionamento destas instalações elevam-se para três o número de centros para reformados existentes no Barreiro.

Autarquias em dificuldades devido à não aplicação da Lei das Finanças Locais

A não aplicação da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Assembleia da República desde os fins do ano passado, está a provocar cada vez maiores prejuízos às autarquias de todo o país que, de uma forma ou de outra, caminham rapidamente para a asfixia financeira.

O presidente do município da Guarda, por exemplo, afirmou recentemente haver sido já obrigado a desviar verbas provenientes de um empréstimo do Fundo de Fomento da Habitação destinadas à habitação social, para acorrer a despesas normais de administração, devido à difícil situação financeira do município, provocada pelo não cumprimento da lei 1/79.

Também a Câmara Municipal de Lisboa, que numa das suas últimas reuniões aprovou um projecto de conservação de pavimentos e esgotos, no montante de oitenta mil contos, se encontra a braços com graves problemas financeiros.

A Câmara do Barreiro, por seu turno, que vem desenvolvendo intensos esforços para vencer a chamada «guerra dos buracos», vê a sua acção entravada pelo grande «buraco» da falta de verbas.

Como os responsáveis daquele município lembram, não obstante o governo ter anunciado que destinaria cerca de um milhão de contos para reparação de estragos nos arruamentos, na sequência dos temporais, a Câmara do Barreiro ainda não recebeu qualquer verba para o efeito, embora tenha apresentado uma relação das vias que necessitavam de reparação urgente, estimada em cerca de 2360 contos.

Também a Câmara Municipal de Oeiras, em moção aprovada por unanimidade, exigiu do Governo que a Lei das Finanças Locais seja aplicada de forma a que os municípios possam dar satisfação imediata aos seus programas de habitação.

Naquele documento, que saudava a Associação de Moradores do Bairro SAAL de Linda-a-Velha pela entrega dos seus primeiros trinta e seis fogos concluídos, exigia-se igualmente do Governo Mota Pinto que o FFH seja dotado das verbas necessárias para a sequência das obras começadas e arranque daquelas que têm projecto e terreno, solicitando ao mesmo tempo aos partidos com assento na Assembleia da República para que estas questões, entre outras, sejam discutidas no Programa e Orçamento Geral do Estado para 1979, como condição para a sua aprovação.

Na mesma moção, curiosamente apresentada pelo PS — partido que permitiu a passagem de Mota Pinto — propõe-se ainda que, se o Governo persistir em ignorar estas questões, a Assembleia da República acione os meios constitucionais ao seu alcance para que o mesmo seja demitido.

Lei da delimitação de competências deve reforçar o poder local

Foi recentemente apresentada à Assembleia da República a proposta de lei n.º 241/I, sobre a delimitação e coordenação das actuações da administração central, regional e local relativamente aos respectivos investimentos.

A apresentação de tal proposta de lei decorre de uma imposição do artigo 10.º, n.º 1 da Lei de Finanças Locais, que obrigava o Governo a apresentar-la à Assembleia da República até 30 de Abril de 1979.

Em breve seguir-se-á, certamente, o debate desta importante matéria. Daí que seja necessário conhecer o conteúdo da proposta de lei do Governo Mota Pinto e debater as alterações que será necessário introduzir-lhe para que se torne possível aprovar um diploma legal que signifique um novo passo no caminho da descentralização e do reforço do poder local.

Novas responsabilidades

Antes de mais, importa ter a consciência de que, nos próprios termos da proposta de lei do Governo Mota Pinto, os Municípios verão as suas responsabilidades muito acrescidas.

Assim, por exemplo, os Municípios passarão a assumir a responsabilidade do planeamento, programação, aprovação de projecto, financiamento, execução e gestão, manutenção e funcionamento de cemitérios, edifícios públicos municipais, ruas, parques, espaços verdes, espaços de recreio e convívio, habitação social, recuperação de habitações degradadas, apoio à autoconstrução e construção por cooperativas de habitação económica, etc.

Noutras matérias, as funções anteriormente referidas caberiam aos

municípios, com excepção do planeamento e programação. É o caso de redes de estradas e caminhos municipais, das creches, jardins de infância, parques infantis, lares e centros de dia para idosos, dos centros de educação para ocupação de tempos livres, dos centros de cultura, museus, bibliotecas e salas de espectáculos, dos estabelecimentos de ensino básico, do equipamento de acção social escolar, etc.

Importa que, também nestes casos, o planeamento e programação caibam ao poder local, de modo a que este não continue a ser um mero executor de decisões alheias.

Por outro lado, não se vê vantagem — antes pelo contrário — em atribuir aos municípios a responsabilidade do funcionamento das escolas do ensino básico (e ainda menos no que toca ao pagamento do respectivo pessoal); ou a responsabilidade de aprovar o projecto, financiar, executar, gerir e manter instalações para a PSP e GNR, tribunais, conservatórias, cartórios notariais e aeródromos.

No que toca ao urbanismo, por seu turno, a proposta de lei é quase inteiramente omissa. Importa, também nesta matéria, descentralizar decisões, de forma a que os municípios tenham reais poderes de intervenção no seu território.

Acontece, também, que a proposta de lei do Governo Mota Pinto pretende manter os subsídios e comparticipações em certas áreas. É o caso dos programas de electrificação rural e da instalação e manutenção de creches, jardins de infância, lares e centros de dia para idosos. Nesta matéria torna-se igualmente necessário corrigir a proposta de lei apresentada à Assembleia da República.

Muitas destas funções, nos termos da legislação proposta, não seriam imediatamente transferidas para os municípios, mas sim, escalonadamente, até 1983, ou seja, o fim do mandato dos membros dos órgãos autárquicos que serão eleitos em Dezembro do corrente ano. Não se vê razão para que tal aconteça.

Condições de execução

Para que esta lei possa ser correctamente executada, três questões se tornam essenciais:

— Em primeiro lugar, aplicar integralmente em 1979 a Lei de Finanças Locais;

— Em segundo lugar, definir uma política de crédito às autarquias locais (obrigação que cabe ao Governo nos termos da Lei 1/79) que ponha termo aos juros absurdamente elevados e estabeleça prazos e garantias adequados;

— Em terceiro lugar, garantir o estabelecimento de formas de apoio técnico e administrativo do poder central às autarquias que aumentem a sua capacidade de resposta às necessidades das populações e assegurem o papel supletivo do poder central sempre que tal ou tal município não se sinta de momento em condições de assumir o exercício de uma ou outra função.

Nesta matéria cabem ao Governo grandes responsabilidades.

Mas a luta dos eleitos locais e das populações poderá e deverá, tal como aconteceu no passado, ter um papel decisivo. Só com esta luta e empenhamento constante e persistente será possível prosseguir no caminho do reforço do poder local.

E tal caminho é parte integrante da própria luta pela defesa, reforço e consolidação do regime democrático.

Reportagem em A-dos-Fernandos

Quem mete na ordem agrários-senhórios que fazem vida negra a pequenos rendeiros?

Estamos em A-dos-Fernandos, aldeia com cerca de 1500 habitantes entre Ourique e Almodôvar. Zona de pequenos e médios rendeiros, a maior parte recordando-se do tempo em que os seus pais desbravaram a terra dos agrários, pagando a renda em molhes de trigo e outros cereais, ficando com um quase nada para sobreviverem. Tempo em que se dizia que a terra era ingrata, quando a extrema dureza do trabalho na terra não vinha das características do solo mas sim da exploração aguda em que os agrários-grandes senhores mantinham os que semeavam e produziam e da produção quase nada arrecadavam.

Estamos nesta aldeia onde muitas coisas parecem não se ter alterado desde 25 de Abril para cá. Nas terras arrendadas, o arado com que os pequenos agricultores lavram a terra é o mesmo com que seus avós e pais trabalhavam. Do mesmo modo semeiam à mão, colhem com a força do braço familiar, não sabem como nem onde colocar os produtos que vendem ao desbarato (a batata é exemplo: não tinham quem a comprasse este ano: venderam a \$500, a \$300 e até a 2\$50 o quilo; o trigo, outro exemplo: compraram trigo para semear a 1\$500 e venderam-no a 7\$00). Muitos destes homens não têm idade já para mudar de vida. Por outro lado, amam a terra, não querem abandoná-la aos agrários que praticamente não semeiam. E o problema maior agora em A-dos-Fernandos, o problema maior que angustia centenas de rendeiros dos concelhos de Ourique e Almodôvar, é que os agrários e grandes rendeiros

não semeiam nem deixam semear. Qual afinal a história que nos levou a A-dos-Fernandos? Responde o António Ventura, rendeiro no Monte de Castelo Alto:

— Nós somos rendeiros de uma propriedade, a do Monte de Castelo Alto, com 470 hectares, que foi dividida, depois do 25 de Abril, pelos que trabalhavam a terra há muitos anos. A terra não ficou na nossa posse. Sucedeu assim: os 36 rendeiros que lá se encontravam, receberam um pouco mais de terra para trabalharem à renda: os que tinham 1 hectare receberam 5 hectares; os que tinham 2 hectares receberam 10 hectares. Foi feito um contrato de arrendamento, celebrado depois de diversas reuniões com o então Centro Regional da Reforma Agrária e o Governador Civil de Beja. Fomos para os senhores,

que são três herdeiros de uma grande família, e eles recusaram-se sempre a assinar os contratos e a receberem as rendas. A gente nunca deixou de as pagar, depositando-as na Caixa Geral dos Depósitos de Almodôvar, mas eles nunca levantam o dinheiro.

Senhorios ricos nem a sua lei cumprem!...

Esta situação, que cria entre os rendeiros um grande clima de insegurança, não se limita a Monte de Castelo Alto. Processo semelhante ocorreu noutras herdades e a revelia da Lei do Arrendamento Rural 201/75, a verdadeira Lei do Arrendamento Rural, e mesmo depois com violação da Lei de Arrendamento do PPD, lei dos senhorios ricos (que elimina a obrigatoriedade do contrato escrito para a maioria dos rendeiros-cultivadores directos e explorações de menos de 2 hectares), na

medida em que muitas das parcelas têm mais de 2 hectares e os rendeiros são cultivadores directos, os senhorios não assinaram os contratos de arrendamento e recusam-se a receber as rendas. Inclusive, há casos em que os senhorios arrendaram a outros, a grandes rendeiros, terras que estão arrendadas aos pequenos, segundo documentação saída de reuniões com o Governador Civil e o CRARA. Conta o rendeiro Manuel Jesuino: — Acontece na Ceiceirinha, que é uma propriedade com 245 hectares. O agrário tem as rendas pagas porque os pequenos rendeiros vão sempre depositá-las e foi arrendar a terra a um grande rendeiro que se encontra a explorar a terra toda e não deixa os pequenos rendeiros lá terem nada. Não deixou alqueivar a terra por causa das pastagens, que é a única coisa que lhe interessa



Imagem característica desta aldeia do concelho de Ourique onde as terras dos pequenos agricultores são trabalhadas ainda com o arado e a charrua e as mulas: uma mulher vai buscar longe a água para todo o dia já que no lugar de 1533 habitantes não há água canalizada

Plano do MAP é ataque à democracia

O Governo Mota Pinto, nomeadamente o MAP, já não se preocupa grandemente em manter a aparência da legalidade. A palavra de ordem já não é "Cumpra-se a Lei". A inconstitucional Lei Barreto já não é suficiente para a pressa dos que temem escapar-lhes o terreno para a corrida. A palavra de ordem do MAP é agora "mudar a face do Alentejo". E "mudar a face do Alentejo" para o Governo Mota Pinto, para o MAP de Vaz Portugal e Goulão, é tentar reconstruir o latifúndio. Mais do que isso, dotar os latifúndios reconstituídos de bens de equipamentos e de produção alcançados com o trabalho das UCPs e Cooperativas. Dotá-los, inclusive, de mais terra do que a abrangida anteriormente. Mais terra cujo destino seria o de quase toda a que esteve e está nas mãos dos agrários: abandono total ou subaproveitamento.

Nesta linha de actuação do MAP, sucede esta coisa espantosa: há agrários que já receberam, em reservas, mais terra do que a que possuíam antes da Reforma Agrária (um exemplo: os irmãos Patinhas que possuíam 507 ha, já receberam mais de 900 ha). Paralelamente às terras, os agrários recebem máquinas, gados, instalações que nunca pensaram possuir e que vendem, arrecadando grossa maquia, porque nas suas mãos os instrumentos de produção e a própria produção não dão frutos nem trabalho. O absentismo é a sua conduta generalizada, a sabotagem as suas águas, a incompetência a sua característica, o parasitismo, a conspiração, o terrorismo (veja-se o caso da Cooperativa Resistência, Tramaga) o seu habitat: este MAP, o seu MAP; este Governo, o seu Governo — o que, a par das terras, dos gados, das máquinas, os sustentam mensalmente com subsídios "humanitários"...

Vigilância popular pela Reforma Agrária

Ainda para análise em Conselho de Ministros restrito, o Plano do MAP para "mudar a face do Alentejo", ou seja, para reconstrução do latifúndio, compreenderia, segundo o «Correio da Manhã», as seguintes linhas mestras:

— "A extinção das UCPs e Cooperativas"; a entrega de mais 200 000 hectares de terra até Fevereiro de 1980, a uma média de 25 000 hectares por mês contra os actuais

3000, o que, segundo o Plano, seria "um verdadeiro golpe no PCP".

— criação de "comissões liquidatárias" para decidir dos bens das Cooperativas, indicando que os seus valores serão vendidos para "pagar aos credores";

— participação neste Plano de 7 ministérios, entre eles o da Administração Interna, o Ministério da Comunicação Social, o Ministério do Trabalho, o MAP, naturalmente, e outros;

— não reconhecimento pela lei das "UCPs e Cooperativas como beneficiárias das entregas para exploração"; criação de "novas cooperativas privadas, distribuição de terras aos agrários", mesmo que sejam "estranhos à região";

— "Unidades de Exploração Colectiva dos Trabalhadores" sob o controlo do Estado;

— as novas expropriações "deverão limitar-se a casos pontuais, nomeadamente aqueles em que a expropriação seja requerida pelos proprietários" para receber a indemnização das suas terras ocupadas;

O mesmo Plano que vai a extremos de provocação como os que referimos, acusa os trabalhadores da Reforma Agrária de deverem ao Estado mais de 2 milhões de contos. Não diz quem vai contabilizar não já os muitos, muitos milhares de contos — acima de um milhão de contos — de dívidas do Estado em cortiça, lã e outros produtos, mas as dívidas que advêm das horas de trabalho perdidas, das culturas estragadas, dos gados abandonados, das máquinas danificadas por acção da violência e da ilegalidade comandadas pelo MAP.

É possível que o actual Plano, que não escapou do "secretismo" por mero acaso, que surge num momento em que o Governo Mota Pinto intensifica o tom intimidativo, tenha por objectivo, antes de tudo o mais, intimidar as populações trabalhadoras, nomeadamente as que vivem na zona de intervenção da Reforma Agrária. Os trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo, porém, continuam na salvaguarda da democracia. A firmeza, a serenidade, a razão, a unidade, a vigilância, a consciência dos problemas nacionais, o trabalho, o patriotismo são as suas forças e as suas armas. Serviram-lhes para resistir, e resistindo para vencer 48 anos de fascismo em que acumularam experiência revolucionária. Servir-lhes-ão para defender a Reforma Agrária e com ela a democracia.

Caso do subsídio a agrários: Quem põe cobro ao escândalo?

Ao mesmo tempo que, por acção do Governo Mota Pinto/PPD, prosseguem as reservas ilegais, os roubos de máquinas e gados às UCPs, de tal modo que agrários têm hoje mais terra do que a que possuíam antes da Reforma Agrária; ao mesmo tempo que, por responsabilidade do MAP, é criado um clima que não permite o cumprimento de decisões do Supremo Tribunal Administrativo que reconhece a razão dos trabalhadores, o MAP continua a conceder subsídios escandalosos aos agrários absentistas. Isto à sombra do DL 489/76, que concedia um subsídio mensal até 8500\$00 aos agrários expropriados que não tivessem outros meios de subsistência.

Denunciando tal situação, o Secretariado Distrital de Évora das UCPs/Cooperativas

recorda que os subsídios mensais foram desde sempre superiores tanto ao subsídio de desemprego como ao salário mínimo nacional. Por outro lado, porque estes subsídios são concedidos por cabeça e não por família expropriada, criaram-se situações em que, numa mesma família, o pai, a mãe, os filhos ou diversos irmãos, todos eles recebendo 8500\$00, arrecadam mensalmente autênticas fortunas. Isto apesar de muitos dos agrários terem muitos outros prédios rústicos não ocupados ou terem outros vultuosos rendimentos.

«Não satisfeitos com esta situação — alerta o Secretariado Distrital — eis que se descobre que agrários que tendo recebido reservas e portanto retomado a posse do seu património rústico, de onde retiram os seus rendimentos deixando de estar

na situação que justificou a atribuição do subsídio, continuam escandalosamente a receber mensal e pontualmente o subsídio em dinheiro pago pelo MAP de Vaz Portugal e João Goulão».

Acrescenta o Secretariado: «Afirma-se que o país vive uma grave crise económica e financeira; a pretexto disso, congelam-se os salários dos trabalhadores, em especial dos rurais que aguardam há mais de dois anos a saída da portaria; sobe o desemprego; aumentam-se os preços; sobe o custo de vida; faz-se recair o peso da crise e a austeridade sobre os trabalhadores. Mas, ao que se vê, os agrários devem fazer parte de uma casta especial que não pode ser tocada pela crise».

«É de mais. Endivida-se o país ao FMI e às potências imperialistas, aperta-se o cinto

dos trabalhadores para que uns tantos possam, escandalosamente, viver uma vida larga à custa do povo português».

E a terminar o Secretariado Distrital de Évora das UCPs/Cooperativas lança a questão a que urge responder:

«Quem põe cobro à actuação deste Governo e deste MAP, que dia-a-dia se atola em novas ilegalidades, em novos escândalos, em novas corrupções, que tantas são que o próprio ministro já não consegue desmentir ou tapar, como ficou claro no programa transmitido recentemente pela RTP? Quem põe cobro à acção deste MAP, cuja actuação está a minar o prestígio do regime das instituições democráticas?».

porque de resto não cultiva nada. Era bom que lá fosse uma delegação do Governo ver como a propriedade está quase toda ela cheia de mato. Há lá boas várzeas para regadio e não deixou semeá-las. E se insistimos em semear vai lá a Guarda num jeep e não temos idade para andar a fugir à GNR.

Em todas as terras que arrendamos e os senhorios não querem receber a renda, é o mesmo: quando semeamos, eles lançam o gado, os porcos, as águas às searas e fica tudo destruído; quem tem uma cabra, uma vaca, 2 ovelhas, tem de as ter presas, porque se os animais vão para as terras pelas quais pagamos renda na Caixa Geral de Depósitos e que eles não levantam, os agrários e os grandes senhorios chamam a GNR e multam a gente. Os agrários e os grandes rendeiros andam desfazendo o que os pobres têm, a devastar tudo a ver se a gente deixa de semear e deixa de ir para lá. Quanto à justiça, como é que a gente pode ter confiança nela, se na comarca o juiz é um proprietário expropriado que nunca escondeu o seu malquerer à Reforma Agrária e à Lei 201/75, a verdadeira Lei do Arrendamento Rural, que ele sempre combatu, e é um homem da CAP?

Como se não bastassem aos pequenos rendeiros a falta tremenda de instrumentos de produção — uma máquina, um tractor é o sonho ainda adiado destes homens que manejam os mesmos instrumentos de produção dos seus avós; como se não bastasse o aumento

terrível dos produtos fundamentais para a produção — desde o aumento de sementes, ao de adubos e insecticidas —, a reacção, os agrários procuram ainda tornar-lhes o trabalho impossível na terra, embaraçar-lhes por todos os modos a vida.

Conta outro rendeiro: — Ali no Monte Arriba, em Almodôvar, 75 hectares foram divididos em sistema de renda por nove rendeiros. O grande rendeiro António Gago ainda lá se mantém e tem vindo ali com a GNR proibir os pequenos rendeiros de alqueivar e tem mandado a GNR de Almodôvar multar os gados aos rendeiros. Em 1977, os rendeiros fizeram um requerimento aos Serviços Florestais para arrancar umas árvores nas terras. Foi lá a Brigada dos Serviços Florestais de Mértola e indicou quais as árvores que poderiam ser arrancadas. Assim se fez com a autorização do Director dos Serviços Florestais de Beja. Pois agora os agrários querem que as árvores sejam pagas e fomos a julgamento por causa do arranque de árvores.

É uma autêntica guerra dos agrários e grandes rendeiros — que também são agrários — contra os pequenos.

É esta «autêntica guerra» desenvolve-se, pelo menos, nas seguintes propriedades: Monte de Castelo Alto com 470 ha, Monte Arriba com 75 hectares, Monte da Zorra com 80 hectares, Monte Gordo com 50 hectares, Ceiceirinha com 245 hectares. O boicote aos



Pequenos seareiros, muitos deles com demasiada idade para mudarem de vida, estão sujeitos a condições de repressão por parte dos agrários-senhórios ricos que impossibilitados de os despejarem da terra, procuram tornar-lhes a vida impossível



rendeiros ameaça criar de novo a fome da terra em centenas de rendeiros. O MAP fecha os olhos mesmo aos casos que até violam a Lei dos senhorios ricos, aliás alterada na Assembleia da República em aspectos importantes que aqui continuam a não ser cumpridos. Tal como fecha os olhos às herdades por expropriar onde o mato ou cresce à altura de um homem ou atinge a maior parte da área: a herdade de Monte Velho da Serra, 245 ha, é exemplo a que se juntam outros: Monte da Vinha, 325 hectares, Sardoçal, 400 ha, Rio Cego de Ourique, Casa Velha de Almodôvar, «que é uma tapada de mato», e tantas outras.

— As vezes desanimamos um pouco. Estamos aqui perdidos. Ninguém se lembra de nós. Nem uma máquina temos e com uma máquina resistíamos melhor. Ia a máquina por todas as nossas terras e era ver as sementelhas feitas, nem tinham tempo de pegar connosco. Mas quando uns desanimam, há outros que animam. E agora com a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Ourique, criando aqui uma delegação, melhor organizados, talvez arranchemos novas forças até que um governo de jello venha meter os grandes agrários na ordem e ajudar aqueles que realmente trabalham a terra.

Tiros de agrários para impedirem cumprimento de acórdão do Supremo — MAP cala e consente.

— Aquilo foi assim. Iamos duzentos trabalhadores, a direcção da Cooperativa à frente. Levávamos o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que dava razão à Cooperativa e determinava a suspensão da entrega da reserva ao agrário. Já tinham passado dez dias sob a decisão do Supremo e o agrário continuava nas terras que são nossas. Então, depois de termos resolvido em plenário, iamos ao agrário mostrar o papel do Supremo e saber quando ele saía.

Eu vinha à frente com um tractor e quando chegámos apelei-me. O agrário saltou lá de um muro com uma pistola. Eu disse: "Espere aí, homem, que a gente só quer entregar a fotocópia do documento do Supremo e falar consigo a esse respeito". E o agrário respondeu: "Se avanças daí, mato-te!" Agente parou e ele disparou logo dois tiros de pistola. Depois, saltou para trás do muro e veio de novo a chuva de tiros de caçadeira. O que nos valeu foi escondermo-nos atrás do tractor. Eu fui alvejado no rosto. Outro trabalhador levou dois chumbos na perna. Depois, o que é que podíamos fazer? Nós iamos ali não era para agredir nem para sermos agredidos. Era só para mostrar o documento e para o agrário dizer quando saía das terras que desde 4 de Maio e por decisão do Supremo Tribunal Administrativo, voltaram à Cooperativa.

Com estas palavras, o trabalhador Manuel Rodrigues Ferreira narra os acontecimentos da passada segunda-feira, no monte da herdade da Várzea, em terras da Cooperativa «Resistência» de Tramaga, Ponte de Sor, distrito de Portalegre. Sintetizando ao que está por detrás do ocorrido, conta-nos

o trabalhador Agostinho Lopes Farinha:

— O MAP concedeu uma reserva nas nossas melhores terras à agrária Madalena Sacadura Botte no dia 20 de Fevereiro. Começou por entregar mais de 98 mil pontos, não sabemos com que critério porque a agrária só tinha direito a 30 mil pontos. Quem recebeu a reserva nem foi a proprietária mas o neto. Ao mesmo tempo entregou-lhe gados e bens de equipamento. Gados começou logo ele a vendê-los e agora tem de nos compensar. Ficou com um pomar de 50 hectares e com bons regadios que nem sequer trata com excepção de uns bocadinhos onde estão seareiros. Bem, a Cooperativa interpôs recurso e a 4 de Maio o Supremo Tribunal Administrativo considerou que a razão era nossa e ficava suspensa a reserva. Mesmo assim deixámos passar dez dias e só avançámos pacificamente para resolver as coisas a 14, na segunda-feira. E antes de avançarmos, logo que recebemos a decisão do

Supremo Tribunal Administrativo, fomos ao ex-CRARA de Portalegre para entregar uma fotocópia, ao Governo Civil onde não chegámos a ser recebidos porque o governador não estava, e envíamos outra fotocópia do acórdão do Supremo para a GNR em carta registada com aviso de recepção.

Acórdão do Supremo tem de cumprir-se!

Perante a gravidade dos acontecimentos na passada segunda-feira, o que fizeram os trabalhadores? Responde o António Anacleto:

— Perante o que sucedeu na Herdade, perante uma dúzia de agrários e locais emboscados (até se diz que alguns teriam recebido dinheiro para ir para lá), nós fomos falar com o tenente da GNR para participar o caso. Ora o tenente da Guarda mostrou-se muito preocupado por este caso ter ocorrido na área dele (diz que se houvesse outros casos semelhantes, já sabia como decidir). E diz que só recebendo o documento comprovativo do MAP com

ordem de despejo é que age. Isto espanta-nos muito porque as decisões dos tribunais, e muito mais do Supremo, não têm que ser confirmados pelo Governo. A verdade é que o tenente diz que não tem poderes para agir sem a confirmação do MAP porque não sabe de quem é a terra. Então, nós perguntámos o que fazia a GNR perante o facto do agrário ter recebido os trabalhadores a tiro. O tenente respondeu que não pode fazer nada porque o agrário está a defender o que é seu. Nós contestámos, primeiro porque o agrário não está nada a defender o que é seu e o acórdão do Supremo prova que as terras são nossas. E dizemos mais: então um dia que os agrários vão receber uma reserva que os trabalhadores consideram ilegal, também é legítimo os trabalhadores defenderem-se a tiro? Ai ele ficou atalhado.

Afinal que país é este onde os agrários podem disparar e se calhar assassinar trabalhadores, sem serem molestados? O tenente quer apressar o processo: telefonou para o MAP e de lá disseram que iam resolver rapidamente. Mas resolver o quê? Afinal os acórdãos do Supremo são ou não são para se cumprir, obrigam ou não o Governo? O Primeiro-Ministro Mota Pinto diz que o Governo respeitará as decisões do Supremo — nem vimos como é que podia deixar de as respeitar — mas na realidade o que continua a verificar-se é a ilegalidade: o agrário na nossa terra, recebendo-nos a tiro sem que sejam tomadas medidas. Mas nós, se não desmobilizámos quando ainda não havia decisão do Supremo, muito menos desmobilizámos agora, e a justiça terá de ser feita.



Com serenidade e firmeza, os trabalhadores da Reforma Agrária não permitirão a reconstrução dos latifúndios e lutarão para que lhes seja feita justiça

Na AGRIN-XIRA, foi tema a agricultura na URSS

A agricultura na URSS foi tema de um colóquio realizado no passado dia 11, na Agrin-Xira por ocasião do dia da URSS e por iniciativa da Representação da Câmara do Comércio e Indústria da URSS em Portugal.

Presentes neste colóquio o embaixador da URSS em Portugal, Arnold Kalinine, e diversas personalidades

soviéticas ligadas ao sector do Comércio Externo da URSS e à Câmara da Indústria e Comércio. Esteve igualmente presente o presidente da Junta de Vila Franca de Xira, ataurquia à qual cabe a iniciativa da Agrin-Xira, Felra Agrícola e Industrial de Vila Franca que se vem destacando como mostra das realizações

económicas a nível de concelho.

Foram oradores os especialistas em questões agrárias, Blasco Hugo Fernandes, que moderou o colóquio, Luísa Campinos, que falou sobre o ensino agrícola na URSS, Alves da Silva que tratou do desenvolvimento da agricultura na URSS, e Fátima

Calouro, que transmitiu interessantes experiências de colheitas na URSS.

O colóquio foi seguido de debate e de um convívio entre os participantes, constituindo mais uma ocasião para o reforço da cooperação e conhecimento mútuo entre o povo português e o povo soviético.

Semana

9
Quarta-feira

1805 — Morre o escritor, poeta e historiador alemão Frederico Schiller.



É anunciado em Washington que os EUA e a União Soviética chegaram a um acordo final sobre a limitação de armas estratégicas (SALT II); no entanto as equipas negociadoras permanentes terão ainda de resolver alguns pormenores técnicos em Genebra antes de o tratado ser assinado pelos presidentes Leonid Brejnev e James Carter em futura reunião cimeira. ■ O primeiro-ministro do Irão, Mehdi Bazargan, afirma em Teerão que o novo sistema governamental iraniano deverá fornecer uma autonomia máxima a cada província, o que constitui uma exigência fundamental de muitos grupos étnicos e nacionais minoritários. ■ O rei Juan Carlos inaugura a primeira sessão pós-constitucional do Parlamento espanhol. ■ Dezenas de milhares de trabalhadores da província basca de Guipúzcoa observam um dia de greve de protesto contra a extradição de que estão ameaçados bascos refugiados em França. ■ Rádio Nacional espanhola anuncia que um atentado junto ao consulado da França em Sevilha vitimou um polícia, feriu gravemente outro e ainda um civil que tentou perseguir os agressores. ■ O governo italiano decide utilizar o Exército para lutar contra o terrorismo no país, que assegurará a vigilância em locais designados pelo ministro do Interior. ■ O regime fascista de Pinochet entrega de novo a exploração do cobre chileno à multinacional norte-americana «Anaconda», cujas minas tinham sido nacionalizadas pelo governo da Unidade Popular presidido por Salvador Allende.

10
Quinta-feira

1957 — É derrubada a ditadura de Rojas Pinilla na Colômbia.

O governo militar boliviano enfrenta a sua segunda crise com a renúncia colectiva do Conselho de Ministros, enquanto no país ocorre uma onda de greves e manifestações urbanas. ■ O governo racista da África do Sul decide conceder poderes legislativos à sua Câmara de Representantes da Namíbia, o que foi interpretado, na ONU, como um primeiro passo para a independência lanteche deste território. ■ Ocorre uma explosão numa fábrica de munições em Israel, tendo a OLP reivindicado a responsabilidade pelo atentado. ■ A Câmara de Representantes dos EUA pede à RFA que adie ou renuncie à prescrição dos crimes de guerra nazis. ■ Concluído o escrutínio, o Partido Trabalhista britânico surge como vencedor das eleições municipais em Inglaterra e no País de Gales, na sequência da sua derrota nas eleições legislativas da semana passada. ■ São presas 20 pessoas em Pamplona, província basca de Navarra, após confrontos entre forças policiais e grupos de manifestantes que exigiam a libertação de presos bascos.

11
Sexta-feira

1939 — Ataque dos imperialistas japoneses à República Popular da Mongólia na região de Kálin-gol; o Exército japonês é destruído pelos militares soviéticos e mongóis.



Os EUA e a República Popular da China assinam um acordo destinado a abrir o caminho para um pacto comercial entre os dois países; o acordo abrange reivindicações financeiras norte-americanas à RPCh datando da vitória das forças revolucionárias em 1949, e o descongelamento de bens chineses nos EUA. ■ Um relatório da Comissão de Controlo do Estado de Israel informa que os soldados israelitas saquearam áreas sob o seu controlo; esta Comissão já havia criticado vivamente o comportamento do Exército durante a invasão do sul do Líbano, no ano passado. ■ A Câmara dos Representantes dos EUA rejeita, por 246 votos contra 159, o plano do presidente Carter para um racionamento nacional de gasolina em caso de «penúria». ■ É anunciado simultaneamente em Moscovo e Washington que os presidentes Leonid Brejnev e James Carter se encontrarão entre os dias 15 a 18 de Junho próximo em Viena de Áustria para assinarem o tratado SALT II. ■ Os presidentes Kenneth Kaunda, da Zâmbia, e Agostinho Neto, da RP de Angola, chegam a acordo sobre a criação de uma força militar para repelir os ataques dos racistas rodésianos e sul-afrianos aos seus países.

12
Sábado

1969 — A Frente Nacional do Vietname lança uma poderosa ofensiva contra 150 civis em território do Vietname do Sul, então ocupado pelo imperialismo norte-americano.

O antigo ministro britânico Tony Benn, considerado a «personagem central» da esquerda trabalhista, recusa-se a participar no «governo sombra» organizado por James Callaghan para poder «dizer o que pensa pela imprensa». ■ O Senado norte-americano aprova uma lei, de acordo com a qual os membros da OLP e os dirigentes de sindicatos dos «países comunistas» não poderão entrar nos EUA sem uma licença especial da Secretaria de Estado e da Secretaria da Justiça.

13
Domingo

1943 — Capitulção dos alemães nazis na Tunísia, face aos Aliados.



O responsável do tribunal revolucionário islâmico de Teerão afirma que os iranianos consideravam que o xá estava condenado à morte e que, quem quer que o matasse no estrangeiro, estaria a pôr em prática o veredicto do povo. ■ A União Soviética envia a nave de abastecimento não tripulada «Progress 6» ao encontro do laboratório espacial «Salyut 6», preparando a viagem de novos cosmonautas prevista ainda para este mês. ■ Termina o 23.º Congresso do Partido Comunista Francês, tendo George Marchais sido reeleito secretário-geral; são adoptados os novos Estatutos do Partido. ■ Fontes militares de Manágua informam que guerrilheiros sandinistas atacaram esta noite um posto da Guarda Nacional na capital nicaraguense. ■ O presidente libanês, Elias Sarkis, debate em Damasco com o seu homólogo sírio, Hafez Assad, um conjunto de medidas destinadas a terminar com a situação de guerra que se vive no Líbano. ■ A África do Sul ordena o estabelecimento de um «governo interino» na Namíbia, o que surge em «desafio» aos planos ocidentais de eleições supervisionadas pela ONU como preparativo para a «independência» do território.

14
Segunda-feira

1957 — Inicia-se em Moscovo uma reunião de representantes de Partidos Comunistas e Operários.

Os Estados árabes decidem em Riad que o Organismo Árabe para a Industrialização Militar (OAIM) deixará de existir juridicamente a partir do dia 1 de Julho, pelo facto de o Egipto ter capitulado face aos sionistas. ■ O dirigentes iraniano, «ayatollah» Komeini, ordena a suspensão de todas as execuções políticas, «à excepção das de assassinos e tortionários confirmados». ■ A ditadura fascista chilena recusa a extradição para os EUA dos três oficiais implicados no assassinio de Orlando Letelier, antigo ministro do governo de Salvador Allende, crime esse cometido em Washington.

15
Terça-feira

1935 — Entra ao serviço o Metropolitano de Moscovo, que se tornaria célebre pelas suas dimensões e pela beleza de segurança e eficiência, e ainda pela beleza de muitas das suas estações.

A Amnistia Internacional revela a chacina de cem crianças, entre os oito e os dez anos, praticado no «Império» Centro Africano do ditador Bokassa com a participação de soldados do ditador zaireense Mobutu. ■ O Senado norte-americano aprova o apoio económico-militar de cerca de 4800 milhões de dólares a Israel e ao Egipto, uma das cláusulas dos acordos de Camp David. ■ Os metalúrgicos de S. Paulo (Brasil) obtêm um aumento de vencimentos na ordem dos 63%, coroando assim vitoriosamente a sua luta.

SALT II: vitória determinante das forças da paz

De acordo com os dados das Nações Unidas o potencial nuclear actual, em todo o mundo, é superior a 1,3 milhões de bombas do tipo da que foi lançada pelos americanos sobre Hiroshima. O comando das Forças Armadas da NATO na Europa tem à sua disposição 7 mil cargas de armamentos nucleares ditos «tácticos», suficientes para aniquilar toda a população do continente. Estes são alguns elementos ilustrativos da ameaça que a corrida aos armamentos constitui para toda a humanidade — o que está em causa de facto é a alternativa entre a vida e a morte para o planeta — elementos que, realçam a importante vitória que é a assinatura dos acordos SALT II. Porque, finalmente, foi possível ultrapassar o perigoso impasse na limitação da corrida aos armamentos. Porque posições realistas se impuseram em Washington. Porque as relações entre a União Soviética e os Estados Unidos — relações determinantes para a paz mundial — têm assim condições de entrar numa nova fase, mais favorável aos interesses não só dos dois povos, mas de todos os povos do mundo.

Como consequências imediatas, a assinatura dos acordos SALT II impõe uma paragem na corrida aos armamentos nucleares, tanto sob o ponto de vista quantitativo como qualitativo; abre caminho à abertura, no futuro, de novas negociações conducentes à redução de armamentos no quadro do SALT III; contribuirá para novos progressos noutras negociações para o desarmamento actualmente em curso; constitui em si um estímulo essencial para a consolidação do desanuviamento ameaçado, o reforço da segurança internacional — a complementação do desanuviamento político com o desanuviamento militar, partes inseparáveis da batalha pela paz.

«A melhor notícia de que o mundo tomou conhecimento nos últimos anos» — como é classificada pelo «Trybuna Ludu», da Polónia, a conclusão das conversações sobre o SALT II

— veio à luz, significativamente, no dia da vitória sobre o nazismo. Mas os seus resultados ainda não estão garantidos.

Quem se opõe à paz?

Seis anos e meio duraram as negociações para o acordo agora alcançado. Só desde o Verão passado, as forças empenhadas em que o acordo SALT II nunca chegasse a concretizar-se despenderam mais de 1,5 milhões de dólares em campanhas de propaganda. Os seus planos apontam para elevar tais despesas até 2,7 milhões de dólares, no período de discussão do acordo pelo Senado norte-americano. Organizações empenhadas na defesa dos interesses dos grandes monopólios de produção e venda de armas, como a «Coligação para a Paz a Partir de Posições de Força» e o «Comité é contra o Perigo Actual», mobilizam actualmente esforços para que a grande vitória da paz agora obtida não passe pela prova do Senado norte-americano, onde terá que reunir dois terços de votos favoráveis. Os monopólios das armas tentam preservar os seus lucros. Não por acaso, o presidente de uma dessas empresas, a Northrop Corp., de Los Angeles,

confessa ao «News Week»: «Uma empresa que trabalhe de forma criativa na indústria da defesa pode tirar maiores lucros que a maioria das outras». O florescente negócio das armas — de que as exportações duplicaram entre 1960/65 e 1970/75 — não só não se detém face aos interesses de toda a humanidade, como se alheia da vontade expressa de 70% da opinião pública dentro mesmo dos EUA. Por outro lado, os republicanos, que assentam a sua campanha eleitoral no anti-sovietismo e na escalada armamentista, empenham-se igualmente na não concretização dos acordos SALT.

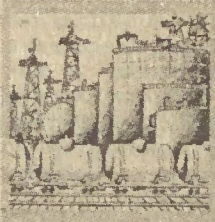
Os acordos SALT não passarem no Senado significaria um crescimento sem precedentes das despesas militares, o colapso do próprio sistema de relações entre a União Soviética e os Estados Unidos — assente num equilíbrio estratégico de forças —, um golpe profundo no desanuviamento internacional. Isto mesmo é reconhecido e salientado pelo presidente Carter que refere tal eventualidade como «um violento e duro golpe para a paz mundial», de que os EUA assumiriam a total responsabilidade, destacando simultaneamente que o acordo obtido é «um tratado justo que não

dá vantagens a nenhuma das partes».

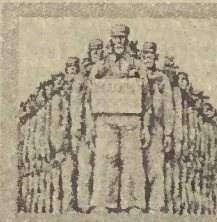
A política persistente e coerente da União Soviética, dos países socialistas, das forças da paz em todo o mundo obteve já uma vitória determinante. De 15 a 18 de Junho, em Viena, Brejnev e Carter encontraram-se ao para ratificar o acordo obtido, e debater problemas de ambos os povos que são também problemas que interessam a toda a humanidade. Os «falcoes» que, dentro e fora do Senado norte-americano, jogam numa política irrealista e suicida não têm já as hipóteses que ainda anovam. Nas divergências entre os diversos sectores do capital, há divergência de pontos de vista quanto à sua causa comum, há jogos de pressão, mas há também jogos de propaganda, no caso concreto já também com fins eleitorais. O importante, o determinante, é de facto a força do socialismo: força ideológica, força de exemplo, força material. É a força do movimento da paz, também no interior dos Estados Unidos. O brilho da vitória alcançada não será empanado por uma posição irrealista do Senado norte-americano. O SALT II pode ser já considerado uma vitória determinante, um novo e importante passo no caminho imprescindível da paz.

Quanto custa a NATO?

Durante os 30 anos da sua existência, a NATO custou cerca de 2 625 biliões de dólares. Esta soma...



— equivale ao custo de 30 biliões de toneladas de petróleo, cifra que ultrapassa em 4 vezes todas as reservas descobertas no Irão e em mais de 60 vezes a quantidade desse combustível extraída pelos EUA no ano passado;



— dividida pelos desempregados dos países industrialmente desenvolvidos, daria a cada um deles cerca de 150 mil dólares;



— é 6 vezes superior ao PNB de todos os países latino-americanos e 13 vezes superior ao PNB dos países africanos;



— é 45 vezes superior às despesas com a saúde pública a 100 vezes superior às despesas com a instrução previstas pelos EUA para o próximo ano.

23.º Congresso do PCF

Entrevista com Sérgio Vilarigues

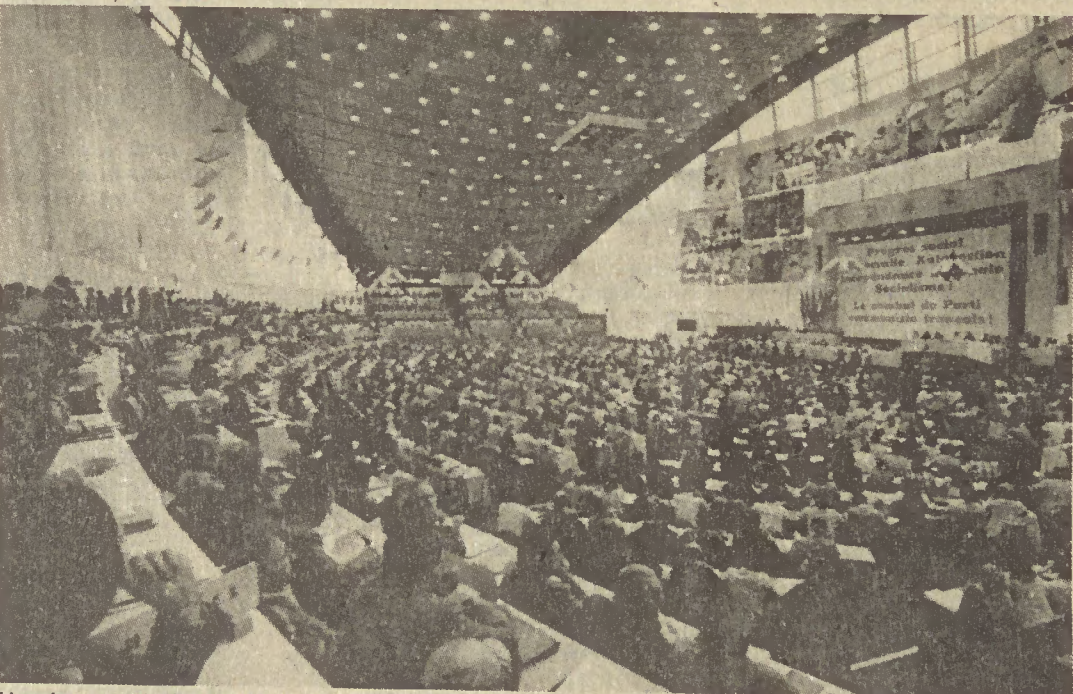
De 9 a 13 de Maio realizou-se em Saint-Ouen o 23.º Congresso do Partido Comunista Francês, com a participação de 2 000 delegados representando as 28 000 células que agrupam 700 000 militantes, e a presença de 88 delegações de Partidos Comunistas e Movimentos Nacionais, nomeadamente uma delegação do PCP, composta pelas camaradas Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e Rosa Rabiais, membro suplente do CC.

De regresso de Saint-Ouen, falámos com o camarada Sérgio Vilarigues, pedindo-lhe que manifestasse a opinião que trazia do Congresso do PCF.

— Uma impressão

determinante: foi um grande Congresso, uma grande manifestação de internacionalismo, pela presença de 88 delegações de Partidos Comunistas e Movimentos

Nacionais no Congresso do Partido da classe operária francesa — aspecto este bem claro na composição social dos delegados. De salientar a presença de grande número de jovens. Uma outra faceta — que podemos considerar impressionante — era a grande presença de mulheres. E não apenas a presença, mas a participação activa, também na tribuna. Um facto que reflecte a muita elevada percentagem feminina nas fileiras do PCF 35,7% — e que se traduz também na presença de mulheres no CC, no Bureau Político e no Secretariado.



Uma imagem do Congresso do PCF

— Uma outra questão. Como sabes a imprensa burguesa não se esquece de especular sobre a divisão — que bem deseja — no movimento comunista internacional...

— Claro. A burguesia, a reacção internacional, incluindo a reacção francesa, bem se empenham em meter cunhas. Há naturalmente formas diferentes dos partidos irmãos abordarem os vários problemas concretos. E mesmo disparidades de opinião. O que não impede de forma alguma — e isto foi salientado, com força, por Georges Marchais no Congresso — estreitar os laços fraternos que nos unem. Porque o nosso inimigo comum é o imperialismo. O nosso objectivo comum é o socialismo.

— Também foram feitas especulações sobre medidas tomadas a nível interno, ou seja, no próprio PCF, como é o caso de Roland Leroy não continuar no Secretariado.

— Bom, ser do Secretariado pode não significar novas responsabilidades e pode-se até assumir maiores responsabilidades fora do Secretariado. É sabido que em diversos Partidos Comunistas há membros do CC no Secretariado, que não fazem parte do Bureau Político. A especulação da imprensa burguesa não passa de isso mesmo: especulação.

— Que aspectos desejarias salientar em relação aos problemas abordados no Congresso?

— Foram naturalmente abordadas variadíssimas questões. Seria entretanto de destacar algumas. A defesa inequívoca da independência nacional, contra a integração supranacional que se prepara na Europa, contra o domínio do imperialismo e dos monopólios da

RFA e dos Estados Unidos sobre a França. A denúncia de graves problemas internos como o do desemprego e da deterioração económica que passa pelos projectos de liquidação da indústria siderúrgica. Uma questão que nos toca particularmente: a firme posição de defesa de condições de igualdade para os emigrantes, superexplorados em França como nos outros países capitalistas. O empenho na colaboração — fundamental — com os países socialistas.

— E quanto à nossa delegação?

— Tivemos ocasião de falar num comício em Toulouse; com outras delegações. Numa sala cheia e num ambiente de entusiasmo. Tive também ocasião de contactar com alguns emigrantes portugueses presentes. Como constante em todo o Congresso, foi realçada a importância da solidariedade, da cooperação, do fortalecimento de laços.

As grandes questões abordadas e análise dos problemas

O Congresso do PCF decorreu como todos os congressos realizados pelos comunistas — como árduas e democráticas reuniões de trabalho, onde se debatem problemas fundamentais do país e das massas trabalhadoras, assim como questões internas relativas ao reforço e desenvolvimento do partido.

As grandes questões abordadas foram: o aprofundamento da crise do capitalismo francês;

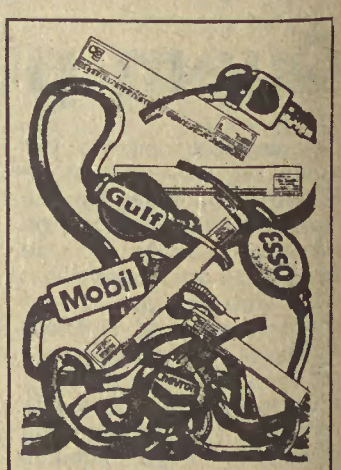
a perspectiva do socialismo; a necessidade de organização de um movimento popular, unido, para a concretização dessa perspectiva; o PCF.

Da análise da crise que o sistema capitalista atravessa no caso concreto de França, foram destacados números esclarecedores como o aumento de quase 30% no número de desempregados desde 1976, enquanto o número de trabalhadores ocupados na indústria baixou mais de 500 000 em 4 anos.

Sobre os princípios foi salientado a importância do sistema socialista e da Revolução de Outubro, o papel determinante da classe operária — inequivocamente expressas tanto nos Estatutos como no Relatório ao CC apresentado pelo camarada Marchais. O Partido Comunista Francês é definido, nos Estatutos, como «Partido da classe operária, Partido revolucionário, o Partido dos comunistas franceses», que se «apoia no socialismo científico, fundado por Marx e Engels, desenvolvido por Lenine e outros dirigentes e teóricos do movimento operário». Da análise da situação interna e externa, ressaltam afirmações como: «A natureza da luta de classes e da escolha da sociedade na França de hoje, evidencia a necessidade histórica do papel dirigente da classe operária», e «O peso económico, político e militar dos países socialistas cresceu consideravelmente, exacerbando as contradições do sistema capitalista, impondo-lhe a coexistência pacífica e trazendo assim uma ajuda efectiva às lutas contra a exploração capitalista no mundo inteiro».

Este um pequeno balanço do que foi o Congresso do PCF.

consumidoras. Este facto dá a imagem das contradições insuperáveis do sistema capitalismo e a medida das «vantagens» da continuação da exploração dos recursos em relação à política da OPEP, quando esta organização decide aumentos nos preços do petróleo, os monopólios petrolíferos obtiveram, entre 1960 e 1973, 700 milhões de dólares à custa dos países produtores. Actualmente, e para além dos lucros «legais» que obtêm (a «Exxon» e a «Mobil» aumentaram-nos em 13% em 1978), as companhias impõem aos consumidores um suplemento, alguns casos atingindo mesmo um terço do preço pago aos exportadores, e cham artificialmente a falta de combustíveis. Em contrapartida — e através da queda deliberada do dólar —, nos últimos três anos, o aumento dos preços do petróleo pela OPEP não acompanhou o ritmo do encarecimento da produção industrial dos países capitalistas. O prejuízo causado directamente à OPEP por esta desproporção, elevou-se, em 1977, a cerca de 5 mil milhões de dólares, ou seja, por exemplo, mais do que os rendimentos obtidos pela Argélia com o seu petróleo, no mesmo período.



Assim se compreende o porquê do problema da energia. Porque os americanos enfrentaram este Inverno o problema do frio. Porque o governador da Califórnia impõe prematuramente medidas de austeridade e encabeça manifestações antinucleares. Que contradições estão em causa no debate e na rejeição da proposta de Carter. O lucro é a base real desta situação. E convém desviar as atenções para qualquer bode expiatório: seja a energia nuclear, seja a política de preços da OPEP.

IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

Evocar o VIII para melhor preparar o IX Congresso



Novecentos e vinte e seis dias da vida do Partido e da vida do País separam a sessão de encerramento dos trabalhos do VIII Congresso do Partido da sessão de abertura do IX Congresso. 926 dias ao correr dos quais os comunistas portugueses, enriquecidos com a extraordinária experiência criadora que constituiu os trabalhos do VIII Congresso, procuraram levar à prática as suas resoluções, defender a linha do Partido,

reforçar a sua unidade, certos de que, com isso estavam a contribuir para a defesa e a consolidação da democracia e da independência nacional.

De 11 a 14 de Novembro de 1976, no Palácio dos Congressos em que o trabalho criador dos militantes comunistas transformou a FIL (à semelhança, aliás, do que ali já tinha acontecido com a I Festa do «Avante!»), os comunistas portugueses examinaram a situação política nacional e internacional, propuseram às outras forças democráticas nacionais plataformas de entendimento para a defesa do regime democrático-constitucional, culminaram, em

suma, um amplo esforço organizativo e criador tendo em vista a defesa dos interesses do Povo português.

A discussão dos documentos que iriam ser votados por unanimidade no decorrer das diversas sessões de trabalho, o processo de eleição dos delegados ao Congresso, os mil e um pequenos e grandes trabalhos cuja execução não são mais do que uma prova da força e da vitalidade do Partido dos comunistas portugueses, bem como a forma entusiástica, objectiva, coesa e criadora como decorreram as diversas sessões de trabalho, constituem a bússola segura de que o IX Congresso do PCP prosseguirá na senda das características de uma grande sessão

de trabalho na qual todo o Partido participa e se empenha. Porque os seus resultados são, serão, mais uma rica forma de intervenção na vida nacional.

Evocar o VIII Congresso para melhor preparar o IX é continuar na primeira linha das grandes realizações do Partido, das lutas e conquistas da classe operária e dos restantes trabalhadores, na defesa e prossecução dos grandes objectivos nacionais, reforçando a força mais coerente e firme na defesa das liberdades, direitos e garantias que o Povo português conquistou em Abril.

Os delegados comunistas ao Congresso do PCP: todo o Partido está presente!

Foram 1282 os delegados que participaram no VIII Congresso do PCP. Do total de delegados, 88 por cento (o que corresponde a 1129) foram eleitos em centenas de grandes assembleias nas quais participaram muitos milhares de militantes comunistas.

Por exemplo, na Direcção da Organização Regional do Alentejo realizaram-se 156 grandes assembleias para a eleição dos 181 delegados da DORA, nas quais participaram 5916 militantes do PCP; na DORN, 4387 comunistas em 118 grandes assembleias elegeram os seus 162 delegados; por seu turno, na DORS os 168 delegados ao VIII Congresso do PCP foram eleitos por 6572 militantes comunistas em 168 grandes assembleias.

Os trabalhos preparatórios do Congresso, e de entre estes, o processo de eleição dos delegados das

organizações do Partido, comprovaram a ampla democraticidade interna que diariamente é praticada pelos militantes comunistas.

Mas não só: a composição social dos delegados ao VIII Congresso comprovou por seu turno a profunda implantação do PCP no seio da classe operária e das massas trabalhadoras, ao mesmo tempo que demonstrava que, entre outros sectores progressistas, nomeadamente entre os empregados e intelectuais, a representatividade do partido é um indicio de um grande partido aberto e nacional.

Assim, 507 delegados eram operários industriais e 115 operários agrícolas. O total de delegados operários — 622 — correspondia a 48,5 por cento dos delegados presentes ao Congresso. Por seu turno, o número de empregados era de 336 (26,5 por cento), o que aponta para

uma percentagem de 75 por cento de delegados operários e empregados. Finalmente, foi de 240 o número de delegados intelectuais e técnicos, o que corresponde a 19 por cento do total de delegados.

A participação de mulheres como delegadas ao VIII Congresso foi igualmente significativa: mais de 100 delegados, correspondentes a 10 por cento do total, eram mulheres. Outro aspecto significativo que a realidade dos delegados ao VIII Congresso do PCP traduz é a composição etária, que indica que é muito justamente que o PCP é o partido da juventude. 529 delegados (isto é, 41 por cento) tinham menos de 30 anos — e registe-se que 26 deles possuíam idade inferior a 20 anos. 634 delegados tinham idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos, enquanto que 119 delegados contavam idades superiores a 50 anos.

A composição social, etária e por sexo dos delegados ao VIII Congresso do nosso Partido, bem como a forma amplamente democrática e participada como foram eleitos, comprova que o PCP, grande Partido nacional, foi, é e será o Partido da classe operária e dos trabalhadores, o Partido da juventude, o Partido do futuro.

Os delegados comunistas aos Congressos do PCP são bem a imagem viva e real de um partido fortemente implantado no seio do Povo português, porque são representantes do Povo português os que são eleitos para estas funções bem como quem os elege. Uma vez mais tais factos serão bem reais quando, no decorrer dos trabalhos do IX Congresso do nosso Partido, um camarada delegado ler o Relatório da Comissão de Verificação de Mandatos.



Na vida interna do Partido, a prática democrática não é uma mera atitude formal; antes corresponde ao empenhamento de todos os seus membros na análise e procura de solução para os mais diversificados problemas nacionais.

A discussão das Teses não é um acto formal

As Teses para o IX Congresso do nosso Partido encontram-se em pleno processo de discussão no seio das organizações e entre os militantes comunistas. O «Avante!» tem-se, aliás, feito eco das muitas centenas de reuniões que, por todo o país, os militantes comunistas têm vindo a realizar com esse objectivo.

Num partido como o PCP o processo de discussão das Teses e de outros documentos preparatórios de um Congresso não é um mero formalismo nem um processo de fachada; corresponde, muito pelo contrário, ao coroar de uma prática democrática interna constantemente praticada e aperfeiçoada. Corresponde ainda a um melhor aprofundamento dessa prática colectiva, no sentido de na discussão das grandes questões nacionais.

O exemplo vivo do processo de discussão dos documentos para o VIII Congresso é bem o testemunho do elevado grau de consciência e de capacidade interventiva do PCP e dos seus militantes. Na discussão das Teses para o VIII Congresso participaram mais de 40000 membros do Partido em 2300 assembleias e reuniões especiais realizadas para o efeito.

A Comissão de Redacção recebeu, examinou e discutiu 3149 propostas de emenda ao texto das Teses, tendo então considerado que 1356 dessas propostas (isto é, 43,4 por cento) deveriam dar origem a alterações, o que se veio a verificar, tendo sido o texto final das Teses, votado por unanimidade no Congresso, o resultado da participação criadora de todo o Partido. Entretanto, mais de 400 propostas não puderam ser

apreciadas, em virtude de terem chegado à Comissão de Redacção nas vésperas da abertura do VIII Congresso e quando se procedia já à elaboração do Projecto de Resolução.

O documento anexo ao Projecto de Resolução e então também submetido à discussão de todo o Partido (intitulado «Medidas para a Defesa e Consolidação da Democracia e da Independência Nacional») foi alvo de 900 propostas de alteração.

Isto significa que no conjunto dos documentos submetidos à discussão de todo o Partido foram consideradas no seio da Comissão de Redacção cerca de 4500 propostas de alteração, grande parte das quais tiveram acolhimento na versão final dos documentos que veio a ser votada.

Um Comité Central unido e coeso personifica um Partido forte e disciplinado

Nas Teses para o IX Congresso do nosso Partido, no capítulo dedicado ao «PCP, força determinante do novo Portugal democrático» e no ponto 7.2 relativo ao trabalho de direcção, afirma-se que o alargamento do CC, ao permitir a conjugação de novos quadros provados na revolução com o núcleo dirigente e experimentado vindo da luta clandestina, constitui um passo decisivo para o melhoramento geral do trabalho de direcção e de todo o Partido.

Tal alargamento verificou-se no decorrer do VIII Congresso, quando os delegados presentes elegeram por unanimidade o actual Comité Central do PCP, composto por 54 membros efectivos e 36 membros suplentes, num total de 90 membros.

O VIII Congresso assinalou, pela primeira vez depois do 25 de Abril, a eleição dos órgãos dirigentes do PCP pelos delegados ao Congresso, uma vez que o primeiro Congresso realizado logo depois do 25 de Abril (O VII Congresso, de Outubro de 1974), por se tratar de um Congresso Extraordinário, não continha na sua ordem de trabalhos o ponto relativo à eleição do Comité Central.

O actual Comité Central, eleito na última sessão de trabalhos do VIII Congresso, termina as suas funções quando os delegados ao IX Congresso elegerem um novo CC que, de acordo com as Teses submetidas à discussão de todas as organizações e militantes do partido, deverá sofrer novo alargamento. O mesmo acontecerá, certamente, aos seus principais organismos executivos, como é o caso do

Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

Em todo o caso, o processo de alargamento do CC deverá, tal como aconteceu no Congresso de Novembro de 1976, manter o princípio da maioria operária.

Com efeito, dos 54 membros efectivos do Comité Central eleito em 1976, 50 por cento são operários (24 membros), 26 por cento empregados (14 membros) e 24 por cento são intelectuais (13 membros); por seu turno, nos 36 membros suplentes do CC do PCP há 20 operários (50 por cento), 9 empregados (22,5 por cento) e 11 intelectuais (27,5 por cento).

Assim, considerando os 90 membros efectivos e suplentes do CC do PCP eleitos no VIII Congresso, verifica-se que 44 são operários, 23 empregados e 24 intelectuais.

Há dez mulheres que são membros do CC do PCP: seis membros efectivos e quatro suplentes, o que corresponde a uma percentagem de 11 por cento do total de membros efectivos e suplentes do Comité Central.

Quanto à composição etária, o actual Comité Central possui uma média geral de idades de 39,9 anos (44,7 anos para os membros efectivos e 32,8 para os membros suplentes). Com efeito, 24 membros do actual

CC têm idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos; 29 entre os 31 e os 40 anos; 20 entre os 41 e os 50 anos; 12 entre os 51 e os 60 anos; e 5 possuem mais de 61 anos.

Entretanto, logo na sua primeira reunião realizada no dia 14 de Novembro de 1976, o Comité Central eleito no VIII Congresso procedeu à eleição dos seus organismos executivos, o Secretariado e a Comissão Política, bem como à eleição do Secretário-Geral.

O camarada Álvaro Cunhal foi eleito por unanimidade Secretário-Geral do PCP.

Os camaradas Álvaro Cunhal, Carlos Costa,

Domingos Abrantes, Joaquim Gomes, Jorge Araújo, Octávio Pato e Sérgio Vilarigues foram eleitos por unanimidade membros do Secretariado do CC do PCP.

Os camaradas Álvaro Cunhal, António Dias Lourenço, António Gervásio, Carlos Brito, Carlos Costa, Fernando Blanqui Teixeira, Jaime Serra, José Vitoriano, Joaquim Gomes, Octávio Pato e Sérgio Vilarigues, e ainda os camaradas Ângelo Veloso e Dinis Miranda foram por unanimidade eleitos, respectivamente, membros efectivos e suplentes da Comissão Política do CC do PCP.



Ser delegado ao Congresso do PCP é saber que do voto de cada um sairá o reforço da unidade e da coesão do Partido, bem como a contribuição para a defesa e consolidação do regime democrático português

O PCP em números



Os Congressos do nosso Partido são sempre uma oportunidade para um cuidadoso balanço, devidamente quantificado, da evolução da organização desde o Congresso anterior, nomeadamente no que se refere ao número de militantes, sua composição social e etária, número de organismos do Partido e número de Centros de Trabalho. Assim vai também acontecer no IX Congresso, no decorrer do qual serão revelados, no que respeita aos aspectos enunciados e a outros, números que, cada um por si e no seu conjunto, fornecerão uma ideia precisa do que é e como é o PCP de hoje. Sublinhe-se que o interesse neste tipo de análises está longe de ser meramente estatístico: o conhecimento da organização é um factor indispensável para a sua melhoria e para a sua cada vez maior adequação às necessidades políticas impostas pelas tarefas do Partido na defesa dos interesses populares.

Junto publicamos um quadro contendo os resultados apurados em Janeiro de 1978, no 8.º Balanço Geral de Organização, com base em dados de Dezembro de 1977. Trata-se dos últimos números oficiais tornados públicos. Mas tais números já se encontram, como é óbvio, desactualizados.

Desde então até cá o Partido não deixou de crescer, ao mesmo tempo que outras importantes alterações qualitativas se têm vindo a registar. Tudo isto teremos oportunidade de verificar no decorrer do IX Congresso. O quadro que publicamos permitirá, entretanto, acompanhar mais de perto

a evolução desde o final de 1976.

Ainda que, como dissemos, os números actuais só sejam revelados no Barreiro, o Projecto de Teses elaborado pelo Comité Central adianta já alguns elementos significativos, no ponto dedicado à Organização do Partido.

Aí se começa logo por afirmar que a evolução da Organização desde o VIII Congresso é caracterizada por notável alargamento e reforço. Como principais aspectos do reforço do Partido assinalam-se o aumento considerável de número de membros (recordemos que em Setembro de 1976 eram 115 000, passando em Dezembro do ano seguintes para 142 512), a composição predominantemente operária, o recrutamento de camponeses e jovens (positivo, mas ainda não ao nível necessário e previsto), o notável recrutamento de mulheres (a

percentagem de mulheres no Partido era de 17% em Setembro de 1976, passando já para 20% em Dezembro de 1977), os novos passos na estruturação e os avanços verificados em zonas e localidades onde o Partido era muito fraco.

Dois factos importantes

Sublinhe-se que a estruturação orgânica registou importantes progressos, testemunhados, entre outros, pelos seguintes factos: criação de 5 novas Direcções de Organização Regional, 28 novas Comissões Concelhias, 34 novas Comissões de Freguesia, 234 novas Comissões Locais e aumento significativo de Secretariados de célula e de núcleos.

Dois outros factos de grande importância são de assinalar neste período. Um, relativo ao

recrutamento, foi a «Promoção Conquistas de Abril», campanha esta que se revestiu de grande êxito, dando um extraordinário impulso ao alargamento do Partido e ao aumento da sua influência entre as massas. Realizada entre Agosto e Dezembro de 1977, a campanha tinha como meta 10 000 novos membros, tendo atingido os 27 167, isto é, quase o triplo do previsto!

Outro facto significativo tem sido a realização, desde o VIII Congresso e levando à prática uma decisão aí tomada, de centenas de Assembleias de Organização do Partido (mais de 500, com a participação de mais de 80 000 militantes). Esta série de realizações, conforme se assinala no Projecto de Teses, «marcou um reforço considerável da organização e da sua estruturação, da capacidade de direcção e de iniciativa dos organismos intermédios e dos métodos e estilo democráticos».

O documento agora em discussão em todo o Partido acentua que não obstante a evolução favorável da organização, designadamente o amplo recrutamento, persistem deficiências que é necessário superar, apontando-se medidas concretas com esse objectivo. Com base no debate do Projecto de Teses e na aplicação das decisões que o IX Congresso vier a adoptar, estamos certos que será possível ultrapassar essas deficiências, através do empenhamento militante de todo o Partido.

É imprescindível ter sempre em conta que «a organização do Partido é um elemento capital da sua força, da sua influência, da sua ligação com as massas, da sua capacidade de mobilização popular. O reforço incessante da organização é condição essencial para que o Partido possa cumprir as suas tarefas políticas».

8.º BALANÇO GERAL DA ORGANIZAÇÃO JANEIRO DE 1978 (Sobre dados de Dezembro de 1977)		
Número de membros do Partido	142 512	Percentagem
Composição social		
Operários	83 479	58,6
Operários industriais	64 738	45,4
Operários agrícolas	18 741	13,2
Empregados	27 803	19,5
Agricultores	2 099	1,5
Intelectuais e Técnicos	8 001	5,6
Vários	21 130	14,8
Composição etária		
Com menos de 30 anos	49 847	35,0
Com 30 a 50 anos	64 527	45,3
Com mais de 50 anos	28 138	19,7
Mulheres	28 526	20,0
Número de organismos do Partido 8 155		
Número de Centros de Trabalho 424		

IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

A Reforma Agrária no Projecto de Teses



Não há capítulo relativo à situação nacional no Projecto de teses para o IX Congresso, submetidas à discussão na organização, onde não surja a questão da Reforma Agrária. Nem poderia ser, de outro modo. A Reforma Agrária constitui a conquista da Revolução que, de uma forma mais profunda, introduz a ruptura com o modo de produção capitalista. A Reforma Agrária destaca-se ainda pela amplitude do processo de transformação que desencadeou na vida das populações e na economia de todo o país. O PCP como força impulsionadora e organizadora da Reforma Agrária concede-lhe nas Teses o espaço privilegiado que decorre da importância vital da Reforma Agrária para o avanço e consolidação da democracia, para a saída da crise, para a construção de dias novos para o povo trabalhador.

A política de desastre nacional dos governos de direita...

1. A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista constitui um todo em que cada uma das partes converge para o mesmo fim: a destruição das conquistas dos trabalhadores, o boicote à democracia. Numa destas partes, a recuperação latifundista, os sucessivos Governos de direita têm investido particulares esforços. Quais as linhas mestras da política de recuperação latifundista? Elas surgem no 2.º Capítulo das Teses — «A recuperação capitalista, política de desastre nacional» — e podem ser sintetizadas em dois aspectos: o que os Governos não têm feito em relação à Reforma Agrária e o que têm feito. Um terceiro aspecto é o de como os governos têm procurado uma base «justificativa» para o que não fazem e para o que fazem.

Vejam os que os Governos não têm feito em relação à Reforma Agrária: ausência total de apoio técnico e financeiro; desmobilização de investimentos nas UCPs/Coop., através da ausência de concessão de créditos ou da sua concessão em termos impraticáveis;

ausência de concessão de crédito agrícola, mesmo do de emergência — mais de 200 UCPs e Coop. sem crédito, algumas há mais de 2 anos; falta de pagamento das dívidas dos governos às UCPs/Coop. — as dívidas da cortiça e da lã atingem foros de escândalo —, não garantia de escoamento da produção; não garantia de preços à produção ou tabelamento a preços ruinosos. Por tudo isto numerosas UCPs/Coop. atravessam uma difícil situação económico-financeira, sem estímulo material para trabalhadores, alguns dos quais se vêem obrigados a trabalhar noutros locais. Por tudo o que não faz em relação às UCPs/Coop., o Governo está a fazer um verdadeiro boicote económico à Reforma Agrária.

Mas não só. Como este processo de boicote dá resultados lentos (em grande parte porque enfrenta a extraordinária capacidade de sacrifício e espírito de dedicação dos trabalhadores das UCPs/Coop. e a solidariedade de trabalhadores de outros sectores), os governos de direita atacam a Reforma Agrária em tudo o que fazem no domínio da política agrícola.

Traços característicos desta ofensiva são «atribuição de reservas e devolução das melhores terras e instalações das UCPs e Cooperativas a quem delas não tem direito e com pontuações superiores às admitidas por lei», «a atribuição de gado, máquinas, alfaias, instalações, barragens e outras obras de rega, produtos e outros bens das UCPs/Coop., em condições que em muitos casos se pode classificar correctamente como roubo», isto com «a utilização de elevados efectivos militarizados e acções de violência e brutalidade, ameaças, espancamentos, prisões...».

Um dos resultados desta acção no Alentejo é o de que, até meio de Abril, as terras roubadas às UCPs/Coop. somavam 119 000 hectares: em Beja, 35 000 ha, dos quais 13 500 com o Governo Mota Pinto; em Évora, 43 000 ha, dos quais 14 000 com o Governo Mota Pinto; em Portalegre, 41 000 ha, dos quais 16 000 com o Governo Mota Pinto. Em termos globais, a ofensiva arrancou até hoje 140 000 ha das melhores terras aos trabalhadores, liquidou 33 UCPs e Cooperativas, criou outras situações muito próximas da inviabilização e atirou para o desemprego cerca de 20 000 trabalhadores.

A isto acrescentam-se as tentativas de divisão dos trabalhadores das UCPs e Cooperativas, através da criação de organizações-fantasma, a campanha de desinformação e intoxicação da opinião pública, a tentativa de desmantelamento das sociedades agrícolas nacionalizadas e estatais.

2. Tentando cobrir esta prática de ilegalidades e violência, as forças que apoiam os governos de direita têm desenvolvido a «contra-

revolução legislativa» da qual a Lei Barreto é uma das linhas mestras. A par desta, a Lei do Arrendamento Rural (Lei 76/77) ou lei dos senhorios ricos do PPD, a lei da Cortiça e outras, que representam em si mesmas uma violação da letra e do espírito da Constituição e um plano de liquidação das conquistas de Abril. Que esta política de recuperação capitalista é uma política de desastre nacional, provam-no igualmente os resultados da ofensiva contra a Reforma Agrária: o «Avante!» denunciou, recentemente, por distritos no Alentejo, as vastas áreas abandonadas ou subaproveitadas nas terras entregues aos agrários.

Fazendo intimamente parte deste ataque à democracia e à Constituição, a ofensiva contra a Reforma Agrária é desenvolvida pelo Governo noutras frentes de forma mais indirecta mas nem por isso menos intensa. Quando a reacção e o seu governo, o Governo Mota Pinto, procuram a criação de uma situação inconstitucional e desenvolvem uma intensa campanha para a revisão da Constituição, mais não pretendem do que acelerar a destruição das conquistas determinantes dos trabalhadores, da própria democracia. E entre elas, de forma particular, a Reforma Agrária.

3. O apoio com os meios necessários à Reforma Agrária, a extensão da Reforma Agrária a regiões fora da zona de intervenção, tendo em conta a tremenda necessidade de terras dos pequenos e médios agricultores o apoio a pequenos e médios agricultores, a adopção de medidas gerais de protecção à agricultura e naturalmente a rectificação das decisões ilegais (restituição, às UCPs e Cooperativas, das terras, dos gados, máquinas e instalações

que legitimamente lhes pertencem), são aspectos fundamentais na Plataforma para uma alternativa democrática defendida pelo PCP, a única que contém soluções nacionais para os problemas nacionais, soluções que só podem ser encontradas no quadro do regime constitucional consagrado na Constituição.

... opõe-se a uma força organizada do movimento popular

4. A política de recuperação capitalista, a brutal ofensiva contra a Reforma Agrária, conduzidas há cerca de três anos, não têm desmobilizado os trabalhadores. Pelo contrário, mais e mais variadas camadas sociais vêm à luta na defesa das conquistas de Abril, na defesa da Reforma Agrária. O movimento popular tem-se desenvolvido, a sua acção orientada pelo PCP, no quadro das instituições democráticas, tem-se ampliado e, nela, as grandes batalhas na defesa da Reforma Agrária. Este travão fundamental à política de liquidação da democracia: o de encontrarem pela frente um movimento popular organizado, consciente, lúcido na apreciação das situações concretas em que se desenvolve a luta, não embarcando em «rasgos» esquerdistas, sabendo adaptar a sua acção a cada tempo e lugar, numa situação tão complexa como a que vivemos. Neste quadro se desenvolvem, por um lado, as manifestações, concentrações e toda a movimentação de protesto contra a ofensiva que assola a Reforma Agrária. Neste quadro igualmente, numa mesma batalha política, se desenvolve «a contribuição directa dos trabalhadores e das massas populares na solução dos problemas», «o

trabalho produtivo e criador nas UCPs e Cooperativas na zona da Reforma Agrária».

5. Como manifestação do trabalho produtivo e criador nas UCPs e Cooperativas, como manifestação da grande força do movimento popular, um aspecto novo aparece consubstanciado nas teses e cuja importância não pode deixar de ser considerada:

desenvolvendo formas de planificação e diversificação da produção; organizando

jornadas voluntárias de trabalho, criando brigadas de produção; criando o esboço de uma rede paralela à produção agrícola — oficinas mecânicas, cooperativas de comercialização, lojas, cantinas, supermercados —,

e Cooperativas conduzido pelos sucessivos governos.

Esta participação dos trabalhadores da Reforma Agrária na economia do país, através da gestão das UCPs e Cooperativas, tal como o controlo operário, é uma frente nova no movimento popular, de importância revolucionária dentro da própria Revolução,



No movimento de resistência à ofensiva contra a Reforma Agrária dos governos de direita, e nomeadamente do Governo Mota Pinto, as mulheres têm ocupado, com firmeza, as primeiras fileiras

o surgir de organizações económicas no movimento popular que, no caso da Reforma Agrária não são somente uma frente na sua defesa mas ainda «uma das mais extraordinárias batalhas políticas do povo português na defesa do Portugal democrático». As UCPs e Cooperativas agrícolas intervmem de forma criadora e construtiva, promovendo encontros para a produção;

e um esboço de rede social inserida na Reforma Agrária — creches, asilos etc. — criando um esboço de industrialização — linhas de engarrafamento de azeite e vinho — numa palavra aumentando a produção, melhorando-a através de formas de organização económica encontradas pelos próprios trabalhadores de modo a resistirem ao estrangulamento das UCPs

ultrapassando os limites da defesa da Reforma Agrária para se integrar na luta geral pela democracia. Inserindo-se no desenvolvimento das formações económicas que fugiram à dinâmica capitalista, os trabalhadores das UCPs Coop., ao defenderem a Reforma Agrária, contribuem decisivamente para o avanço da democracia na perspectiva do socialismo.

Duas grandes campanhas para o reforço do Partido

O período entre o VIII e o IX Congresso ficou assinalado na actividade do Partido pela realização de duas grandes campanhas, de carácter diferente, mas ambas bem demonstrativas da iniciativa, do dinamismo e da criatividade dos militantes comunistas, e da força, do prestígio e da influência do Partido entre as massas:

a «Promoção Conquistas de Abril» e a Campanha dos 50 000 contos. Ambas realizadas em 1977, resultaram em grandes êxitos, ultrapassando largamente as perspectivas mais optimistas. A «Promoção Conquistas de Abril», realizada entre Agosto e Dezembro, visava aumentar o Partido em 10 000 membros, acabando por atingir os 27 167, constituindo um poderoso incentivo ao alargamento do PCP.

A Campanha dos 50 000 contos, desenvolvida durante os primeiros meses do mesmo ano, acabou por atingir os 69 545 contos, sendo a maior iniciativa de fundos jamais realizada pelo Partido, e constituindo em si um verdadeiro movimento de massas, com a realização de festas, espectáculos recreativos, culturais e desportivos, listas de subscrições, cupões e autocolantes, leilões, vendas, donativos, peditórios porta a porta e dias de trabalho voluntário.



A campanha de adesões ao Partido esteve presente nas ruas. Na foto: fachada do Centro de Trabalho de Alcântara, em Lisboa



Terminada a «Promoção», efectuaram-se dezenas de cerimónias de entrega de cartões aos novos militantes, como foi o caso (na foto) da sessão realizada na Casa do Povo de Ermidas-Sado



Nas ruas de cidades, vilas e aldeias, recolheram-se milhares de donativos. A foto foi tirada em 1 de Março de 1977, e documenta uma iniciativa do Organismo dos Bancários de Lisboa



Na Festa do «Avante!» de 1977, em bancas especialmente montadas para o efeito recolheram-se adesões ao Partido



Nas centenas de espectáculos realizados no âmbito da Campanha dos 50 000 contos, os diversos núcleos de Pioneiros tiveram uma activa participação. A foto refere-se a um espectáculo no Parque Eduardo VII, em Maio de 1977



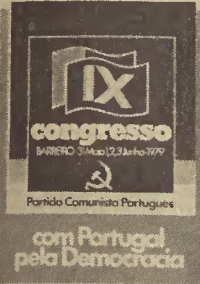
Leilões e outras iniciativas multiplicaram-se em dezenas e dezenas de empresas, a fim de recolher fundos, como foi o caso da Parry and Son, que a foto documenta



Os trabalhadores de Alpiarça, como de muitas outras localidades, deram um poderoso contributo ao êxito da Campanha

IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

Prosseguem em todo o país as reuniões assembleias e plenários, para discussão das Teses



Continuam por todo o país as reuniões para a discussão do projecto das Teses a apresentar ao IX Congresso do Partido Comunista Português. Aos milhares, participando organizadamente, os camaradas tomam a palavra em reuniões, em plenários e assembleias, onde dão a sua contribuição, sob a forma de debate e de propostas de emendas e de aditamentos às Teses. Elegem os seus delegados, que nos dias 31 de Maio, 1, 2 e 3 de Junho se reunirão no Barreiro, no órgão supremo do Partido. Da vasta actividade realizada na passada semana, damos aqui algumas notícias, necessariamente incompletas, mas que podem sugerir o entusiasmo que a realização deste Congresso do PCP suscita nas fileiras dos comunistas.

Norte

Já se encontram eleitos cerca de oitenta por cento dos delegados da Organização Regional do Norte do Partido que irão participar nos trabalhos do IX Congresso. Nos cinco distritos a Norte do Douro têm-se efectuado centenas de assembleias, reuniões e sessões de esclarecimento, onde são discutidas as Teses e propostas centenas de emendas, o que tem contribuído para a elevação da formação ideológica dos camaradas e também para amplificar o conhecimento das respostas do PCP face aos grandes problemas nacionais. Prosseguirá nos próximos dias a realização das assembleias que faltam, encontrando-se previstas, para o fim de semana que antecede o Congresso, inúmeras sessões de esclarecimento. Hoje à noite, às 21 horas, todos os interessados nas questões económicas e financeiras poderão ir à Cooperativa «Árvore» participar numa sessão orientada pelo camarada Armando de Castro. No sábado à noite, às 21.30 horas, realizam-se duas sessões na Cooperativa de Ramalde e na Faculdade de Economia.

Como salientava a nota divulgada pela SIP da DORN do PCP, as reuniões e assembleias têm decorrido com elevada participação e interesse, procurando os militantes comunistas contribuir de forma criadora

para o apuramento do conteúdo e forma das teses, para a sua mais estreita e sólida ligação com a vida e aspirações dos trabalhadores e do povo, com as realidades e os interesses do país.

Só no passado fim-de-semana houve, na área da ORN, cerca de nove dezenas de assembleias, o que dá bem a ideia do empenhamento dos camaradas nesta tarefa de capital importância.

Os Centros de Trabalho do Partido apresentam nestes dias um aspecto colorido, dominando naturalmente os cartazes e jornais de parede alusivos ao Congresso que se realizará no coração da Margem Sul.

Embora se vejam muitos cartazes colados nas ruas e praças do Norte, será intensificada nos próximos dias a tarefa de divulgação do Congresso. Na cidade do Porto, por exemplo, amanhã à noite, os camaradas das diversas organizações do Comité Local vão realizar uma intensa acção de propaganda.

Beiras

Também nas Beiras contam-se às centenas as reuniões onde os militantes discutem as Teses, propõem emendas e elegem os delegados que irão representar as respectivas organizações no IX Congresso. Sem podermos fornecer dados de todos os distritos, anunciamos entretanto que no distrito de

Aveiro se realizaram já mais de uma centena de reuniões e plenários — mais precisamente 107 —, em que participaram mais de seiscentos militantes, tendo-se registado 67 propostas de emendas às Teses.

No distrito de Castelo Branco, a Covilhã vem à frente, com vinte reuniões e a participação de 228 camaradas. No Fundão, em Belmonte e em Penamacor também se realizaram reuniões com participação activa e interessada.

No Sector Intelectual da DORB, em cerca de 13 reuniões estiveram presentes, para discussão das teses, mais de uma centena de militantes.

Do distrito da Guarda, roubemos que dezenas reuniões se têm efectuado.

Leiria

No total registado esta semana no distrito, no âmbito da Organização Regional de Leiria, realizaram-se 38 reuniões. Cerca de quinhentos camaradas estiveram presentes, tendo-se verificado, por exemplo, em Óbidos e no Bombaral, a presença de trabalhadores e democratas que não são membros do Partido. Para além das sessões havidas nestes concelhos, realizaram-se outras em Leiria, Ancião, Figueiró dos Vinhos, Castelo de Pêra, Pedrogão Grande, Alvalázere, Pombal, Porto de Mós, Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Peniche e Batalha.

Desde o início, no distrito de Leiria, 93 reuniões se realizaram já, com a participação de mais de mil comunistas, tendo-se registado 40 propostas de emendas.

Distrito de Lisboa

Até meio da semana e segundo os dados obtidos, que não incluem os números referentes a Oeiras, parte dos concelhos do Norte da Região de Lisboa e o Sector Público da

ORL, já mais de cinco mil e quinhentos militantes comunistas participaram na discussão das Teses, no âmbito da Organização Regional de Lisboa do PCP. Numa centena de reuniões promovidas pelo Comité Local de Lisboa, estiveram 1468 camaradas; 15 na Amadora, com 263 camaradas; 69 no Sector dos Transportes, com 680; em Vila Franca de Xira, 249 militantes estiveram presentes nas 16 sessões efectuadas; em 30 reuniões, em Cascais, participaram 421 camaradas; em Loures, foram já 1430 os comunistas que discutiram as Teses, nas 93 reuniões promovidas; houve 7 reuniões em Sintra com 382 presenças; em Alenquer realizaram-se 25, com 314 camaradas; no Sector Intelectual, 175 comunistas, em 36 sessões, debateram as Teses; em Torres Vedras realizaram-se 21 reuniões; o sector da Informação também reuniu, em 13 reuniões, com 168 presenças; 46 camaradas participaram nas 5 reuniões da SIP da DORL; houve ainda mais 27 reuniões de sectores vários.

No dia 14, por exemplo, realizou-se na sala de convívio do Banco Nacional Ultramarino, uma reunião para discussão do projecto de Teses e eleição de delegados, encontrando-se presentes dezenas de camaradas, prevendo-se para a próxima segunda-feira, na mesma sala, uma sessão-debate, aberta a todos os trabalhadores do BNU que nela queiram participar.

Santarém

Até 11 do corrente realizaram-se, no âmbito da Organização Regional de Santarém, 102 reuniões que registaram a presença de cerca de 1200 camaradas.

Já foram eleitos 41 delegados nas reuniões e plenários efectuados, ontem também foram feitas algumas sugestões de alteração às Teses em discussão.

Distrito de Setúbal

No concelho de Alcácer do Sal já se realizaram 9 assembleias com a finalidade de discutir as Teses do IX Congresso, em que participaram 330 comunistas.

Alcochete já levou a efeito, também, uma reunião, na Freguesia do Samouco, com a presença de 49 camaradas.

Nos últimos dias, em Almada, a actividade é grande e multiplicam-se reuniões e plenários. Assim, no passado dia 10, uma centena de militantes, das células da Parry, da SRN e da CPP, elegeram os delegados ao Congresso depois de terem aprovado as teses, que discutiram. No dia 12, com a presença da camarada Blanqui Teixeira, 125 camaradas do Arsenal debateram o projecto do documento e avançaram algumas propostas de emendas. No mesmo dia, na Incrível Almadaense, realizou-se a Assembleia de Célula de Almada, zona do Pragal, de vendedores e comerciantes; ainda no dia 12, na Costa da Caparica, reuniram as comissões locais do Partido, tendo-se registado a participação de 115 camaradas; no Centro de Trabalho de Almada, 23 camaradas das autarquias apreciaram também o projecto de Teses. No dia 13 houve a Assembleia da Célula da Cova da Piedade, com a Comissão de Freguesia, as organizações locais e outras comissões.

Nove assembleias, com 269 participantes na totalidade, são os números indicados por Grândola, nos trabalhos preparatórios até há pouco havidos naquele concelho. O passado fim-de-semana, no concelho da Moita, por seu lado, viu a concretização de mais 5 plenários: Freguesias de Alhos Vedros, Moita, Baixa da Banheira e Sarilhos Pequenos e as células de empresas. Com percentagem e participação destacada de mulheres, estiveram presentes nestes plenários 297 comunistas.

No Montijo, 120 camaradas

participaram nos quatro plenários realizados.

De Palmela sabemos que já se realizaram quase todas as assembleias previstas. Foram também eleitos quase todos os delegados que cabem aquele concelho.

De Santiago do Cacém vem a notícia da realização de 7 plenários, em cujos trabalhos estiveram presentes 385 militantes do Partido.

Duzentos e cinquenta camaradas reuniram nos seis plenários que se efectuaram no concelho do Seixal.

Em Sesimbra já se elegeram os respectivos delegados. Ao mesmo tempo os camaradas deste concelho ofereceram 55 lugares para alojar delegados ao Congresso vindos de outras regiões do país e 19 dias de trabalho para a preparação e realização do mesmo.

Quase seiscentos militantes reuniram, no concelho de Setúbal, nas 16 assembleias ali realizadas.

No passado sábado, houve, em Sines, um plenário de organização, no Salão do Povo, cuja primeira parte foi dedicada à discussão das Teses, tendo sido aprovadas propostas de aditamento e eleitos os delegados respectivos.

Alentejo

No distrito de Portalegre, onde continua a discussão do projecto de Teses, já foram eleitos delegados por Avis, Sousel, Ponte do Sor, Nisa e Portalegre. Nos 35 plenários e reuniões efectuados, contou-se a participação de dois mil camaradas.

Em Évora, até ao passado dia 16 já se tinham realizado mais de 70 reuniões e plenários em todo o distrito, com a presença de cerca de milhar e meio de comunistas.

Finalmente, do distrito de Beja, roubemos da participação de mais de oito centenas de camaradas nas 34 reuniões que foram levadas a efeito.

Algarve

Olhão: duas reuniões da Comissão Concelhia. Uma

centena de camaradas participaram depois em reuniões havidas em vários organismos: Premolde, Serviços, Pescadores e Conservas, freguesias de Bela Mandil e de Pexão.

Em Tavira, duas reuniões com 16 camaradas.

Concelho de Silves: desde o início da discussão das Teses, efectuaram-se reuniões, além da que a Comissão Concelhia realizou, de várias células — Roga, Metalúrgicos, Cortiças, Transportes, Construção Civil, Sector Agrícola, Empregados, Técnicos Comerciantes, Diversos, Reformados.

Em Lagos já reuniram os Corticeiros, a Construção Civil, Pescadores, Conservas, Mulheres, Professores, Empregados, Comerciantes, Reformados e as Freguesias de Barão de S. João, da Luz, Odiáxere, além dos organismos do Trabalho Sindical e das Autarquias e de uma reunião geral concelhia em que participaram 55 camaradas.

Em Aljezur registou-se uma reunião com 20 camaradas, efectuada em Odeixe.

Em Vila do Bispo e em Lagoa, realizou-se uma reunião em cada concelho.

Monchique: depois de uma reunião geral em que foram apresentadas as Teses, com a presença de 45 militantes, efectuaram-se mais 3 reuniões, tendo-se realizado um plenário da Comissão Concelhia.

No concelho de Loulé realizaram-se quatro reuniões.

Em Albufeira, uma.

Em Vila Real de Santo António reuniram os Reformados, as Mulheres, a Comissão Local das Hortas, Função Pública, Conservas e Estivadores, Gráfica, Comissão Local de Monte Gordo, Comissão de Freguesia de Cacela, Comerciantes, Estaleiros, Construção Civil, Transportes e Comissão Concelhia.

Em Portimão houve uma reunião geral de militantes — com uma centena de presenças —, tendo ainda

cerca de 40 camaradas participado nas reuniões da Construção Civil, da Cooperativa «16 de Novembro», da Hotelaria, dos Metalúrgicos, da Rodoviária e dos Empregados.

Finalmente, Faro. Várias dezenas de camaradas continuaram as reuniões de sectores para a eleição dos delegados e apreciação das Teses. No passado dia 14: Sectores de Serviços, Bancários, Hotelaria, Saúde e Função Pública, Caixa de Previdência, Técnicos, Empregados de Escritório e Caixeiros Viajantes, Professores, SIP e Fundos; dia 15: Diversos, Mulheres, Reformados, Conservadores, Panificação, Pescadores e Marítimos, células da Torre Pinto, Cork e Calado; dia 16: Comerciantes, Sindical, Transportes, TAP, Aeroporto, Ferroviários e RN.

E também...

Não é só em Portugal que os comunistas portugueses vivem e trabalham. Não é só aí, portanto, que eles seguem com atenção a vida do seu Partido e, na medida das suas possibilidades, participam nela.

Em Londres — e apesar de dificuldades levantadas à última hora com uma sala alugada a uma entidade inglesa — realizou-se no passado domingo uma reunião de comunistas portugueses emigrantes na Grã-Bretanha, para apreciação das Teses do IX Congresso.

A reunião foi concorrida e entusiástica, e a discussão das Teses decorreu animada, tendo sido propostas algumas emendas. Por votação unânime as Teses foram aprovadas na sua generalidade e o IX Congresso muito vitorioso.

Os emigrantes comunistas naquele país recolheram a importância, em libras, correspondente a cerca de 31 mil escudos, com a sua contribuição para as despesas que o IX Congresso vai trazer ao PCP.



Discutir as Teses, de modo organizado, é contribuir, através da opinião de cada membro do Partido, para que melhore através de propostas de emendas, de alterações, de aditamentos, os documentos que o Comité Central apresentou a todo o Partido e que, no Congresso, virá a constituir, quando aprovado, o documento que guiará a acção de todos os comunistas nos próximos tempos



Agenda das reuniões para discussão das Teses

Faltam poucos dias para encerrar os trabalhos de apreciação e discussão das Teses, nesta primeira fase. As emendas, os aditamentos, individuais ou colectivos, deverão ser entregues com a maior brevidade, os delegados eleitos, os convidados escolhidos pelas organizações do Partido. Do movimento tão vasto em que se empenham os comunistas, aqui damos uma agenda que tenta abarcar, na medida do possível, as muitas reuniões que o Partido promove.

Norte

Distrito do Porto: dia 17 — Auxiliares e Administrativos da Saúde; Colectividades e Associações de Amizade; Assembleia de Freguesia de Cocovelo. Dia 18 — Paramédicos e Enfermagem; Assembleia de Freguesia da Foz; Célula da SEPSA. Dia 19 — Assembleias de Freguesia de S. Nicolau/Vitória e de Miragaia; Assembleias das células da MDF, Desco, têxteis de Gaia e Construção Civil; Assembleia de Freguesia de Marco de Canaveses, Penafiel, Matosinhos/Porto de Leixões e as do concelho da Maia, Custóias, Leça do Balio, Crestuma, da Fé e de Lordele.

No distrito de Viana do Castelo: dia 19 — Vila Nova de Cerveira e Paredes. Dia 20 — Estaleiros de Viana do Castelo (Produção).

Beiras

Distrito de Aveiro: Dia 17 — Plenário de Vários, para eleições de delegados, em Espinho, no Centro de Trabalho; Dia 18 — plenários das organizações concelhias de Estarreja, Anadia e Águeda, nos Centros de Trabalho; em Vale de Cambra, em Macieira de Cambra; plenário de conjuntos de freguesias (Albergaria, Ílhavo e Vagos, no CT de Aveiro); Sector

de Vários de São João da Madeira, no CT; Sector dos Corticeiros da Feira, em S. Paio de Oleiros; Comissão de Freguesia e sector de Autarquias de Espinho; Plenário de Vários no Centro de Trabalho de Aveiro. Dia 19 — Três plenários no Centro de Trabalho de Ovar; Assembleia de Célula da Rabor, também no CT; plenário de células de S. João da Madeira, no respectivo Centro de Trabalho, às 10 horas da manhã; plenário, às 21 horas, dos trabalhadores de calçado de S. João da Madeira; plenário da Freguesia da Feira, em Argoncilhe; plenário das células de empresa no CT de Espinho; plenário das células de empresa de Aveiro, no CT, às 15 horas; plenário de Vários, às 21 horas, no mesmo local; ainda no CT de Aveiro, plenário distrital do Sector Sindical; plenário do organismo concelhio do Sector Sindical da Mealhada, no Salão dos Bombeiros; plenário da organização concelhia de Oliveira de Azeméis, no Centro de Trabalho, em Santiago de Riba.

Distrito da Guarda: Sete plenários para eleição de delegados e discussão das Teses — Dia 19 — Pinhel, Almeida e Figueira de Castro Rodrigo; Guarda; Gonalco e Mantelgas; Gouveia. Dia 20 — Celorico e Fornos de Algodres; Vila Nova de Foz Coa e Meda.

Distrito de Santarém

Continuam as reuniões, os debates, as propostas de melhoramento das Teses. Até ao próximo fim-de-semana — 20 de Maio —, mais de uma centena de reuniões, assembleias e plenários encontram-se já programados no distrito, no âmbito da Direcção da Organização Regional de Santarém.

Distrito de Lisboa

Comité Local de Lisboa — Dia 17: Assembleia do Comércio; Dia 18: Assembleia de Célula do Lumiar; Dia 19: Assembleia de Célula da Chameca.

Sector Público — Encontros no Centro de Trabalho de Alfama: Dia 19 — para as Empresas Públicas; dia 20 para a Função Pública e a Câmara Municipal de Lisboa. Estes Encontros não se destinam à discussão das Teses — já discutidas em mais de uma centena de reuniões e plenários —, mas à abordagem de algumas das grandes questões que ali se tratam, sobre as várias frentes de trabalho: organização, ligação da organização ao trabalho de massas — frente cultural, trabalho dos quadros técnicos, informação e propaganda, trabalho ideológico, comissões de trabalhadores das empresas do sector, trabalho entre as mulheres e os jovens.

Sector Intelectual — Dia 17 — Sector dos Quadros Técnicos, plenário com Advogados; Dia 19 — plenário do sector dos Professores; no mesmo dia, plenário de Artes e Letras para eleição de delegados.

Sector de transportes — Para além de uma reunião da CTM no

Centro de Trabalho de Alcântara, para eleição de delegados no dia 17, dos plenários da TAP (sectores no dia 17 e célula no dia 18) e dos plenários do Município de Lisboa (dia 17) e dos TLP, CTT e Marconi (dia 18), há sessões de esclarecimento marcadas para datas posteriores: Marinha Mercante — CTM, dia 22; CNN, dia 21; CTM, dia 24 no Refeitório do Cais da Rocha. TAP — dia 26, sessão com o camarada Manuel Pedro.

Arruda dos Vinhos — No dia 19 — Rectificação das propostas de alteração com todos os militantes do Partido no concelho.

Maia — dia 18, reunião da FOG e de Mafra; dia 19, plenário de encerramento da discussão com todos os militantes e a presença de convidados.

Vila Franca de Xira — Dia 17 — plenário da Organização da Póvoa; dia 18 — plenário da Organização de Alhandra; dia 19 — Plenários das Organizações de Alverca, Castanheira, S.J. Montes, e Vila Franca de Xira.

Amadora — Dia 17, às 19 horas, reunião das células da FIAT e outras pequenas empresas; dia 18, 21.30 horas, Bairro da Reboleira; dia 19, às 15 horas, Brandoa.

Distrito de Setúbal

Alcácer — Dia 17, reunião em Santa Catarina; dia 18, na Herdade da Palma; dia 19, na vila de Alcácer; dia 20, na Carrasqueira.

Alcochete — dia 19, reunião da Freguesia no Centro de Trabalho.

Almada — dia 18, reunião no CT da Trafaria; dia 19, reuniões na Costa da Caparica e das células do Sector do Ensino e da Cultura

e dos Movimentos Unitários e, ainda, das Colectividades e das Cooperativas de Consumo.

Grândola — Dia 18, reuniões de Canal Caveira, da Construção Civil e Comissão Concelhia de Grândola e dos Corticeiros; dia 19, Comissão Local de Grândola.

Moita — realizam-se plenários no próximo fim-de-semana.

Montijo — dia 18, indústria corticeira e de carnes; dia 19, Freguesia de Sarilhos Grandes e Sector de Serviços; dia 20, organismo de Diversos.

Palmela — dia 20, reunião no CT de Pinhal Novo.

Santiago do Cacém — dia 18 em Ermidas-Sado e, dia 19, em São Domingos.

Seixal — dia 18, na Siderurgia Nacional, com a presença do camarada Jaime Serra; dia 19, reuniões do organismo de Direcção das PME's e da Freguesia de Paio Pires; dia 20, Freguesias de Corroios e do Seixal.

Barreiro — dia 18, assembleias dos sectores da Equimetel e da OICC; dia 19, OISE e plenário da célula da Quimigal; dia 20, reunião da Organização da Freguesia do Barreiro.

Setúbal — dia 17, às 17 horas, Sector da Saúde e, às 18.30, Construção Civil; dia 19, às 16 horas, reunião do Sector Agrícola, Pescadores, Apanhadores de Peixe e Conservadores; dia 20, às 15 horas, reunião da Setenave.

Alentejo

No distrito de Portalegre continuam as reuniões até ao próximo sábado. No distrito de Évora, estão programadas 18 reuniões, com o seguinte

Ir ao Barreiro atravessar o Tejo

Atravessar o Tejo, de barco, no último dia do IX Congresso, é o que propõe o Comité Local de Lisboa do PCP, que organiza uma excursão fluvial para o Barreiro, no dia 3 de Maio.

Com partida de Belém, na manhã de domingo, a excursão encontra-se aberta à inscrição de todos os que queiram, delegados ou não, ir até ao Barreiro, no próprio dia do encerramento de tão importante realização do Partido.

calendário: Alandroal, no dia 19; em Borba, plenário concelhio no mesmo dia; Estremoz — dia 17, S. Domingos de Ana Loura; dia 18, S. Lourenço, Sector de Mulheres; dia 19, Pedreiras, Glória e Estremoz. Évora — no dia 17, Vendinha, S. Manços e Sector Industrial; dia 18, dispersos. Mora — dia 17 em Pavia. Portel — dia 17 em Santana; dia 18 em Vera Cruz e, dia 19, em São Bartolomeu do Outeiro. Viana do Alentejo — dia 17, em Alcáçovas. Vila Viçosa, dia 18, em Bencatel. No distrito de Beja, encontram-se marcadas 57 reuniões.

Algarve

No concelho de Olhão encontram-se marcadas reuniões na Freguesia de Bela Mandil,

Quelhes, uma reunião geral de Serviços, Moncarapacho, Construção Civil, Fuzeta e Premolde.

Em Tavira prevêem-se duas reuniões, em Silves 22 reuniões gerais, em Loulé 3, em Albufeira 2, em Vila Real de Santo António, uma reunião geral de diversos e autarquias.

Em Portimão — Construção Civil, Cooperativa «16 de Novembro», Conservadores, Hotelaria, Metalúrgicos, Rodoviários, Alvor, Mexilhoeira Grande, Serviços Municipalizados e Câmara Municipal, e uma reunião geral de militantes no dia 18.

Em Aljezur, Vila do Bispo e Lagoa também há reuniões marcadas.

Em Monchique — no dia 17 plenário de sector e, no dia 18,

plenário geral para eleição de delegados.

S. Brás de Alportel, reunião de militantes no próximo sábado às 11 horas da manhã.

Faro — dia 17 — reuniões do Sector Operário, da Sálpe, da Servissul, da Cavan, da Construção Civil, da Petrolgal, da BP, dos Metalúrgicos e da Carmos e Brás.

Regiões Autónomas

Da SIP da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira — DORAM —, recebemos também notícias sobre a preparação dos trabalhos para o IX Congresso. Os diversos Sectores da ORAM serão divididos por 4 assembleias com a seguinte distribuição:

Centro de Trabalho do Funchal — dia 19, 17 horas — Funchal, Sectores profissionais e Câmara de Lobos; Centro de Trabalho da Ponta do Sol — dia 20, 11 horas — Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, Porto Moniz e São Vicente; Centro de Trabalho do Machico — dia 19, 20 horas — Santa Cruz, Machico e Santana; Porto Santo — dia 17. Encontram-se marcadas, além das 9 reuniões já realizadas, mais 22.

Juventude

Da Direcção da Organização do Ensino Superior de Lisboa do União dos Estudantes Comunistas, recebemos ainda a comunicação de que, no dia 17, às 21.30 horas, esta organização promove uma reunião onde serão eleitos os seus delegados ao IX Congresso.

IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

Preparar o local para o Congresso

— uma tarefa que exige, no Barreiro, a participação de muitos camaradas



Preparar o Congresso não é só discutir Teses e eleger os delegados. Aqui no distrito, e, sobretudo, no concelho do Barreiro, preparar o Congresso é também criar as condições para que ele se realize — disse-nos o camarada José Castanheiro, membro da Comissão Concelhia do Partido, que encontramos na tarde do passado domingo, entre muitas dezenas de camaradas que no recinto em volta do pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal, se ocupavam na construção de vários pavilhões.

A vila de tradições democráticas que é o Barreiro, em breve cidade, prepara-se para receber, pela primeira vez, os delegados comunistas para um Congresso do Partido. Não é apenas no Pavilhão onde os participantes se reunirão durante quatro dias, nem no recinto à sua volta, vasto terreno onde se constroem as infra-estruturas de apoio, que se nota a azáfama dos preparativos. Muitas faixas e panos vão decorando as ruas, os cartazes anunciando o IX Congresso são colados pelas paredes, vimos muros a serem pintados coletivamente por camaradas.

Na tarde de domingo, apesar do calor intenso a convidar os trabalhadores para a praia ou para um passeio calmo na sombra dos pinhais, mais de centena e meia de camaradas e amigos escolheram o trabalho. Das mais diversas profissões, sobretudo operários, a maior parte deles vieram logo desde as 8 da manhã, pela fresca, que logo a seguir o calor abrasou de tal modo que antes de se poder agarrar numa chave inglesa se tinha de metê-la dentro de água. Cores de alguns tectos de lona ou de painéis já erguidos, estruturas em tubo organizando-se em esqueletos de novos espaços, cabos e fios eléctricos a esmo, tábuas e placas de madeira que iam sendo construídas em mesas e bancadas, o trabalho era o ponto comum que ali reunia muitos homens e mulheres, uns não tendo outro remédio se não trabalhar ao sol, outros conseguindo a sombra de eucaliptos para as suas actividades. O pequeno eucalipto abrigava ainda o bar e a «cozinha» onde fora servido o almoço e onde, por vezes, alguém chegava para se refrescar com uma cerveja ou com um sumo. No meio de muitas camaradas procurámos quem nos pudesse falar do conjunto dos trabalhos. E encontramos os membros da Comissão Concelhia do Barreiro, José Castanheiro e Espírito Santo.

Construir o apoio

Primeiro temos de construir cá fora — começou por dizer-nos o camarada Castanheiro. — No interior do Pavilhão só poderemos começar a partir do dia 21. Isto porque temos de ter em consideração que lá se realizam actividades desportivas que não queremos prejudicar.

— Podes dar uma ideia do trabalho em que estão empenhados?

— Fora do Pavilhão, neste recinto que deve ter mais de 4 mil metros quadrados, vai ficar um parque de estacionamento reservado, um parque de campismo para 200 tendas, 6 restaurantes, 3 bares e um pavilhão para os serviços de apoio — Secção Internacional, Imprensa, etc. Têm de se construir ainda os duchos para o campismo e duas baterias de sanitários.

— Vê-se que já há muito trabalho feito. Começaram quando?

— Já há alguns fins-de-semana que vêm camaradas para cá. Teve de ser feita a limpeza do terreno, há ainda muito a fazer em electrificação, pintura, carpintaria (mesas e painéis), não esquecendo que, por exemplo, o próprio

Pavilhão do Congresso vai ser todo pintado de novo, por dentro e por fora.

— Têm vindo muitos camaradas?

— Hoje vieram trabalhar mais de 150 — disse-nos o camarada Espírito Santo. — De manhã funcionava uma recepção que distribuía os camaradas conforme as necessidades ou a qualificação profissional. O trabalho tem sido realizado na base da ajuda do Barreiro, mas já há ofertas de ajuda de outros lados do distrito. Os camaradas de Sines vão encarregar-se de um bar e, de Santiago, por exemplo, vem cá uma excursão para dar uma jornada de trabalho. O camarada Castanheiro quis sublinhar:

— Têm-se distinguido algumas células — a da MOMPOR e a da CP, da Quimigal e da Equimetal, por exemplo. E têm vindo também amigos que não são membros do Partido, mas que respondem ao apelo dos comunistas.

Ainda há muito a fazer

— Apesar de haver muito boa ajuda — esclareceu Espírito Santo —, há ainda muito a fazer. Temos cá camaradas de clubes de campismo que estão a trabalhar na organização

«É uma honra»

Fomos ao Barreiro ver. Como em todo o país, os camaradas discutem as Teses, propõem emendas, elegem delegados. E fazem mais. Vimo-los ao trabalho, a decorar as ruas e a construir instalações, a preparar e a planejar, para que o IX Congresso se realize. À despedida, o camarada que nos guiou, fez questão de sublinhar:

— É uma honra para a Organização do Barreiro, o facto de o IX Congresso se realizar aqui. Trabalhamos para estarmos à altura da tarefa e da confiança que o Partido depositou em nós.

do Parque e que mesmo com acampamentos marcados para esta altura, prescindiram deles e vieram trabalhar. Até há amigos que se propuseram prescindir das suas férias para ajudar.

Esta tarde temos trabalhado em condições difíceis por causa do calor. De manhã é melhor. E há o apoio das camaradas que têm fornecido refeições a preços módicos para todos.

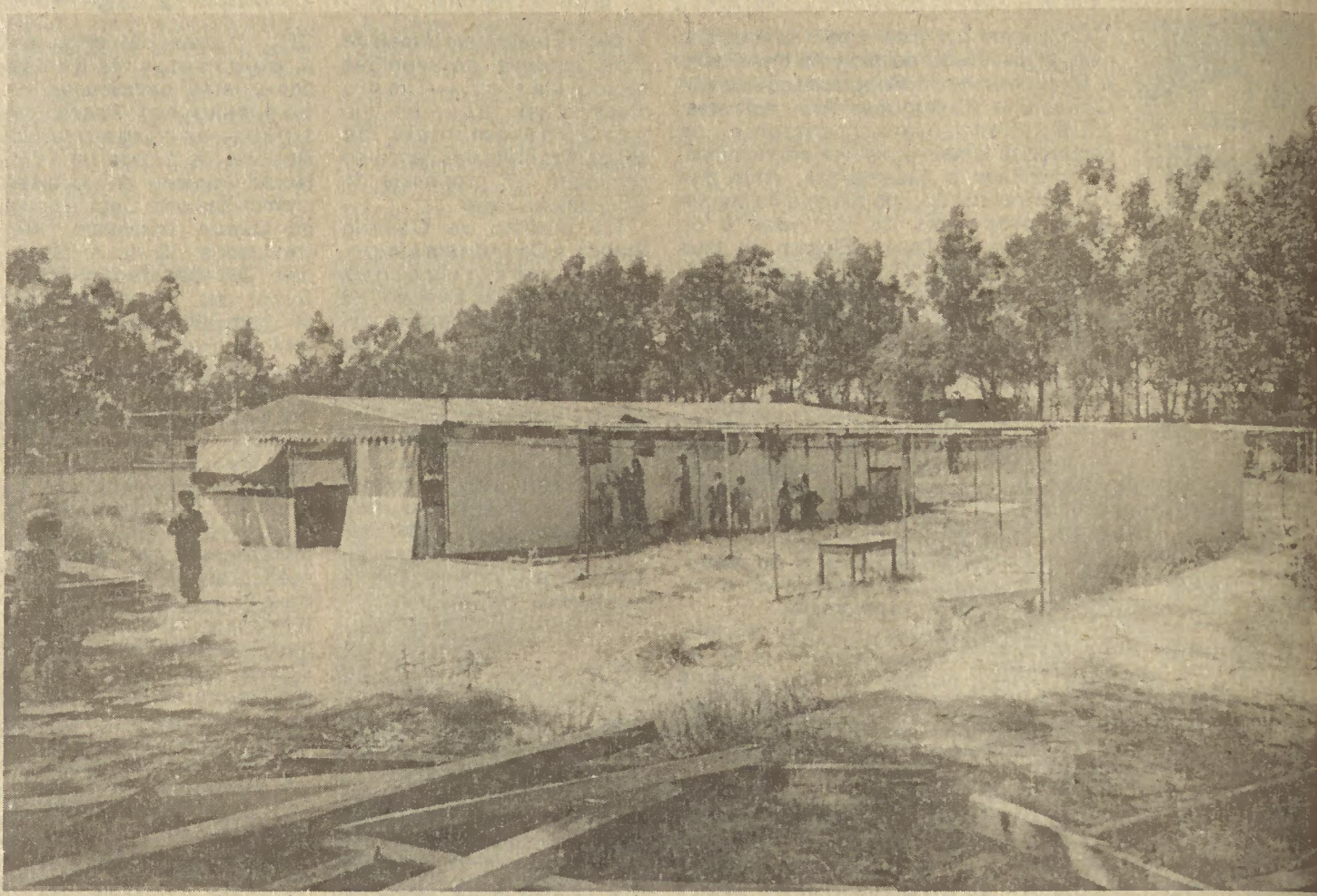
— À parte todos fazerem falta para dar uma ajuda, quais são os profissionais de que mais se precisa?

— Neste momento, pedreiros, electricistas e canalizadores. Por enquanto. Quando, para a semana que vem, começarmos com o interior do Pavilhão, o trabalho vai aumentar muito. Há quase tudo a fazer: a tribuna, as bancadas para os delegados e convidados, um tecto falso, a decoração...

— E quanto ao apoio fora deste trabalho de construção? Há muito a fazer aqui no distrito...

— Sim. Mas queria ainda referir um aspecto, que é o do transporte de material — disse o camarada Castanheiro. — Têm sido postos à disposição alguns carros, de camaradas e amigos, que neste momento mesmo se podem

ver. Mas quanto à tua pergunta: Temos de alojar muitos camaradas, que vêm de todo o País para o Congresso. Mais de um milhão de pessoas. Já há



O trabalho para criar as condições de instalação aos serviços vários de apoio ao IX Congresso já começou no Barreiro. É já se podem ver resultados das jornadas que os comunistas sobretudo aos fins-de-semana, mas também depois do horário normal dos dias úteis, vêm realizando. Aqui vemos um pavilhão destinado a um restaurante. Como este haverá mais seis

credenciados pelo Partido. Mas não é só no Barreiro que há alojamento. Também há outros concelhos que ajudam. Por exemplo o Seixal, com 150 lugares, a Moita, o Montijo...

Mas há mais tarefas. A decoração das ruas, como já deves ter visto, já começou. Vai-se editar também uma pequena brochura para orientação dos visitantes, com uma planta da cidade, horários de transportes e outras informações úteis.

O trabalho vai apertar. A partir da semana que decorre, há já jornadas diárias de trabalho no recinto que visitámos. Logo de manhã, quem puder ir dar uma ajuda, encontrará três camaradas responsáveis que poderão orientar as tarefas. E vão ser muitos os que, findo o dia



As tarefas são variadas e exigem o esforço de todos

normal de trabalho nas empresas, se vão dirigir ao Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal, para participar nas actividades que, a seu modo,

preparam o IX Congresso do PCP. Destacam-se nesse trabalho os reformados e as mulheres, segundo nos disse o camarada Castanheiro,

antes de começarmos uma volta pelo recinto, a trocar impressões com alguns homens e mulheres entregues às suas tarefas.



Uma pausa, depois de servidas cerca de 65 refeições, no passado domingo. As camaradas, que hoje apoiam, fabricando e servindo refeições, os que se ocupam na construção de instalações, não quiseram deixar de mostrar a sua satisfação por este Congresso do Partido se realizar no Barreiro

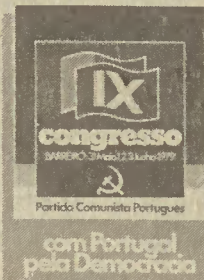


«Só páro quando tudo estiver pronto», disse-nos o camarada responsável pela montagem das estruturas de tubo. Um entre os muitos que estão dispostos a terminar os trabalhos nos prazos previstos e que, com entusiasmo, se dedicam às tarefas da instalação



Na vasta área dedicada ao parque de campismo, nada foi esquecido. Podemos ver na foto os trabalhos de instalação de sanitários e de duchos. A cada um a sua tarefa. E a orientação dos trabalhos no parque de campismo cabe a um camarada que é campista experientado

A cada um o seu trabalho



Francisco José Borralho Rogado, é o Chico de Pias, como lhe chamam os que o conhecem há muito, e como ele gosta de ser chamado, pois apesar de viver no Barreiro há dezenas de anos, não esqueceu as terras do Baixo Alentejo, de onde veio. Reformado, carpinteiro de sua antiga profissão, é de novo carpinteiro nestes dias, e orienta os trabalhos desse sector de actividade. Falou-nos com entusiasmo das tarefas:

— Ajuda não tem faltado, por agora. O que às vezes falta é madeira. Mas estou convencido que vamos conseguir acabar os trabalhos no prazo previsto. Não podemos deixar o Partido ficar mal...

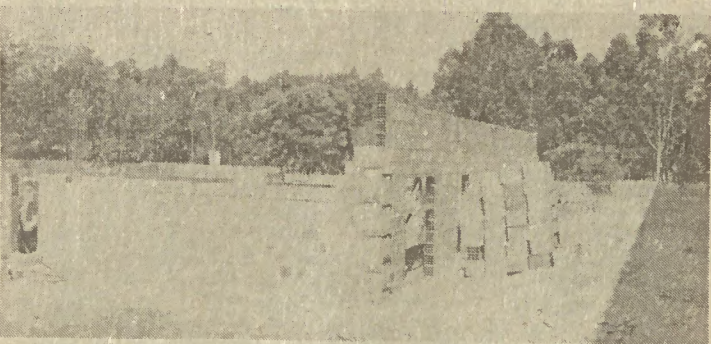
Combinou connosco e levou-nos mais tarde até a um pequeno armazém, para vermos uma foice e um martelo que construiu em madeira, onde o trigo nasce. — É para a decoração da sala. E depois vai servir também para a Festa do «Avante!».

A vontade de terminar no prazo, um certo orgulho de o IX Congresso se ir realizar no Barreiro, foi o traço comum de todas as conversas, nos breves momentos de interrupção que nos concediam. À sombra das árvores delimitava-se o espaço destinado ao parque de campismo. O terreno estava já limpo, construíam-se os sanitários e os duchos. Quem nos recebeu foi o camarada Caleiras. Quisemos saber

a razão por que fora escolhido para tal tarefa.

— Sou campista há trinta anos. Sou o número 72 da Federação, que tem mais de 170 mil sócios — explicou-nos. E depois abarcando com a mão o espaço do Parque:

— Este parque vai ser delimitado. Para aqui vêm camaradas que não puderam encontrar lugares noutros alojamentos e serão credenciados pelo Partido.



Algumas das construções são mesmo de «pedra e cal» ou, modernamente, em tijolo e cimento. Também aqui irão funcionar alguns dos serviços de apoio ao IX Congresso



Há ainda muito a fazer. Actividades que exigem especialização ou que exigem apenas um pouco de habilidade e de vontade de ajudar

Pedimos ao camarada Joaquim Ferreira, que estava empoleirado nos tubos, que descesse, para trocarmos umas impressões.

— Sou serralheiro civil de nascença — brincou, quando lhe perguntámos a profissão. E também membro da Comissão de Freguesia do Barreiro. Perguntámos-lhe como andavam os trabalhos no seu sector.

— A rapaziada tem correspondido às necessidades e teremos tudo pronto nos prazos previstos — afirmou com convicção. Isso quereria dizer que não havia falta de mão de obra?

— Não é isso. Estou é convencido de que há-de vir mais gente trabalhar. No primeiro sábado montámos dois pavilhões. No segundo mais dois. E ainda há muito que fazer. Eu cá só páro quando estiver tudo pronto.

Aproximámo-nos depois da «cozinha». É claro que não era bem uma cozinha. Debaixo dos eucaliptos, algumas bancadas. Muitas camaradas à volta. A Maria Doroiteia, a Maria Pinto Ferreira, a Guilhermina Guimarães, a Conceição Gusmão,

a Guilhermina Ferreira, a Emília da Silva, a Célia Moreno e a Dalina Tavares. Estavam ali desde as 9 da manhã.

— Hoje serviram-se 65 refeições. Trazemos já as refeições mais preparadas de casa e, aqui, termina-se o trabalho. À uma da tarde foi o almoço — feijão, dobrada e sopa.

Quando perguntámos como decorria o trabalho, que pensavam da realização do Congresso no Barreiro, a emoção ganhou os rostos das camaradas.

— É uma coisa maravilhosa, nem a gente esperava, camaradas! Isto aqui tem corrido tudo muito bem, trabalha-se com muita unidade. Nunca há exigências nem, por exemplo, quando se acaba um prato, ao almoço...

Um pouco mais adiante, outras camaradas ocupavam-se na pintura de mesas e bancadas. Soubemos os nomes de algumas delas: Maria Conceição Gil, Maria Teresa Faísca, Marília Antunes, Emília Marques.

Pertencem todas aos organismos da Comissão de Freguesia do Barreiro. Umas

são já reformadas, outras muito jovens. Algumas arranjaram já bolhas nas mãos, no trabalho ali. A arrancar mato, a manejar a trincha.

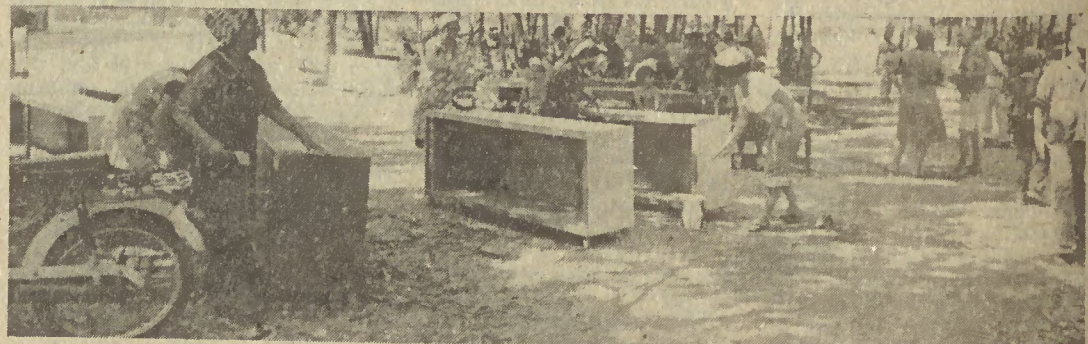
— Não há canseiras neste trabalho — disse-nos uma delas. — Desde o início que nos inscrevemos para o trabalho de apoio e, em casa de algumas famílias, também vamos alojar os camaradas delegados que vêm de longe. Até mesmo em casas de amigos que não são do Partido, temos encontrado boa vontade.

A terminar a nossa visita, não pudemos afinal contactar com o camarada Pacheco, responsável pelo trabalho de electricidade. E vão faltar mais, com tudo o que vai ter de ser electrificado de novo: o parque, o recinto, os pavilhões, os sanitários. Até o próprio pavilhão central, cuja instalação não vai comportar a iluminação que o Congresso exige.

Despedimo-nos. E deixámos as camaradas entregues ao seu labor. Muitos mais irão ajudá-los, porque é preciso ter tudo pronto na data certa.



Na carpintaria não falta boa vontade. «Às vezes falta é madeira», disse-nos o responsável por este sector em que a maior parte dos camaradas que aí trabalhavam eram reformados. Mesas e bancadas saíam das mãos dos carpinteiros ou dos que sem o serem também pregavam e serravam. Nem todos são artistas. Mas todos quiseram trabalhar



Mais de centena e meia de camaradas passaram o domingo no recinto junto do Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal. De todas as idades, homens e mulheres comunistas, levaram amigos e fizeram como souberam e puderam os trabalhos que escolheram ou que lhes foram distribuídos